



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E  
DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**ALICE ANDRADE MISKIW**

**A PRIMEIRA PESSOA COMO ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO EM  
ARTIGOS DE OPINIÃO**

**CASCADEL – PR**

**2021**

ALICE ANDRADE MISKIW

**A PRIMEIRA PESSOA COMO ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO EM  
ARTIGOS DE OPINIÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras nível de Mestrado e Doutorado – Área de concentração: Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Linguagem: práticas linguísticas, culturais e de ensino,

Orientadora: Profa. Dra. Alcione Tereza Corbari

CASCADEL – PR

2021

**UNIOESTE - CAMPUS DE CASCAVEL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES-CECA PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-PPGL  
MESTRADO E DOUTORADO**

## **DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que **ALICE ANDRADE MISKIW**, portadora do R.G. nº 12.436.658-5, aluna regular do Programa de Pós Graduação em Letras, nível de mestrado e doutorado, com área de concentração em Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa "Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino", defendeu, em 16 de julho de 2021, às 14h00, por videoconferência, a Dissertação de Mestrado intitulada "A primeira pessoa como estratégia de negociação no artigo de opinião", tendo sido, pela banca de arguição presidida pela Profa. Dra. Alcione Tereza Corbari, **APROVADA**.

Cascavel, 16 de julho de 2021



Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia  
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras/Unioeste Portaria n.  
1607/2020-GRE

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Andrade Miskiw, Alice

A primeira pessoa como estratégia de negociação em artigos de opinião / Alice Andrade Miskiw; orientadora Alcione Tereza Corbari. -- Cascavel, 2021.

134 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

1. Primeira pessoa. 2. Negociação. 3. Artigo de opinião.  
I. Corbari, Alcione Tereza, orient. II. Título.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRAGMÁTICA E DO MOVIMENTO DE NEGOCIAÇÃO</b> .....	12
2.1 A PRAGMÁTICA E O ESTUDO DO SIGNIFICADO CONTEXTUAL .....	12
2.2 UMA VISÃO PRAGMÁTICA DE NEGOCIAÇÃO .....	18
2.3 AS MARCAS DE PRIMEIRA PESSOA .....	22
2.4 A PRIMEIRA PESSOA NO TEXTO ARGUMENTATIVO .....	28
3.1 APONTAMENTOS SOBRE A ESFERA JORNALÍSTICA .....	31
3.2 O ARTIGO DE OPINIÃO .....	33
3.3 O MOVIMENTO DE ENGAJAMENTO.....	37
3.4 A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DISCURSIVO E A PRESERVAÇÃO DAS FACES .....	39
<b>4 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CORPUS E DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS</b> .....	45
4.1 ESCOLHENDO O TEMA DA PESQUISA: A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DA ARTE .....	45
4.2 DEFINIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA.....	48
4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	49
4.4 CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	53
4.4.1 O jornal <i>Gazeta do Povo</i> .....	57
4.4.2 O perfil do autor e do leitor da <i>Gazeta do Povo</i> .....	59
4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS CATEGORIAS....	62
<b>5 MOVIMENTOS DE NEGOCIAÇÃO RELACIONADO ÀS MARCAS DE PRIMEIRA PESSOA</b> .....	69
5.1 ANÁLISE DOS MACROMOVIMENTOS DE NEGOCIAÇÃO.....	69
5.1.1 Negociação pelo movimento de engajamento .....	69
5.1.2 Negociação pela explicitação de autoridade .....	78
5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	87
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>ANEXOS</b> .....	104

## AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta dissertação, depois de trinta longos meses dedicando meu tempo, esforço e paciência, gostaria de dizer obrigada a todas as pessoas que estiveram comigo durante esse percurso:

Obrigada, mãe, por se desdobrar para que eu tivesse tempo para escrever em meio a nossa rotina bagunçada e por todo o apoio que você sempre me ofereceu, pois sem ele, eu não estaria agora tão perto da conclusão do meu mestrado.

Obrigada, Matheus Augusto, por sempre me ouvir, me consolar e confiar em tudo que faço. Suas palavras de estímulo e suas diversas formas de me ajudar foram muito importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada por ter tido paciência com sua namorada ausente. Sua existência inspira a minha.

Obrigada, professora Alcione Tereza Corbari, minha tão dedicada orientadora. Obrigada por entender, ser paciente e por contribuir para o meu desenvolvimento intelectual e científico. Você é uma inspiração de pessoa, espero um dia ser como você: organizada, eficiente, sempre disposta a ajudar e de bem-humorada. Sua forma de orientar é maravilhosa.

Obrigada, Andressa Flâmia, minha amiga, por me ouvir, reclamar comigo, me apoiar nos momentos ruins e por estar comigo sempre.

Obrigada aos professores Clarice Corbari, Edson Romualdo e Terezinha da Conceição Costa-Hübes pela disponibilidade para ler este trabalho e pelas contribuições feitas na banca de qualificação e de defesa. Elas foram preciosas para o progresso desta pesquisa.

MISKIW, Alice Andrade. **A primeira pessoa como estratégia de negociação em artigos de opinião**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2021.

Orientadora: Alcione Tereza Corbari

Defesa: 16 de julho de 2021.

## RESUMO

Esta pesquisa desenvolve-se a partir do estudo da primeira pessoa em artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo*, considerando as implicações do uso dessa marca de personalidade na construção da argumentação. Buscando responder a pergunta de pesquisa ‘Que função discursivo-pragmática o uso da primeira pessoa assume no movimento de negociação em artigos de opinião?’, estabelecemos nosso objetivo geral: analisar a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa no movimento de negociação instaurado em artigos de opinião produzidos por articulistas, a partir da perspectiva da Pragmática. Para cumprir tal objetivo, propõe-se uma análise pautada nos estudos da Pragmática e de áreas que dialogam com esse campo da Linguística, recorrendo às pesquisas de Parret (1988), Yule (1996), Golder e Coirier (1996), Rodrigues (2001), Fiorin (1996/2007), entre outros. Metodologicamente, propomos uma pesquisa qualitativa interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), orientada por uma análise descritivo-interpretativa e por procedimentos metodológicos da Análise Textual Qualitativa (MORAES; GALIAZZI, 2011). Os dados mostraram a recorrência dos dois tipos de *nós* (inclusivo e exclusivo) e do *eu*. A recorrência desses três usos, levou a consideração de duas categorias: *Negociação pelo movimento de engajamento* e *Negociação pela explicitação de autoridade*. Na primeira categoria, na qual foram selecionadas apenas ocorrências de *nós inclusivo*, verificamos que há o envolvimento de um *eu* (articulista) com um *tu* (*leitor*) que é posto em cena por meio do uso da primeira pessoa do plural, em um movimento que busca engajar articulista e leitor. O engajamento entre os interactantes busca promover um alinhamento do leitor à perspectiva discursivamente construída. Na segunda categoria, há a presença de ocorrências de *nós exclusivo* e do *eu* (primeira pessoa do singular). Nessa categoria, a primeira pessoa é uma estratégia efetiva na construção da imagem de um enunciador competente, o que também contribui para a adesão do leitor à perspectiva do articulista. Desse modo, tanto o recurso ao *nós inclusivo* quanto ao *nós exclusivo* e à primeira pessoa do singular pode ser entendido como tentativa de negociação no artigo de opinião.

Palavras-chave: Primeira pessoa. Negociação. Artigo de opinião.

## ABSTRACT

This research is developed from the study of first person in argumentative texts published in *Gazeta do Povo* newspaper, considering the implications of using this strategy in the construction of the argument. We start from the following research question: What is the discursive-pragmatic role of first person in the negotiation movement in argumentative texts? To answer this question, we set a general purpose: analyze the discursive-pragmatic function of the use of first person in the negotiation movement established in opinion articles produced by columnists, from the perspective of Pragmatics. The analysis undertaken is based mainly on the studies of Pragmatics and uses the research of Parret (1988), Yule (1996), Golder and Coirier (1996), Rodrigues (2001), Fiorin (1996/2007), among others. Methodologically, we propose a qualitative interpretive research (BORTONI-RICARDO, 2008), guided by a descriptive-interpretative analysis and by methodological procedures of Qualitative Textual Analysis (MORAES; GALIAZZI, 2011). The data show the recurrence of *I* and the two types of *we* (inclusive and exclusive). The recurrence of these forms constituted two categories: *Negotiation through the engagement movement* and *Negotiation through the highlighting of author's authority*. In the first category, in which were selected only *inclusive we* occurrences, we verified that there is the involvement of an *I* (writer) with a *you* (reader) who appears on the text through the use of the first person plural, in a movement that seeks to engage writer and reader. The engagement between the writer and reader seeks to promote an alignment of the reader to the discourse-constructed perspective. In the second category, we verify occurrences of exclusive *we* and *I* (first person singular). In this category, the first person is an effective strategy in building the image of a competent enunciator, which also contributes to the reader's adherence to the writer's perspective. Thus, both the use of *inclusive* and *exclusive we* and the first person singular can be understood as an attempt to negotiate in the argumentative text.

Key-words: First person. Negotiation. Argumentative texts.

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando a importância do desenvolvimento de pesquisas que busquem superar os estudos da gramática tradicional e que procurem evidenciar não apenas as escolhas linguísticas, mas também seu funcionamento em diversas situações de interação, levando em conta a interpretação do que é proferido dentro do contexto em que os interlocutores estão inseridos, este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que toma como *corpus* 20 artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo*.

De acordo com Charaudeau (2006), a opinião é resultado de uma atividade de reunir elementos heterogêneos e associá-los segundo a lógica do que é verossímil. A opinião depende de um cálculo de probabilidade que faz com que o sujeito aceite ou não a verossimilhança de algo. O julgamento dessa verossimilhança leva o sujeito a tomar uma posição favorável ou desfavorável em relação a determinado ato. “A opinião não enuncia uma verdade sobre o mundo, ela remete ao sujeito” (CHARAUDEAU, 2006, p. 122).

As considerações acima dizem respeito ao conceito de opinião, que, conforme Charaudeau (2006), remete à reação de um sujeito mediante a um fato. Tais reflexões são consideradas nesta pesquisa, que tematiza o funcionamento de uma estratégia linguística dentro do artigo de opinião, veiculado em um jornal de circulação nacional que pode ser considerado um espaço público de informação.

A presente pesquisa surgiu diante de um contexto nacional de constantes debates sobre questões ambientais e governamentais. Tal cenário fomentou a propagação de notícias e reportagens relativamente às questões que preocuparam a sociedade nos anos de 2019 e 2020. O grande interesse da população em relação às questões ambientais e a postura do governo brasileiro fez com que diversos artigos de opinião acerca desses temas fossem publicados. Como pesquisadoras que observaram a movimentação dos jornais e revistas nesse sentido, percebemos que o artigo de opinião seria um terreno fértil a ser pesquisado.

Nesse momento, decidimos selecionar artigos que tratassem de um único tema, partindo do pressuposto de que, muitas vezes, a temática dos

textos pode influenciar na escolha linguística. Assim, optamos por selecionar textos que tratassem de questões ambientais

O *corpus* desta pesquisa é, então, composto por 20 artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo* no período entre junho de 2019 e maio de 2020. Os artigos referem-se a diversos assuntos relacionados aos problemas ambientais enfrentados pela população brasileira na atualidade. A maioria dos artigos foi produzida por autores especialistas em suas áreas e que não são parte da equipe editorial da *Gazeta*.

Posto que a opinião está relacionada à reação de um sujeito mediante a um fato, acontecimento ou fenômeno, entendemos que estudar o recurso demonstrativo da colocação do sujeito no discurso resultaria em uma pesquisa relevante para o estudo do texto opinativo, visto que nos propomos a verificar o funcionamento de um gênero que tem a posição de autoria do articulista como elemento constituinte. Desse modo, nesta pesquisa, interessa-nos o tema 'o uso da primeira pessoa em artigos de opinião'. Escolhemos estudar esse tema nesse gênero a partir da percepção de que a primeira pessoa é recorrente no artigo de opinião e que essa marca de personalidade pode ser utilizada como estratégia de negociação<sup>1</sup> (GOLDER; COIRIER, 1996).

Justificamos este trabalho a partir da perspectiva de que nossa pesquisa possa contribuir com a linha de pesquisa *Linguagem: práticas linguísticas, culturais e de ensino*, ao propor uma investigação acurada em relação ao uso discursivo-pragmático da primeira pessoa em artigos de opinião, contexto pouco investigado em pesquisas que focam o português brasileiro.

Ademais, embora não tenhamos o ensino como foco principal, esse contexto também nos mobilizou. Considerando que há poucas pesquisas que examinam o uso da primeira pessoa como estratégia de negociação em textos escritos por produtores competentes, acreditamos que este estudo possa contribuir para o trabalho nas escolas no sentido demonstrar o padrão seguido

---

<sup>1</sup> A negociação, segundo Golder (1992) e Golder e Coirier (1996) é um processo argumentativo intrincado que consiste, sobretudo, na pressuposição de que o enunciador necessite: expressar sua opinião; considerar o contexto/crenças/saberes/desejos/valores do enunciatário; mostrar certo distanciamento em relação ao próprio argumento; construir um contra-argumento com base na opinião do enunciatário. Esse conceito será mais amplamente abordado na seção 2.2.

a ser seguido pelos alunos, a partir da observação das estruturas exploradas pelos articulistas.

Considerando o contexto que nos mobilizou, esta investigação busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Que função discursivo-pragmática o uso da primeira pessoa assume no movimento de negociação em artigos de opinião?

Para responder a esse questionamento, primeiramente realizamos um levantamento de dissertações e teses nos bancos de dados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de teses e dissertações da CAPES e nos bancos de dados de algumas universidades. A configuração do estado da arte<sup>2</sup> demonstrou que existem diversas pesquisas que focam no uso da primeira pessoa, como a de Rennó (2015), que investiga o uso dos pronomes de primeira pessoa por alunos do Ensino Fundamental a partir de uma perspectiva mais estrutural, e a de Araújo (2015), que busca analisar os usos do narrador em primeira pessoa nas reportagens jornalísticas contemporâneas. Assim, em nosso levantamento, não encontramos pesquisas que investiguem o uso da primeira pessoa como estratégia de negociação em artigos de opinião.

Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa, estabelecemos nosso objetivo geral: analisar a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa no movimento de negociação instaurado em artigos de opinião produzidos por articulistas, a partir da perspectiva da Pragmática. Essa análise foi proposta pelo fato de que, entre os diversos aspectos linguísticos que podem ser estudados como estratégias de argumentação, as marcas de primeira pessoa como estratégia argumentativa ainda carecem de pesquisa na área da Linguística, além de exercerem importante papel na negociação das subjetividades envolvidas.

A pesquisa tem como objetivos específicos: a) identificar a constituição formal da primeira pessoa no *corpus*; b) relacionar o uso de tais formas ao conteúdo proposicional, considerando o contexto semântico implicado; c) interpretar as características formais e semânticas a partir da perspectiva da Pragmática.

---

<sup>2</sup> O levantamento completo do estado da arte está disponível na seção 4.1.

Para a realização da análise, seguimos uma base teórica sustentada principalmente por estudos inscritos na área da Pragmática ou que se relacionam com esta área. Daí advêm as contribuições de Parret (1988), Yule (1996), Leech (1983), Cutting (2002) e Fiorin (1996, 2007). Considerando o *corpus* e os objetivos desta pesquisa e a possibilidade de integrar estudos pragmáticos a outras áreas da Linguística que consideram o texto em uso, recorreremos a autores que não se enquadram dentro da área da Pragmática, mas que podem ser relacionados à análise que propomos. Por exemplo, Rodrigues (2001) nos dá suporte para entendermos a realização linguística dentro de um gênero específico; a Linguística de Enunciação (BENVENISTE, 1976; FIORIN, 2007) nos auxilia na análise da questão da ‘pessoa’ na construção do texto; a Análise do Discurso traz contribuições para a nossa compreensão no que tange à construção do *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2005; AMOSSY, 2019); a Linguística Funcional também contribui com a nossa proposta ao verificar o funcionamento dos pronomes da primeira pessoa (NEVES, 2018).

Além dos autores citados acima, para discutir aspectos relativos à argumentação e conceituar ‘negociação’, recorreremos a autores como Golder e Coirier (1996); para amparar a interpretação da primeira pessoa como estratégia de estabelecimento de um *ethos* discursivo, buscamos as contribuições de Maingueneau (2005) e Amossy (2019); e, para tratar das questões do engajamento do leitor no artigo de opinião, recorreremos a Rodrigues (2001).

Analizamos nossos dados apoiando-nos sobre os pressupostos da Pragmática, já que, de acordo com Fiorin (2007), é do domínio dessa ciência investigar certos fatos linguísticos que só são entendidos em função do ato de enunciar. O autor destaca que esse é o caso dos dêiticos, que são elementos linguísticos que indicam o lugar ou o tempo em que um enunciado é produzido, além de seus participantes. O autor cita alguns exemplos de dêiticos, como os pronomes pessoais que indicam os participantes da comunicação; os marcadores de espaço, como os advérbios de lugar e os pronomes demonstrativos etc. Desse modo, para que se possa compreender de melhor forma o uso das marcas de primeira pessoa, realizamos uma análise pragmática dos elementos dêiticos, mais especificamente dos pronomes de

primeira pessoa, das desinências verbais que marcam a presença do enunciador no texto presentes em nosso *corpus*.

Metodologicamente, propomos uma pesquisa qualitativa interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008). É qualitativa porque foca na interpretação dos fenômenos inseridos em um contexto ao analisar os efeitos das marcas de primeira pessoa na construção da negociação e interpretativista porque pressupõe a participação ativa do pesquisador na construção e interpretação do fenômeno linguístico investigado. Quanto à tipologia, esta pesquisa caracteriza-se como descritivo-interpretativa, uma vez que busca descrever um fenômeno a partir de um recorte teórico-metodológico específico (MORAES, 2003).

A pesquisa desenvolvida resultou em um texto com seis seções. Nesta seção, fazemos uma apresentação panorâmica da pesquisa. Na seção 2, desenvolvemos um levantamento sobre algumas das teorias e alguns conceitos que amparam nosso trabalho: a Pragmática, a noção de negociação e as marcas de primeira pessoa. Na seção 3, tratamos de questões que são relevantes/recorrentes no artigo de opinião: primeiramente, falamos sobre a constituição do artigo de opinião na esfera jornalística; na sequência, tratamos do movimento de engajamento, do *ethos* discursivo e da *Teoria de preservação das faces*. Na seção 4, explicitamos a metodologia adotada e a seleção do *corpus*, buscando contextualizar a pesquisa. Inicialmente, explicamos como se deu a escolha do tema e a configuração do estado da arte; depois, explicitamos questões referentes à escolha e o perfil dos textos que compõem o *corpus*. Além disso, tecemos considerações acerca dos recortes feitos. Por fim, especificamos quais foram os procedimentos de análise adotados. Na seção 5, apresentamos a análise das ocorrências, primeiro fazendo considerações sobre as categorias propostas e depois interpretando os resultados alcançados. Por fim, na seção 6, apresentamos as Considerações Finais, onde apresentamos reflexões acerca dos resultados obtidos nesta pesquisa.

## 2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRAGMÁTICA E DO MOVIMENTO DE NEGOCIAÇÃO

Esta seção está dividida em quatro subseções. Inicialmente, tratamos da Pragmática e da noção pragmática de contexto, explicitando algumas compreensões teóricas sobre a área, baseando-nos em autores como Austin (1962), Searle (1969), Goldnadel (2019), Yule (1996), Leech (1983), Parret (1988) e Cutting (2002). Na segunda subseção, discorreremos sobre a noção de negociação como estratégia argumentativa. Na terceira e quarta subseção, enfocamos as marcas de primeira pessoa, trazendo alguns autores que evidenciam seu funcionamento na Língua Portuguesa e no texto argumentativo, respectivamente.

### 2.1 A PRAGMÁTICA E O ESTUDO DO SIGNIFICADO CONTEXTUAL

Nesta pesquisa, buscamos nossa base nos estudos da Pragmática, por entendermos que esta área da Linguística estuda as relações entre as formas linguísticas e os usuários dessas formas dentro de um determinado contexto. Para Yule (1996), “the advantage of studying language via Pragmatics is that one can talk about people’s intended meanings, their assumptions, their purposes or goals, and the kinds of actions (for example, requests) that they are performing when they speak”<sup>3</sup> (YULE, 1996, p. 4). Nesse caso, temos a Pragmática como nosso suporte, pois buscamos analisar fatores contextuais relacionados ao recurso à primeira pessoa.

A Pragmática baseia-se na ideia de que, para compreender de forma adequada os modos de produção de sentido, é necessário fazer uma inspeção cuidadosa da ação de certos mecanismos (GOLDNADEL, 2019). As sentenças de uma língua, quando consideradas em uma situação de enunciação, “são jardins de fenômenos pragmáticos, que colaboram tanto para a produção de sentidos intuitivamente literais quanto para a de sentidos marcadamente derivados” (GOLDNADEL, 2019, p. 73). Ao fazer tal afirmação, Goldnadel

---

<sup>3</sup> “A vantagem de estudar a linguagem por meio da Pragmática é que se pode falar sobre os significados pretendidos pelas pessoas, suas suposições, seus propósitos ou objetivos, e os tipos de ações (por exemplo, solicitações) que estão realizando quando falam” (YULE, 1996, p. 4, tradução nossa).

(2019) propõe a exploração dos sentidos do enunciado “Eu fui bem cedo e não peguei fila” (GOLDNADEL, 2019, p. 73).

Para o autor, um enunciado como este conta, para seu entendimento, com um conjunto de inferências que excedem os limites do seu sentido meramente sentencial. Devemos iniciar a análise focando no sujeito: *eu*. A expressão de um sujeito por um pronome pessoal exige, para sua identificação, a consideração de dados situacionais. Sem acesso a elementos externos ao código do enunciado, há uma lacuna referencial a ser preenchida.

Além disso, há também a ocorrência de uma elipse dos complementos do verbo “ir” (alguém sempre vai a algum lugar). Essa elipse, geralmente, não oferece dificuldade de interpretação, visto que funciona como uma anáfora e, assim, pode ser preenchida por elementos discursivos prévios. No entanto, neste caso, torna-se impossível recuperar o complemento adverbial.

Há, ainda, outras duas atribuições de referência realizadas de modo pragmático na frase “Eu fui bem cedo e não peguei fila”, ambas relacionadas ao uso da expressão “bem cedo”. A expressão pode significar “cedo” em relação a um intervalo de tempo maior, como, por exemplo, um período que corresponde aos dias 1 e 31 de março (se estiver fazendo referência à ida ao Tribunal Eleitoral para o cadastramento biométrico). Nesse caso, “bem cedo” deve referir-se à primeira semana do mês. Em uma segunda interpretação, “bem cedo” pode referir-se a um período de 24 horas (se estiver fazendo referência à ida ao posto de saúde). Nesse caso, “bem cedo” deve ser algo entre 4 e 6 da manhã. Em todos os casos mencionados, as referências (a uma pessoa, a um lugar ou a um intervalo de tempo) só podem ser alcançadas a partir da noção de processos pragmáticos.

Além de analisar as referências em relação às lacunas deixadas na frase, Goldnadel (2019) constrói alguns exemplos em que “Eu fui bem cedo, e por isso não peguei fila” faz parte de diálogos:

[exemplo 1] A: Tenho de levar ao Júnior ao posto para consultar o pediatra, mas não quero esperar muito para ser atendido.

B: Eu fui bem cedo e não peguei fila

[exemplo 2] A: Conseguiu levar seu filho ao pediatra? Ele está precisando de atendimento médico urgente.

B: Não. Tinha muita fila no posto de saúde. Você levou a Marcinha também, né?

A: Sim. Eu fui cedo e não peguei fila (GOLDNADEL, 2019, p. 78-79).

Para analisar esse exemplo, o autor recorre à perspectiva dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969). Austin (1962) debateu a relação entre o que se diz e o que se faz, ou seja, o autor afirma que determinadas sentenças são, na verdade, ações: na medida em que profiro algo, estou realizando uma ação. Por exemplo, podemos prometer, jurar, protestar, pedir etc., ao proferir um enunciado que esteja relacionado a uma dessas ações, realizaremos uma ação, os diferentes atos de fala descritos por Austin são:

- Ato locucionário: ato de dizer a frase;
- Ato ilocucionário: ato executado na fala (realiza uma ação ao ser dito);
- Ato perlocucionário: ato de provocar um efeito em outra pessoa através da minha locução (convencer, levar a uma decisão etc.).

A teoria de Austin (1962) foi complementada por Searle (1969). Este defendeu a ideia de que significado e ato ilocucionário não devem ser tratados como a mesma coisa e reformulou a tipologia dos atos de fala inicialmente proposta por Austin (1962):

- Atos de proferimento: atos de articulação da cadeia sonora;
- Atos proposicionais: atos que são utilizados para fazer referência a um objeto e predicar algo sobre ele;
- Atos ilocucionários: asserções, pedidos, promessas, advertências etc.;
- Atos perlocucionários: as consequências e os efeitos provocados pelos atos ilocucionários.

Assim, Goldnadel (2019) afirma que, no exemplo 1, o que o interlocutor “B” faz na perspectiva dos Atos de Fala é executar o ato de aconselhar. Mas a sentença nem sempre é proferida como um conselho. No exemplo 2, o enunciado pode ser mais bem caracterizado como uma crítica ou repreensão.

Goldnadel (2019) explica que a consideração de enunciados em contextos discursivos mais amplos, como nos exemplos 1 e 2, é importante porque

[...] lembra-nos de que o estudo da linguagem verbal como forma de comunicação jamais pode ignorar a competência comunicativa dos falantes, que somente se revela em sua plenitude quando os enunciados são analisados a partir da consideração de um amplo conjunto de parâmetros discursivos. Atos de fala distintos [...] sugerem que, entre tantas habilidades, a comunicação através da linguagem verbal envolve reconhecimentos de intenções, fortemente determinadas por forças cuja compreensão se beneficia amplamente de abordagens teóricas que incorporam à reflexão linguística aspectos relativos a teorias da ação. Mas isso não é tudo ainda. Entre os sentidos próximos ao significado literal e os atos de fala, reside ainda uma densa camada intermediária de sentidos, cuja análise tem ocupado a Pragmática (GOLDNADEL, 2019, p. 79).

Nos parágrafos acima, buscamos exemplificar como os aspectos pragmáticos podem contribuir para os estudos da linguagem verbal. Nesse sentido, entendemos que a análise que propomos neste trabalho está alinhada a essa perspectiva na medida em que busca verificar como marcas linguísticas, neste caso relativas à personalidade, apresentam-se como estratégia de negociação e como forma de ação sobre o outro em determinada situação social de interação.

Parret (1988), ao falar sobre Pragmática, defende que “em filosofia da linguagem o sentido se caracteriza como globalmente ligado ao contexto” (PARRET, 1988, p. 22). No entanto, o autor afirma que privilegiar o contexto não torna a Pragmática “vaga e assistemática”, pois os tipos de contextos devem ser distinguidos, e sua relevância gramatical precisa ser considerada. A relevância gramatical, pertinente para os estudos pragmáticos, de acordo com Parret (1988), não se aproxima da gramática de Chomsky, mas procura estabelecer relações com a ‘gramática profunda’ de Wittgenstein. O padroeiro dos filósofos e semioticistas orientados pragmaticamente desenvolve a noção de uma gramática que é “de todo uso da língua, em sua diversidade e infinidade e, portanto, não é idêntica à gramática do linguista”. Wittgenstein parte do pressuposto de que o discurso é rico, uma ‘forma de vida.

Além disso, Parret (1988) evidencia que a estratégia é a noção central de toda Pragmática, porque em Pragmática são pertinentes estratégias ao invés de regras. Assim, seria um desacerto entender os contextos como

“conjuntos de variáveis existindo autonomamente e independentemente do processo de comunicação entre membros de uma comunidade” (PARRET, 1988, p. 22), pois, como explica o autor, os contextos são dinâmicos e dependem da atividade de fala.

O autor explicita ainda que a compreensão de um diálogo é dependente do contexto. Parret (1988) desenvolve uma discussão que aborda a ideia de compreensão, diálogo e contexto e afirma que “o compreendedor é justificado em sua compreensão [...], não pelas suas experiências ou estados mentais, mas pelas ‘circunstâncias’ do uso da produção/compreensão do fragmento discursivo” (PARRET, 1988, p. 209).

Sobre o cotexto, Parret (1988) explica que é necessário recorrer a esse elemento mais atentamente, principalmente quando os enunciados são gramaticalmente ambíguos. Segundo o autor, “os enunciados e seus fragmentos nunca estão isolados em uma sintagmática: o co-texto é o ‘texto que circunda’, qualquer que seja sua extensão e as unidades dialógicas que o constituam” (PARRET, 1988, p. 211). Porém, o autor especifica que o cotexto tem uma “estrutura macrogramatical” e, por isso, tem uma capacidade limitada de desfazer ambiguidades. Dessa forma, seria também necessário recorrer ao contexto.

A discussão em torno da noção de contexto, na perspectiva da Pragmática, aponta também para os conceitos de enunciação, enunciado, enunciador e enunciatário para essa ciência. Fiorin (2007) faz suas contribuições acerca da enunciação e do enunciado. O autor compreende a enunciação de acordo com Benveniste (1976): “a enunciação é a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (FIORIN, 2007, p. 162). Logo, ela é unidade constitutiva do enunciado, que, por sua vez, é o estado que resulta da enunciação, qualquer que seja sua composição sintagmática.

Ademais, para o autor, enunciador e enunciatário correspondem ao autor e leitor implícitos ou abstratos. Cada um é responsável por uma parte da comunicação: o enunciatário, por ser considerado como “filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso” (FIORIN, 2007, p. 163), e o enunciador é o produtor real, que leva em conta suas vivências e as do enunciatário a quem ele se dirige. O que podemos

compreender com tal afirmação é que, no enunciado, para todo *eu* existe necessariamente um *tu* e que ambos são constituídos por seus contextos.

Ao tratar sobre o conceito de contexto, Yule (1996) observa que a Pragmática se preocupa com o estudo do significado expresso pelo enunciador e interpretado por um enunciatário. A interpretação do que é proferido deve ser sempre levada em consideração dentro do contexto em que os ambos estão inseridos, ou seja, é preciso considerar como o enunciador organiza suas falas de acordo com: quem é seu enunciatário, qual é o momento da fala e em quais circunstâncias a enunciação está sendo proferida, assim, podemos dizer que a Pragmática é o estudo do significado contextual (YULE, 1996).

Para deixar ainda mais clara a importância do contexto para a Pragmática, recorreremos à Cutting (2002). O autor menciona uma famosa sentença dita pela rainha Victoria: “We’re not amused”<sup>4</sup>. Para entendê-la, precisamos saber que ela foi dita pela rainha em interlocução com cortesãos que haviam contado uma piada a ela no período de pós-morte de seu marido, Albert, fase em que a rainha enfrentava uma longa e profunda depressão.

Os analistas dessa sentença, conscientes do seu contexto de produção, poderiam inferir que a intenção da rainha era fazer com que os cortesãos parassem de tentar animá-la. Ademais, poderiam interpretar que a rainha estava deixando um lembrete de que ela não está em sua posição para rir de piadas e de que precisa ser respeitada como rainha.

Ao citar esse exemplo, Cutting (2002) explica que a Pragmática foca no significado das palavras durante a interação e como os interlocutores são capazes de expressar mais do que foi dito. Cutting (2002) também chama atenção para o fato de a Pragmática se preocupar com a função da linguagem em uso e com os propósitos dos falantes ao dizerem determinada coisa, em curto e longo prazo. No exemplo da rainha, pode-se dizer que ela tinha o propósito de impor respeito e fazer com que os cortesãos parassem com as piadas.

Além disso, os princípios sociais do discurso também são caros para a Pragmática. No exemplo, pode-se perceber que a rainha se importa com a máxima social de ser relevante, precisa, clara e sincera e seus cortesãos

---

<sup>4</sup> “Nós não estamos nos divertindo.” (CUTTING, 2002, p. 1. Tradução nossa).

esperam que ela se porte de tal modo. Ao dizer tal sentença, a rainha respeitou a máxima da polidez, pedindo para que os cortesãos parassem com as piadas de maneira educada e sem ofensas. Assim, a Pragmática leva em conta uma perspectiva sociocultural do uso da linguagem, examinando como os princípios de comportamento social são expressos de acordo com a distância social entre os falantes.

De acordo com Yule (1996), também é importante explorar como os ouvintes podem fazer inferências sobre o que é dito, buscando chegar ao significado pretendido pelo falante em sua enunciação. Dessa forma, podemos entender que a Pragmática explora o significado do implícito.

Yule (1996) questiona, então, sobre o que determina a escolha do falante em dizer algo explícito ou implícito. Ele chega à conclusão de que a resposta está relacionada à noção de proximidade entre os interlocutores. A proximidade, seja ela física ou social, significa experiências compartilhadas. Assim, saber quão próximo o ouvinte é determina o quanto precisa ser dito e evidenciado pelo falante.

## 2.2 UMA VISÃO PRAGMÁTICA DE NEGOCIAÇÃO

Nesta subseção, fazemos uma abordagem do que entendemos por 'negociação'. Nem todos os autores consultados para se chegar a essa definição apresentam contribuições dentro da área da Pragmática; no entanto, entendemos que as análises propostas permitem entender a ideia de 'negociação' como um evento discursivo que implica intenções que são movimentadas por interactantes em determinada situação enunciativa. Ou seja, permite entendê-la como um evento pragmaticamente localizado.

Iniciamos o debate com a contribuição de Parret (1988):

Seria um erro pensar os contextos como conjuntos de variáveis existindo autonomamente e independentemente do processo de comunicação entre membros de uma comunidade: os contextos são dinâmicos, são moldados pela própria atividade de fala, e são antes o resultado (output) do que a causa (input) da competência criativa do falante (PARRET, 1988, p. 22).

O sentido, então, é dado através da complexa interdependência estabelecida entre o que já está concluído – fruto do contexto em que o autor está inserido – e do que está sendo construído – pela consciência interpretativa do segundo sujeito, que também pratica seu ato de juízo. Considerando essa noção de compartilhamento de sentidos entre sujeitos, passamos a tratar da noção de negociação estabelecida em um texto argumentativo.

De acordo com Golder e Coirier (1996), é por meio da argumentação que o enunciador tenta levar o enunciatário a aceitar o argumento proposto, agindo em suas opiniões, atitudes e comportamentos. O enunciador induz a opinião do seu público por meio de operações como a persuasão e a argumentação.

Golder e Coirier (1996) mencionam as diferenças entre essas operações: quando se utiliza da persuasão, o enunciador coloca-se em uma posição de legitimidade para controlar o enunciatário e forçá-lo a concordar com sua fala. Dessa forma, o ato de persuadir não exige justificação, que é definida como qualquer sentença que torna outra sentença mais aceitável<sup>5</sup>, já que sua legitimidade é extrínseca. Por outro lado, um enunciador que ocupa a posição de argumentador preocupa-se em fazer com que o seu enunciatário compreenda a razão pela qual aquilo que está dizendo é válido e crível.

Ademais, “for the audience to accept an opinion, a speaker must leave room for negotiation”<sup>6</sup> (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 272). O enunciador, então, deve entender seu enunciatário como um participante da interação que precisa entender o que foi dito como um julgamento sobre os fatos e não como fatos em si, ou seja, o enunciador deve aplicar, em seu discurso, enunciados axiológicos em oposição a enunciados factuais.

A negociação pode ocorrer por meio do distanciamento do enunciador, que acontece quando sua incerteza aparece em colocações como “eu acho”, “eu acredito”, “talvez”; ou quando o enunciador demonstra estar avaliando algo como bom ou ruim “é bom”, “é estúpido” etc. A negociação pode se conceber nos momentos em que o enunciador se distancia do conteúdo do texto e utiliza-

---

<sup>5</sup> Original: “Justification is defined non normatively as any statement which makes another statement more acceptable” (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 272). (“Justificação é definida não normativamente como qualquer sentença que torne outra sentença mais aceitável”) (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 272. Tradução nossa).

<sup>6</sup> “[...] para que o público aceite uma opinião, o falante deve deixar espaço para a argumentação” (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 272. Tradução nossa).

se de argumentos que vão de acordo com valores sociais aceitáveis para ele e para o seu enunciatário. Golder e Coirier (1996) também afirmam que a construção da negociação é mais complexa do que da justificação, pois conta com operações como a contra-argumentação e exige um gerenciamento do discurso mais elaborado, já que o enunciador deve fazer com que o “modo diálogo” aconteça em um monólogo. Isso ocorre, por exemplo, quando o autor lança perguntas retóricas, apresenta um ponto de vista contrário do seu (que pode ser uma possível resposta do leitor) e refuta-o logo em seguida.

Por sua vez, a justificação ocorre quando algo que foi enunciado é justificado, como, por exemplo, no enunciado “Pollution is everyone’s problem since we are all in danger of dying”<sup>7</sup> (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 274). Corbari (2013) acrescenta que “a justificação permite que se construa uma teia de argumentos que se interconectam para construir a orientação argumentativa do texto” (CORBARI, 2013, p. 23). Assim, observamos que a negociação e a justificação, apesar de se constituírem como movimentos textual-argumentativos diferentes, são processos complementares entre si, pois é necessário que façamos uso de ambos para construir uma sequência argumentativa, pelo menos em textos mais formais de interação, como é o caso do artigo de opinião.

Ademais, Golder (1992) ao falar sobre o papel da cooperatividade entre sujeitos do discurso, menciona alguns tipos de marcadores textuais relacionados a tipos de cooperatividade, ou seja, que colaboram para a construção de um tópico discursivo coerente entre os participantes da interação. Entre os tipos citados pela autora, interessa-nos, nesta pesquisa, mais especificamente, o seguinte tipo: “*involvement in utterances: the negotiable nature of argumentative discourse, and speaker degree of egocentricity from what is said (true for me/true for everyone)*”<sup>8</sup> (GOLDER, 1992, p. 53).

Golder (1992) afirma que, ao apresentar uma opinião, o enunciador reconhece que, eventualmente, outros argumentos/crenças surgirão na superfície argumentativa, tornando a negociação possível. Ao buscar construir

---

<sup>7</sup> “A poluição é um problema de todos, pois estamos todos em perigo de morrer” (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 274. Tradução nossa).

<sup>8</sup> “envolvimento no enunciado: a natureza negociável do discurso argumentativo e o nível de egocentrismo do falante do que é dito” (GOLDER, 1992, p. 53, Tradução nossa).

uma operação de argumentos negociáveis, o enunciador demonstra que não encara seu enunciatário como um ouvinte/leitor passivo, mas como alguém que tem suas opiniões e está disposto a estabelecer trocas. Desse modo, ao levar em conta o tipo de orientação argumentativa proposta pelo enunciatário (ou que seria apresentada, posteriormente, em caso de um texto escrito), o enunciador precisa colocar-se um passo à frente, a fim de conseguir construir seu contra-argumento, já tendo consciência do posicionamento de seu enunciatário.

Assim, dentre os motivos que fazem com que a negociação seja considerada um processo argumentativo intrincado, destaca-se a complexidade exigida em seu processo de elaboração, que consiste, sobretudo, na pressuposição de que o enunciador necessite: expressar sua opinião; considerar o contexto/crenças/saberes/desejos/valores do enunciatário; mostrar certo distanciamento em relação ao próprio argumento (“eu acho”, “talvez”); construir um contra-argumento com base na opinião do enunciatário.

Analisando textos opinativos produzidos por alunos, Corbari (2013) acrescenta que a “negociação [...] diz respeito à forma como o produtor relaciona recursos linguísticos, manipulando-os para agir sobre o interlocutor, orientando a produção de sentido(s) a partir de sua posição sobre o tema abordado” (CORBARI, 2013, p. 25). A autora também afirma que

No caso do artigo de opinião, [a negociação] tem como fim validar e fazer prevalecer o ponto de vista apresentado no texto. Trata-se, então, de característica presente no texto argumentativo, considerando que, para o interlocutor aceitar a opinião do produtor, este precisa lançar mão da negociação (CORBARI, 2013, p. 138).

Vale observar que o artigo de opinião apresenta características que colaboram para a construção de um alto nível argumentativo, visto que o gênero busca informar e convencer uma audiência em massa, tratando de questões das áreas do discurso político, social e científico a fim de englobar os interesses dos leitores em geral.

Observamos, assim, que os elementos linguísticos, explicitados na superfície textual, podem contribuir para a construção da negociação no artigo

de opinião. Entre esses elementos, destacamos o papel da *primeira pessoa do plural e do singular* mobilizadas pelos autores. Reconhecemos que outras formas linguísticas também podem ser fundamentais na construção da negociação e atuam no movimento argumentativo implicado na marca de pessoalidade; no entanto, decidimos focar no uso da primeira pessoa, já que uma análise mais abrangente demandaria mais tempo de pesquisa.

Esse recorte em relação ao objeto de análise justifica-se pelo fato de a primeira pessoa ser um recurso linguístico recorrente no gênero artigo de opinião, como podemos averiguar na pesquisa realizada por Silveira (2017). A autora analisa, entre outras ocorrências, o uso de pronomes em artigos de opinião<sup>9</sup>.

Nessa pesquisa, é possível notar que, entre os pronomes utilizados, a maioria (72%) são pronomes de primeira pessoa do plural. Além disso, compreendemos que essa marca de pessoalidade, apresentada também na desinência verbal número-pessoal ou por meio de expressões como ‘a gente’, por exemplo, pode contribuir na composição da negociação. Ao incluir-se na enunciação, o produtor insere-se no discurso tendo em vista agir sobre o interlocutor. Por outro lado, ao movimentar o *eu*, também o faz com vistas a alinhar o interlocutor à perspectiva abordada no texto. Na próxima subseção, tratamos especificamente sobre a estratégia linguística tematizada neste trabalho.

### 2.3 AS MARCAS DE PRIMEIRA PESSOA

Considerando a grande influência grega na construção do pensamento ocidental, destacamos a gramática de Dionísio o Trácio, um dos primeiros registros gramaticais da história, como uma forte influência para a construção da nossa tradição gramatical atual.

---

<sup>9</sup> É importante destacar que a pesquisa de Silveira (2017) utiliza como *corpus* artigos de opinião produzidos por alunos em uma prova de vestibular. Apesar de não podermos considerar artigos de opinião produzidos por alunos dentro desse contexto como textos que apresentam exatamente o mesmo funcionamento do gênero em seu contexto de produção jornalístico, levamos em consideração que, ao escrever um artigo de opinião em um concurso de vestibular, o aluno simula uma posição de autoria real. Consideramos que essa simulação pode gerar textos aproximados aos produzidos pelos articulistas e, por isso, avaliamos que os dados da pesquisa de Silveira (2017) são úteis para o desenvolvimento desta pesquisa.

Dionísio o Trácio foi responsável pela primeira gramática sistematizada da língua grega (séc. II a.C.), sendo o primeiro gramático a falar das pessoas do discurso, conforme pontua Neves (2011). A autora cita que Dionísio o Trácio classificou a primeira pessoa como a pessoa que fala (de quem parte o discurso); a 2ª pessoa como aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso) e a 3ª pessoa como aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso), conceito que ainda permeia o ensino gramatical nas escolas, embora já questionado pela Linguística. Com pequenas variações, vemos esse conceito em diferentes compêndios gramaticais, como exemplifica a definição apresentada por Cunha e Cintra (1985):

Os pronomes pessoais caracterizam-se:

1º) por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no colóquio:

a) *quem fala* = 1.ª pessoa: *eu* (singular), *nós* (plural);

b) *com quem se fala* = 2.ª pessoa: *tu* (singular), *vós* (plural);

c) *de quem se fala* = 3.ª pessoa: *ele, ela* (singular); *eles, elas* (plural) (CUNHA; CINTRA, 2006, p. 201, grifos dos autores).

Rocha Lima (2011) também apresenta as formas verbais que, por meio da conjugação, declaram a qual das três pessoas se refere o predicado, e, também, o número gramatical (singular ou plural) dessas pessoas: “am-O (eu), am-a-S (tu), am-A (ele, ela), am-a-MOS (nós), am-a-IS (vós), am-a-M (eles, elas)” (ROCHA LIMA, 2011, p. 157). As gramáticas pautadas na tradição seguem esse paradigma das pessoas (1ª, 2ª e 3ª) também ao apresentar os pronomes oblíquos e possessivos.

Como crítica à essa abordagem, Lopes (2007) destaca que a apresentação dada pelos gramáticos sobre os pronomes não inclui formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial (*você/vocês/a gente*) e concebe de forma equivocada os pronomes *nós* e *vós* como plurais de *eu* e *tu*. Sobre isso, consideramos fundamental mencionar aqui as contribuições de Émile Benveniste (1991) acerca dos pronomes.

Começamos o percurso referindo-nos a uma proposição para ‘pessoa’ e ‘subjetividade’ na teorização do autor. Em um dos capítulos de *Problèmes de Linguistique Générale*, publicado inicialmente em 1966, o linguista versa sobre *A natureza dos pronomes*.

Nesse capítulo, Benveniste (1976) destaca que os pronomes não pertencem a uma classe unitária: “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos ‘as instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, [1966]1976, p. 277).

Assim, Benveniste (1976) explica que ao empregar um nome, referimo-nos a uma ‘noção constante e objetiva’, que se atualiza num objeto singular e que permanece sempre idêntica na representação que desperta. Esse é o caso da terceira pessoa. A terceira pessoa não se refere especificamente a nenhuma pessoa e pode representar qualquer sujeito ou coisa que jamais será participante da situação de enunciação.

O caso do *eu* e do *tu* não constituem uma classe de referência “Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único proposto como tal” (BENVENISTE, [1966]1976, p. 278). A definição de Benveniste nos mostra que as instâncias de referência de *eu* e *tu* são subjetivas, pois nunca se referem a um mesmo objeto e só podem ser definidas na instância do discurso.

O autor, então, fundamenta a presença linguística da subjetividade na linguagem, determinada pelo *status* linguístico de ‘pessoa’ (FLORES, 2013). O linguista francês foi o primeiro a falar sobre a consistência puramente linguística do *eu*, termo que não pode ser identificado senão na instância do discurso.

Em relação à crítica feita por Lopes (2007) de que as gramáticas concebem formas equivocadas do plural na categoria de pessoa, também podemos recorrer a *Problemas de Linguística Geral* (1991). Nesse texto, o autor constata que, ao observar as três formas singulares dos pronomes, supõe-se que elas podem transportar-se de forma paralela para o plural, o que não se verifica no funcionamento real das línguas:

[...] nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. Além do mais, cria-se em inúmeras línguas uma diferenciação da forma verbal da primeira pessoa sob dois aspectos (inclusivo e exclusivo) que denuncia uma complexidade particular (BENVENISTE, 1991, p. 255-256).

Nesse sentido, não ocorre uma pluralização do *eu*, pois o *eu* é dotado de unicidade e subjetividade. Assim, não pode haver vários *eu*, mas sim uma junção do *eu* com o *não-eu* (seja qual for o conteúdo desse *não-eu*). Ou seja, no *nós* está sempre implícito um *eu*, pois a presença do *eu* é constitutiva de *nós*. Porém, em *nós*, o *eu* não está sozinho, pois conta com a presença do *tu*, do *vós* ou do *eles*. A junção de *eu+tu* e de *eu+eles* é constituinte do que Benveniste (1991) chama de aspectos *inclusivo* (*eu+tu*) e *exclusivo* (*eu+eles*).

O linguista entende que a pluralização da pessoa verbal não resulta em um *eu* quantificado ou multiplicado, mas sim em um *eu* dilatado:

[...] de um lado, o 'eu' se amplifica por meio de 'nós' numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o 'nós' de majestade. De outro lado, o emprego de 'nós' atenua a afirmação muito marcada de 'eu' numa expressão muito mais ampla e difusa: é o 'nós' de autor ou de orador [...] se misturam a necessidade de dar a 'nós' uma compreensão indefinida e a afirmação voluntariamente vaga de um 'eu' prudentemente generalizado (BENVENISTE, 1991, p. 258).

Nesse trecho, Benveniste (1991) explica que os plurais não existem apenas para representar a quantidade de pessoas: pode ser que o *nós* seja estrategicamente empregado para atenuar a presença muito marcada do autor no texto, por exemplo.

De forma geral, o linguista deixa claro que a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa “amplificada e difusa” (BENVENISTE, 1991, p. 258). O *nós* anexa ao *eu* uma globalidade indistinta de outras pessoas. Benveniste (1991) ainda acrescenta que a pessoa no singular é a ‘pessoa estrita’ e a pessoa no plural é a ‘pessoa amplificada’. “Só a ‘terceira pessoa’, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural” (BENVENISTE, 1991, p. 259).

Neves (2018) também faz menção aos usos *inclusivo* e *exclusivo* da primeira pessoa do plural quando explicita que as formas plurais de pronome pessoal nem sempre fazem referência apenas a indivíduos da mesma pessoa do discurso. É comum que elas façam referência a indivíduos de diferentes pessoas do discurso. No caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa (*nós*, *nos*), é comum que haja o envolvimento de uma segunda ou terceira pessoa (ou ambas). Eles podem representar:

- Primeira pessoa + segunda(s) pessoa(s):  
Ex.: Escuta, Maria Luiza, vamos conversar nós duas! [nós = eu + tu]; [...] Não, Cló pode ficar, não tem problema. Porém tudo que acontece deve ser apenas do conhecimento de nós quatro, de mais ninguém. [nós = eu + vocês três]; [...]
- Primeira pessoa + terceira(s) pessoa(s):  
Nós, eu e minha irmã, éramos como bonecos para papai e mamãe.[nós = eu + minha irmã (ela)]; [...]
- Primeira pessoa + segunda pessoa + terceira pessoa:  
Mas os índios têm como nós uma alma imortal [nós = eu + vocês + outros homens brancos (eles)]; (NEVES, 2018, p. 489-490).

Neves (2018) destaca, também, que nem sempre a forma plural do pronome pessoal indica somente uma variedade de referentes. Por exemplo, com o pronome plural de primeira pessoa, podemos verificar os seguintes casos:

O falante usa o pronome 'nós' para falar por um grupo ao qual pertence:  
A gente se acostumou a viver numa cidade agitada, televisão, rádio, cinemas, eleições violência urbana, catástrofes. Como é que vive um índio? Um montanhês, como é que vive um montanhês? Ou um camponês, que só precisa de uma terrinha e das próprias mãos para viver? Nós temos de ser igual a eles!  
[nós = o grupo de habitantes urbanos]  
Nós devemos satisfações ao nosso nível social.  
[nós = o grupo de membros de uma sociedade]  
Nós somos uma empresa de software.  
[nós = nossa empresa] (NEVES, 2018, p. 491).

Há também os casos de referenciação pessoal genérica, nos quais os falantes deixam de referir-se especificamente ao falante (primeira pessoa) e equivalem a “qualquer pessoa”. Por exemplo, se um instrutor de trânsito está dando aula para uma turma de novos condutores e decide dar um exemplo, ele pode dizer: “É preciso que eu aplique, que eu utilize os sinais de trânsito na hora certa” (NEVES, 2018, p. 499). No entanto, ele não está se referindo a si mesmo, mas a todos os futuros condutores que estão ouvindo, ou até mesmo aos condutores já formados que estão dirigindo pelas ruas.

No caso da primeira pessoa do plural, a referenciação genérica ocorre, mas não apresenta indeterminação total, pois na primeira pessoa do plural está sempre incluído o falante (*eu*), que já é um referente determinado, como neste exemplo: “A nossa falta de liberdade consiste sobretudo em que nós gostamos

do que escolhemos e não do que deveríamos escolher para alcançar a felicidade que procuramos” (NEVES, 2018, p. 499). Nesse caso, se pudéssemos analisar o trecho em seu contexto, saberíamos a identidade do produtor e teríamos apenas os demais sujeitos como indeterminados.

Fiorin (1996) reforça os estudos clássicos de Benveniste (1991) ao dizer que existem formas distintas para as chamadas primeira e segunda pessoas do plural e, portanto, não se pode dizer que há nelas uma simples pluralização, o que ocorre na terceira pessoa. As marcas de plural de feminino (ele = eles, ele = ela) assinalam a ausência de pessoalidade. Assim, o autor afirma que o significado das pessoas são:

eu: quem fala, eu é quem diz eu;  
tu: aquele com quem se fala, aquele a quem o eu diz tu, que por esse fato se torna o interlocutário;  
ele: substituto pronominal de um grupo nominal, de que tira a referência; participante do enunciado; aquele de que eu e tu falam;  
nós: não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um eu com um não eu; há três nós: um inclusivo, em que ao eu se acrescenta um tu (singular ou plural); um nós exclusivo, em que ao eu se juntam ele ou eles (nesse caso o texto deve estabelecer que sintagma nominal o ele presente no nós substitui) e um nós misto, em que ao eu se acrescentam tu (singular ou plural) e ele(s).  
vós: um vós é o plural de tu e outro é um vós, em que ao tu se juntam ele ou eles;  
eles: pluralização de ele (FIORIN, 1996, p. 60).

Fiorin (1996) explica, ainda, que existem três conjuntos de morfemas que servem para expressar a pessoa: os pronomes retos e oblíquos; os pronomes possessivos; e as desinências número-pessoais dos verbos. “Os pronomes pessoais exprimem as pessoas pura e simplesmente. Os retos exprimem a pessoa em função subjetiva e os oblíquos em função complemento” (FIORIN, 1996, p. 61). O autor ainda aborda os adjetivos possessivos, referentes ao que a gramática entende por ‘pronome possessivo’, como uma variante dos pronomes pessoais, assumindo também a função de marcar a pessoa.

O trabalho de Fiorin (1996) acerca das categorias de pessoa supera os estudos da gramática tradicional. O autor, baseado nos pressupostos da Linguística da Enunciação, considera a enunciação um acontecimento único,

realizado por sujeitos particulares em situações particulares e, portanto, fora dos quadros do sistema. Assim, seus estudos buscam evidenciar não apenas as formas linguísticas existentes, mas também seu funcionamento em todas as instâncias.

#### 2.4 A PRIMEIRA PESSOA NO TEXTO ARGUMENTATIVO

De acordo com Proctor e Su (2011) “we address others on a daily basis”<sup>10</sup> (PROCTOR; SU, 2011, p. 3251) e, para tal, recorreremos aos pronomes pessoais. Como citamos na seção anterior, a partir das teorizações de Benveniste (1976) sobre as pessoas do discurso, compreendemos que as 1ª e 2ª pessoas são subjetivas, não podendo ser diretamente relacionadas a um mesmo objeto, ou seja, o *eu* ou o *nós* sempre terá seu referente definido na funcionalidade do discurso, ou seja, trata-se de uso pragmaticamente situado.

Sobre isso, Bull e Fetzer (2006) afirmam que “The meaning of personal pronouns is context dependent and retrievable only by inference, and therefore is less determinate. Furthermore, it can shift as the status of the participants shifts in interaction”<sup>11</sup> (BULL; FETZER, 2006, p. 3). Para exemplificar, os autores mencionam o caso de uma entrevista com um candidato a determinado cargo político. Durante a entrevista, é possível identificar que o candidato explora o uso dos pronomes pessoais *eu* e *nós*, de acordo com a sua intenção de demonstrar seus feitos, ou de escapar/dividir a responsabilidade por acontecimentos que não agradaram a opinião pública, ou até mesmo para não precisar responder uma pergunta que envolva uma questão polêmica. Se a resposta do candidato for “We have always taken the position that ....”<sup>12</sup> (BULL; FETZER, 2006, p. 10), fica claro que ele não tem a intenção de posicionar-se e então, inclui o seu partido na resposta, recorrendo ao uso de *nós*, para permanecer neutro em relação à polêmica incitada.

---

<sup>10</sup> “Nós nos referimos às pessoas diariamente” (PROCTOR; SU, 2011, p. 3251. Tradução nossa).

<sup>11</sup> “O significado dos pronomes pessoais depende do contexto e só pode ser recuperado por meio de inferências, e, portanto, é menos determinado. Ademais, o uso dos pronomes pode mudar, de acordo com a mudança do *status* apresentado pelo falante durante a interação” (BULL; FETZER, 2006, p. 3. Tradução nossa).

<sup>12</sup> “Nós sempre tomamos a posição de que...” (BULL; FETZER, 2006, p. 10. Tradução nossa).

Nesse contexto, Proctor e Su (2011) afirmam que “The ease with which personal pronouns may be used to convey different meanings makes them a perfect tool for rhetorical purposes”<sup>13</sup> (PROCTOR; SU, 2011, p. 3255). Desse modo, todos esses efeitos podem ser altamente relevantes na construção da negociação em um texto argumentativo.

Os exemplos acima foram retirados de pesquisas que relacionam o uso da primeira pessoa a discursos políticos. Da mesma forma, o artigo de opinião envolve propósitos retóricos, e a primeira pessoa, também, nesse contexto enunciativo, apresenta-se como um recurso produtivo que pode ser usado para indicar uma aproximação ou um distanciamento do enunciador em relação ao conteúdo de seu enunciado e ao enunciatário.

Além das pesquisas mencionadas acima, ainda contamos com o estudo de Silveira (2017) para entender melhor sobre o funcionamento da primeira pessoa em textos opinativos. Em sua pesquisa, *A articulação entre ethos e efeitos de sentido: uma visão enunciativa sobre articuladores textuais, pronomes e verbos em textos do vestibular da UFSM*, a autora dedica uma seção ao estudo dos pronomes no artigo de opinião. Silveira (2017) considera 23 artigos de opinião produzidos por candidatos ao vestibular da UFSM do ano de 2014, com a temática *Juventude conectada – evolução ou problema social?*.

Ao analisar algumas sequências enunciativas, como esta: “De modo geral a conectividade nos torna informados sobre os assuntos da atualidade, depende unicamente de nós procurar as informações que nos sejam úteis” (SILVEIRA, 2017, p. 90), a autora verifica que o locutor se marca na primeira pessoa do plural por meio de verbos e de pronomes. No exemplo acima, Silveira (2017) apresenta um artigo de opinião cuja tese diz respeito à influência que a *internet* exerce sobre a opinião dos jovens, contextualiza-se o tema por meio do referente *jovens*, no início do texto.

Silveira (2017) explica que ao se marcar na primeira pessoa do plural, “a imagem do locutor, de quem parte o discurso, tende a fazer referência a si mesmo, se autorreferenciar, mas se colocando como pertencente ao grupo de

---

<sup>13</sup> “A facilidade com que os pronomes pessoais podem ser usados para transmitir diferentes significados faz com que eles sejam a ferramenta perfeita para propósitos retóricos (PROCTOR; SU, 2011, p. 3255. Tradução nossa).

jovens que usufrui da conectividade proporcionada, principalmente, pela internet” (SILVEIRA, 2017, p. 90).

Segundo a autora, o uso da primeira pessoa do plural, nesse caso, cria um efeito de unidade, em que as ideias expostas são compartilhadas por um grupo de possíveis leitores, evitando um tom expositivo por parte do locutor.

O locutor, por meio da primeira pessoa do plural, marca-se como uma espécie de “porta-voz” do pensamento coletivo dos jovens. Em função desse recurso, a imagem do locutor surge como se fosse um ser que pode tentar alcançar o propósito do gênero artigo de opinião: convencer ou persuadir o auditório/os leitores, que podem ser, nesse contexto simulado, jovens interessados pela temática, justamente por pertencerem a esse grupo (SILVEIRA, 2017, p. 91).

Nesse exemplo, podemos notar que as marcas de primeira pessoa do plural que emergem do autor do texto, destacam seu posicionamento em relação ao tema. Assim, considerando que o enunciador se coloca como *jovem*, a estratégia de recorrer à primeira pessoa é valorosa para que ele alcance seu propósito de convencimento.

De forma geral, os estudos consultados dão margem à interpretação de que o uso da primeira pessoa retrata uma estratégia de negociação importante no gênero que estudamos, pois a categoria pessoa contribui para estabelecer os lugares dos interactantes na negociação.

Depois de estabelecermos considerações gerais sobre a primeira pessoa, na próxima seção, realizamos alguns apontamentos acerca da esfera jornalística e de outros elementos importantes para a constituição do artigo de opinião, os quais são considerados na análise proposta.

### **3 ARTIGO DE OPINIÃO: ESFERA SOCIAL E CARACTERÍSTICAS RELEVANTES PARA A ANÁLISE**

Uma análise pautada na Pragmática considera as condições de produção do texto. O gênero escolhido para a interação é, em grande medida, um elemento contextual relevante na análise do texto. Assim, neste capítulo, fazemos uma abordagem da esfera jornalística e do gênero artigo de opinião.

De início, tratamos da esfera jornalística e de suas especificidades. Na sequência, centramos nosso olhar no artigo de opinião e alguns movimentos prototípicos desse gênero que são relevantes para a análise proposta. Assim, em 3.2, tratamos do movimento de engajamento descrito por Rodrigues (2001). Em 3.3, abordamos o *ethos* discursivo e a teoria da preservação das faces, explicitando como tais elementos podem contribuir para a movimentação argumentativa.

De forma geral, esta seção busca tratar de questões que são relevantes/recorrentes no gênero artigo de opinião<sup>14</sup>, por isso, inicialmente, descrevemos o gênero e sua funcionalidade. Depois, mencionamos que o artigo de opinião pressupõe uma interlocução ativa do leitor (RODRIGUES, 2001) e, por último, descrevemos a função do *ethos* nesse gênero que conta com a identidade do articulista como uma de suas partes constitutivas.

### 3.1 APONTAMENTOS SOBRE A ESFERA JORNALÍSTICA

Rodrigues (2001) faz algumas considerações sobre as especificidades da esfera jornalística<sup>15</sup>. Segundo a autora, para que se possa compreender a forma como cada esfera é constituída, devemos analisar suas condições sócio-históricas, sua origem e sua função sociodiscursiva no conjunto da vida social.

A origem do jornalismo, conforme Rodrigues (2001), se deu no período da revolução burguesa contra a aristocracia. Naquele momento, os esforços dos revolucionários causaram a queda da censura prévia, exercida principalmente pela Igreja. Além disso, os burgueses reivindicavam uma escola democrática, como instrumento de divulgação e apropriação do saber

---

<sup>14</sup> Esta pesquisa baseia-se nos pressupostos da Pragmática. No entanto, compreendemos que o diálogo com outras áreas como a Teoria Dialógica pode criar um maior enriquecimento teórico. Dessa forma, nesta seção, para tratar do artigo de opinião, buscamos suporte em Rodrigues (2001), por considerarmos que a contribuição da autora enriquece as análises aqui propostas. Por isso, trataremos alguns termos advindos de uma perspectiva bakhtiniana, visto que a autora trabalha a partir dessa perspectiva.

<sup>15</sup> O termo “esfera” está sendo usado de acordo com Bakhtin (1997). O autor explica que “A utilização de uma língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas” (BAKHTIN, 1997, p. 279).

historicamente acumulado pela humanidade. Dessa forma, o processo de alfabetização, que ocorreu em larga escala, viabilizou a leitura dos jornais.

Todos esses fatores impulsionaram o desenvolvimento do jornalismo, que, em um primeiro momento, caracterizou-se por apresentar um caráter essencialmente opinativo, devido ao advento da propagação de ideias da burguesia. Nesse contexto, a informação tornou-se um bem necessário: as notícias sobre outras regiões, além de serem um instrumento político, eram úteis para as previsões econômicas. Tais condições sociais, em conjunto com o surgimento da imprensa, configuraram a consolidação da esfera jornalística.

Rodrigues (2001) explicita que só podemos entender como uma esfera é constituída depois de analisar suas condições sócio-históricas, sua origem e sua função sociodiscursiva no conjunto da vida social. Sendo assim, apresentamos, brevemente, nos parágrafos anteriores as condições sócio-históricas que possibilitaram a origem do jornalismo. Para que possamos entender, também, sua função sociodiscursiva, recorreremos a Rabaça (2005).

O autor explica que o jornalismo é uma atividade profissional que procura apurar os fatos e fazer a transmissão periódica de informações da atualidade para o grande público ou para determinados grupos. Essa transmissão de informações é feita por meio de veículos de difusão coletiva como jornais, revistas, rádio, televisão, cinema etc.). Rabaça (2005) esclarece que a esfera jornalística difere de outras esferas como, por exemplo, a publicitária, principalmente pela exigência de periodicidade, por seu conteúdo e pela sua finalidade de transmissão.

Ademais, o autor elucida que o jornalismo se manifesta de diferentes formas (jornalismo impresso, telejornalismo, radiojornalismo, cinejornalismo), porém, todas essas formas apresentam características semelhantes no tratamento da informação.

Dessa forma, entendemos que o desenvolvimento do jornalismo ocorreu, desde então, passando por diversas fases e se adaptando às novas e diversas mídias. Hoje, ainda contamos com o jornalismo impresso e televisivo, mesmo que estes tenham, em partes, perdido seu espaço para as mídias vinculadas à *internet*, ou seja, a maioria dos jornais e revistas passaram a adotar versões *online* de suas edições.

Poder contar com versões *online* de textos que tinham sua forma consolidada em jornais impressos, por exemplo, implica na diferença no suporte de veiculação dos enunciados, fato que resulta em algumas mudanças quanto ao formato e ao conteúdo dos textos. A revolução da *internet* implicou em diversas mudanças. De acordo com Maingueneau (2005), “o suporte não é acessório” (MAINGUENEAU, 2005, p. 71). O autor menciona que o modo de manifestação material dos discursos, ou seja, o suporte, foi por longas décadas deixada para o segundo plano, já que o texto era considerado como uma sequência de frases dotadas de sentido, indiferentes ao meio em que circulavam.

No entanto, Maingueneau (2005) também declara que hoje estamos cada vez mais conscientes de que o *mídiun* não é somente um ‘meio’ de transmissão do discurso, pois uma mudança importante do *mídiun* modifica o conjunto de um gênero do discurso. A chegada dos meios mais tecnológicos, possibilitados pelo desenvolvimento da *internet*, fez com que a importância do papel executado pelo *mídiun* fosse percebido. A troca de suporte “não se trata apenas de uma simples troca de lugares e de canal; toda uma transformação da sociedade aí se encontra implicada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72).

Neste trabalho, selecionamos nosso *corpus* em um jornal que deixou de publicar suas edições impressas para investir exclusivamente na circulação *online*. Essa escolha de mudança no *mídiun* representa contar com uma maior interação do público leitor que pode fazer comentários e compartilhar a informação em tempo real, fato que é de extrema importância para o contexto pragmático desta pesquisa.

A esfera jornalística apresenta características como a periodicidade, a fácil adaptação aos diferentes suportes e uma apregoada seriedade em relação ao tratamento da informação. Tais características são relevantes para a constituição dos gêneros que fazem parte dessa esfera, como o artigo de opinião, sobre o qual trataremos na próxima subseção.

### 3.2 O ARTIGO DE OPINIÃO

Nesta subseção, abordamos o artigo de opinião como gênero da esfera jornalística. Recorremos, então, aos estudos de Rodrigues (2001), para falar

sobre o gênero, sua finalidade, seus participantes, seu objeto temático e seus diversos suportes.

De acordo com a autora, o artigo de opinião apresenta uma sistematicidade quanto a sua topografia no jornalismo impresso diário, pois situa-se, sempre, na seção *Opinião* de um jornal ou revista. O mesmo ocorre ao jornalismo *online*: os artigos publicados em revistas ou jornais disponíveis em páginas da *internet*, também estão situados na seção *Opinião*.

Tal sistematicidade na topografia do artigo pode ser justificada pelo fato de que a seção em que o texto está colocado é também um elemento constitutivo do gênero, já que estabelece que os textos ali colocados tratam especialmente de temas que geram comentários opinativos e advêm da polêmica. O posicionamento do artigo nessa seção permite ao leitor estar ciente sobre a finalidade de interação dos artigos de opinião.

Ademais, a diferença no suporte pode fazer com que o artigo não siga o mesmo formato do jornalismo impresso, apresentando um maior número de parágrafos, logo, maior extensão. No entanto, para a autora, devido à relação com a forma tradicional do gênero, apesar da possibilidade de uso de imagens e áudio no artigo, o material principal continua sendo a linguagem verbal escrita. O artigo constitui-se como um gênero característico do jornalismo impresso, seja ele impresso e veiculado por jornais e revistas, seja pela *internet*.

Sobre a temática do gênero, Rodrigues (2001) aponta que “o artigo se situa entre os gêneros que historicamente têm seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística” (RODRIGUES, 2001, p. 130). Ou seja, os artigos de opinião são textos que se preocupam com acontecimentos da vida pública. Esses textos podem ser políticos, ou relacionados aos grandes acontecimentos que mobilizam opiniões, como, por exemplo, as queimadas da Amazônia que ocorreram nos últimos meses do ano de 2019. Logo, a finalidade discursiva desse gênero é a manifestação social de um ponto de vista relacionado a um acontecimento social do universo temático jornalístico.

Ainda, o artigo tem um importante papel na imprensa, pois permite que a comunicação jornalística adquira um caráter mais amplo e não somente

informativo, pois ele apresenta outras perspectivas de análise e novas ideias sobre o cenário sociopolítico, já que admite autores especialistas que não são parte da equipe editorial. É importante mencionar que a noção de enunciador e enunciatário também é constitutiva do artigo. O papel do enunciador é o de dar a sua opinião como representante de um grupo de pessoas que está em uma posição social de “entendedor” do assunto, que está atualizado sobre os acontecimentos, isto é, o autor tem uma opinião de especialista. Já o papel do enunciatário é de reconhecer e assumir que o trabalho avaliativo do autor é válido ou não.

Nesse sentido, de acordo com Rabaça (2005), o articulista é um “Profissional que periodicamente escreve artigos assinados para jornais e revistas, onde opina pessoalmente sobre fatos econômicos, políticos e sociais. Pode ou não fazer parte do quadro funcional” (RABAÇA, 2005, p. 2). Aqui, observamos que a função do articulista, então, é escrever artigos para jornais e revistas, dando sua opinião pessoal sobre fatos relevantes para a sociedade.

De acordo com Rodrigues (2001), a opinião do articulista é, geralmente, valorizada, pois eles falam de lugares sociais, como

[...] a esfera política (governamental), representada preferencialmente por deputados federais. Em seguida, tem-se a esfera da indústria, do comércio e da administração, representada em grande parte por presidentes de associações empresariais da indústria, do comércio e da prestação de serviços. Outra esfera representativa é a científico-acadêmica. Entretanto, nessa situação, normalmente não se tem na posição da autoria a figura do cientista voltado para um objeto científico, mas a figura do homem social público falando, da sua esfera de atuação, sobre os acontecimentos sociais do momento. Essa posição se justifica porque os pesquisadores/professores são preferencialmente das áreas sociais: economia, história, sociologia, jornalismo etc. Também tem-se a presença das esferas religiosa, jornalística, artística e jurídica (RODRIGUES, 2001, p. 138).

Desse modo, o que se pode compreender é que a interação jornalística é uma situação de interação em que um dos participantes dialoga com a sociedade ou com uma parcela dessa sociedade. No caso do artigo de opinião, o articulista parte do ponto de vista de sua esfera de atuação, ou seja, ele é um representante especialista e legitimado.

Dentre os diversos fatores que influenciam na constituição do artigo, é significativo evidenciar a relevância que o conhecimento do enunciador sobre o seu enunciatário exerce na construção do enunciado. Ao escrever na seção *opinião* de um jornal ou revista (seja ele online ou impresso), o articulista, antecipadamente, toma conhecimento do seu público leitor. Tal reconhecimento ocorre, de forma geral, por meio de enquetes socioeconômicas estabelecidas pelas empresas de comunicação que possibilitam a configuração de um perfil do público leitor do jornal. Rodrigues (2001) cita como exemplo o fato de que as grandes empresas jornalísticas publicarem jornais diferenciados, que são construídos considerando-se diferentes tipos de destinatários, geralmente diferenciados segundo a classe socioeconômica a que pertencem. A autora recorre a exemplos de jornais catarinenses para mostrar que aqueles destinados às classes A e B têm a presença constante do artigo de opinião, enquanto jornais mais populares raramente apresentam esse gênero.

No que tange o aspecto formal do artigo, Melo (2003) explica que não há um padrão uniforme preestabelecido. Isso se dá, principalmente, pelo fato de que sua autoria está relacionada a uma pessoa externa à empresa jornalística e, portanto, confere liberdade ao autor. Corbari (2008), no entanto, entende que essa liberdade é relativa, visto que a escolha do gênero “dá certas diretivas de como o texto deve ser construído (CORBARI, 2008, p. 45).

Nesta pesquisa, ao observar os 20 textos selecionados para análise, percebemos que os autores não seguem um padrão quanto à estruturação dos parágrafos, visto que alguns são mais longos, outros mais curtos, alguns apresentam subtítulos. No entanto, quanto à composição linguística do texto, os artigos seguem as diretivas do gênero artigo de opinião, visto que apresentam a opinião do leitor, recorrem a primeira pessoa e a conectivos com teor semântico argumentativo etc. Nesse sentido, concordamos com a opinião de Corbari (2008) acerca da relatividade da liberdade do autor.

Nesta subseção, buscamos explicitar as principais características acerca do funcionamento do gênero estudado nesta pesquisa. Na próxima subseção, tratamos do movimento de engajamento no artigo de opinião.

### 3.3 O MOVIMENTO DE ENGAJAMENTO

Rodrigues (2001), em uma análise a partir da perspectiva Bakhtiniana, explica que o artigo de opinião estabelece um modo de orientação para o seu destinatário e para sua reação-resposta ativa. A partir de uma perspectiva pragmática, isso significa que para a constituição do artigo de opinião, é relevante que o enunciador estabeleça seu enunciado a partir da consideração de seu enunciatário e da interação que terá com ele. A construção do enunciado por parte do enunciador e o estabelecimento do seu ponto de vista, é orientado para o destinatário, mesmo que no artigo, assim como nos demais gêneros secundários, a resposta apresente uma ação retardada, pois a interação dos participantes é mediada por diferentes instâncias (a escrita, o suporte etc.).

A partir de tais considerações, Rodrigues (2001) apresenta o seguinte questionamento: “Como o articulista se orienta para o seu interlocutor e como o percebe?” (RODRIGUES, 2001, p. 209). A autora responde que, de forma geral, a finalidade da interação orienta-se para a busca da adesão do leitor ao ponto de vista do articulista e que ele se orienta para o seu interlocutor a partir de três movimentos: *o movimento de engajamento* do leitor ao discurso do autor, *o movimento de refutação* da resposta do leitor e *o movimento de interpelação* do leitor ao ponto de vista do autor.

Nesta pesquisa, consideramos relevante mencionar a importância do primeiro movimento: o de engajamento. Esse movimento é de grande valor no contexto deste trabalho porque pressupõe o efeito da primeira pessoa para sua construção. Nesse movimento, o articulista eleva o leitor à posição de seu aliado, como se fosse um coautor do artigo, ou seja, o discurso é construído como se o leitor fosse incorporado ao ponto de vista do autor, como se ambos compartilhassem um mesmo ponto de vista (RODRIGUES, 2001).

Dessa forma é possível perceber que a interação entre enunciador/enunciatário apresenta-se como “uma certa relação de imposição sobre o leitor” (RODRIGUES, 2001) quando este é colocado e enredado nas questões colocadas pelo articulista por meio do recurso à primeira pessoa, como podemos verificar abaixo no exemplo apresentado pela autora:

Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público será controlado. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que pagaremos a conta” (RODRIGUES, 2001. p. 217, grifos da autora).

Rodrigues (2001) acrescenta que o recurso à primeira pessoa pode “criar um efeito de dupla enunciação, de assimilação do ponto de vista do leitor ao do autor” (RODRIGUES, 2001, p. 218). A autora fortalece essa análise ao mencionar que, algumas vezes, o pronome *todos* aparece junto com o pronome pessoal ou o verbo, reforçando a adesão do leitor. Podemos verificar que essa observação da autora ocorre no *corpus* desta pesquisa:

[200]<sup>16</sup>Nosso sistema moral vigente mostra que **todos**<sup>17</sup>  
[201]nós temos alguma percepção do valor ambiental, quer seja para defender a manutenção de uma árvore ou nela vislumbrar uma forma de obtenção de lucro rápido. Para muitos, esta última é vista como uma virtude. Com muita frequência [202]ouvimos o argumento de que as pessoas precisam estar em primeiro lugar. Tudo se justifica em nome do “progresso” e do “bem-estar”. E sob esta lógica perversa habilmente [203]socializamos os prejuízos decorrentes da degradação ambiental.

No recorte acima, podemos observar que o enunciador reforça a assimilação do ponto de vista do leitor, recorrendo ao pronome *todos*. Recorrer a essa estratégia faz com que a tentativa do enunciador de engajar seu enunciatário esteja ‘mais evidente’ no corpo do texto.

Rodrigues (2001) também explica que o movimento de engajamento do interlocutor pode, em alguns textos, assumir ‘nuances particulares’ (RODRIGUES, 2001, p. 218). Isso significa que o texto pode se iniciar em primeira pessoa do singular (o eu do articulista) e terminar na primeira pessoa do plural (articulista+leitores):

[Texto 17] [172]**Tenho para mim** que a Covid-19 escancarou para toda a humanidade a mesquinhez e a soberba dos

---

<sup>16</sup> A numeração entre colchetes refere-se ao número da ocorrência dentro do *corpus*. Os textos que compõem o *corpus* estão disponíveis no anexo 1.

<sup>17</sup> Optamos por negritar, dentro do parágrafo, apenas as ocorrências às quais estamos fazendo referência.

homens, que se julgavam donos do presente e do futuro, senhores do lucro e do progresso, dominadores da tecnologia. Porém espelham-se, repentinamente, em sua humanidade decaída, estampam sua deficiência moral e sua incapacidade ante o desconhecido, e ainda parecem tentar lutar contra a ideia de que [173]**fomos** feitos para cooperar. [174]**Somos** seres da solidariedade e somente quando nos [175]**assumirmos** assim obteremos algum sucesso.

Aqui, o enunciador, inicialmente, coloca-se diretamente no texto, na primeira pessoa do singular e, depois, passa a incluir o enunciatário. Essa movimentação cria um efeito de valorização do leitor, pois o articulista, que se colocou no texto algumas linhas acima, demonstrando sua voz de notoriedade, junta-se ao leitor, mostrando a ele que suas opiniões partem do mesmo pressuposto. Esse movimento também reforça a posição de leitor/autor engajados em relação ao tema.

Depois analisar as características do movimento de engajamento e como elas contribuem na tentativa de alinhar o enunciatário à perspectiva discursivamente construída pelo enunciador, passamos, na próxima subseção, a abordar algumas questões acerca do *ethos* discursivo e da preservação das faces.

### 3.4 A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO E A PRESERVAÇÃO DAS FACES

Ao emitir sua opinião sobre um fato de relevância social, o articulista assume a identidade de representante especialista e legitimado de sua esfera social. Tal fato é significativo na construção da argumentação, visto que, segundo Amossy (2019) “ao longo de uma troca comunicativa qualquer, os diferentes participantes [...] exercem uns sobre os outros uma rede de influências mútuas” (AMOSSY, 2019, p, 12). Essa ‘rede de influências mútuas’ é instituída entre enunciador e enunciatário em função das crenças e valores que ambos atribuem um ao outro, a fim de construir uma relação de confiança mínima que precisa ser estabelecida, caso haja a necessidade de convencimento na interação.

Nesse sentido, Amossy (2019) evidencia que todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. No entanto, a autora

explica que para construir sua própria imagem, o autor não precisa pintar seu próprio autorretrato, nem detalhar suas qualidades. Para a autora, o que cria a representação de um autor são elementos como: o estilo, as competências linguísticas e enciclopédicas e suas crenças implícitas.

Para melhor compreender a noção da construção de uma imagem de si, recuperamos algumas questões acerca do *ethos* aristotélico. Eggs (2016) explica que Aristóteles se distanciou dos retóricos de sua época que afirmavam que o *ethos* não contribuía para a persuasão. Em uma famosa passagem da Retórica<sup>18</sup>, Aristóteles diz que “um homem rude não poderia dizer as mesmas coisas nem dizê-las da mesma maneira que um homem culto”, pois os temas e o estilo escolhidos devem ser apropriados ao *ethos* do orador “a saber, a sua *héxis*, ao seu *Hábitus*, ou – para empregar um termo da sociologia interacionista – ao seu tipo social” (EGGS, 2019, p. 30, grifos do autor).

Aristóteles também afirma que, para que haja credibilidade em seu discurso, o orador necessita de três qualidades fundamentais: “a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia* – ‘ter ar ponderado’ (para *phrónesis*), ‘se apresentar como um homem simples e sincero’ (*areté*) e ‘dar uma imagem agradável de si (*eúnoia*)” (EGGS, 2019, p, 32, grifos do autor). Logo, o que se pode compreender é que os oradores inspiram confiança se seus argumentos são razoáveis, honestos e amáveis.

Maingueneau (2005) também explora a ideia de que “por meio da enunciação revela-se a personalidade do enunciador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 98), ou seja, o *ethos*. Quando lemos um texto, percebemos um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom é fruto da ideia que o leitor tem da representação do corpo do enunciador. Por corpo do enunciador devemos entender o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas a sua personagem. As representações coletivas são baseadas em estereótipos culturais que podem ser valorizados ou desvalorizados.

O *ethos*, então, é composto pelas ideias que são transmitidas pelo enunciador por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser. Consideramos o conceito de *ethos* importante para esta pesquisa pelo

---

<sup>18</sup> Eggs (2016) explica que recorre aos três livros da Retórica de Aristóteles como Ret. I, Ret. 2 e Ret. III, e à Ética a Nicômaco.

fato de que a imagem que o enunciatário constrói do enunciador pode ser fundamental no resultado da argumentação, pois, segundo Maingueneau (2005) “O poder de persuasão de um discurso consiste em parte levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados” (MAINGUENEAU, 2005, p. 99). Logo, entendemos que a eficácia da palavra deriva de um *ethos* inteiramente construído pelo discurso e possível de ser esboçado pelo sujeito enunciativo. Assim, nosso foco reside em aliar o conceito de *ethos* à Pragmática para interpretar como a primeira pessoa pode agir em relação à construção do *ethos* do enunciador e, conseqüentemente, influenciar na negociação.

Além disso, consideramos válido mencionar o conceito de preservação das faces de Maingueneau (2005). O autor explica que a comunicação verbal é também uma relação social e, portanto, ela se submete às regras de polidez. Consideramos relevante, neste momento, trazer algumas contribuições de Leech (1983) acerca do princípio de cooperação (PC) e o princípio da polidez (PP), desenvolvidos por Grice (1975). Leech (1983) explica que já é de conhecimento geral que precisamos do PC para ajudar a explicar a relação entre sentido e força. No entanto, segundo o autor, o PC sozinho não é capaz de explicar o motivo das pessoas serem frequentemente indiretas ao transmitirem o que querem dizer. Para Davies (2007), o PC garante que os falantes façam suas contribuições conforme necessário, no momento adequado, de acordo com o propósito da conversa em que estão envolvidos, e que esse padrão no comportamento dos falantes permite que eles expressem o que querem dizer da forma que desejam, podendo tornar a tarefa do ouvinte mais complicada: os falantes podem omitir informações, ou apresentar sentenças não literais e esperar que os ouvintes façam o trabalho extra necessário para entender o que foi dito.

Leech (1983) explica, então, que, ao buscar compreender a lacuna deixada pelo PC, é necessário utilizar o PP, pois o PC permite que o participante se comunique, presumindo que o outro participante está sendo cooperativo. Nesse sentido, o PC funciona como regulador do que é dito e contribui para que o locutor possa ter ideia de qual será a resposta obtida.

Todavia, o PP vai além, pois funciona como o regulador que mantém o equilíbrio social e o relacionamento amigável entre os interlocutores. Acerca do

PP, Leech (1983) cita o seguinte exemplo: “unless you are polite to your neighbour, the channel of communication between you will break down, and you will no longer be able to borrow his mower” (LEECH, 1983, p. 82). Trazendo para a realidade desta pesquisa, podemos dizer, por exemplo, que em um enunciado “Vocês poluem os rios”, no artigo de opinião, o PP seria quebrado e, provavelmente, o leitor não mais cooperaria naquela situação enunciativa, fato que dificultaria a negociação.

Além disso, Lakoff (1973) parte do pressuposto de que a polidez está relacionada à necessidade de evitar conflitos e formula três sub-máximas de polidez a) não seja impositivo; b) dê opções c) faça o ouvinte se sentir bem. Segundo a autora, a língua disponibiliza construções específicas para cada uma das máximas descritas acima, e o uso de um tipo ou outro de estratégia depende do modo como o falante entende o contexto.

Os fenômenos de polidez estão integrados na teoria denominada “das faces”. Nesse modelo, segundo Maingueneau (2005), entende-se que todo indivíduo possui uma face positiva e uma negativa. A face negativa diz respeito ao território de cada um (seu corpo, sua intimidade etc.), enquanto a face positiva corresponde à fachada social, à nossa própria imagem valorizante que tentamos apresentar aos outros, conforme define o autor.

Sendo assim, a comunicação verbal configura sempre, no mínimo, quatro faces (cada um dos interlocutores apresenta uma face negativa e uma positiva). Logo, todo ato de enunciação pode constituir uma “ameaça” para todas ou várias dessas faces. Maingueneau (2005), então, distingue as diferentes falas que podem estar presentes na enunciação:

Quadro 1 – As faces positivas e negativas (conforme Maingueneau)

FALAS AMEAÇADORAS	
<b>Para a face positiva do locutor</b> admitir um erro, desculpar-se etc., que representam atos humilhantes;	<b>Para a face positiva do destinatário</b> a crítica, o insulto etc.;
<b>Para a face negativa do locutor</b> a promessa, por exemplo, compromete o sujeito a realizar atos que demandarão tempo e energia etc.;	<b>Para a face negativa do destinatário</b> perguntas indiscretas, conselhos não solicitados, ordens etc.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Maingueneau (2005)

Maingueneau (2005) explica que uma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar a outra. Desse modo, os interlocutores encontram-se em uma busca interminável de negociar, ou seja, devem encontrar uma maneira para que suas faces sejam preservadas, sem que as faces do seu parceiro sejam ameaçadas. Nesse sentido, um conjunto de estratégias discursivas são adotadas, a fim de que as faces se preservem.

O exemplo escolhido por Maingueneau (2005) é de um anúncio publicitário para o uísque Jack Daniel's<sup>19</sup>: “Na hora do primeiro cafezinho..., o senhor McGee já produziu mais do que a maioria de nós em um único dia” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39). Maingueneau (2005) explica que o texto acima pretende apresentar ao consumidor o funcionário modelo: o senhor McGee. É interessante observar, nesse caso, o uso da primeira pessoa do plural em ‘a maioria de nós’. Se o autor da propaganda tivesse optado por ‘a maioria de vocês’, a face de Jack Daniel's seria valorizada, já que levantar cedo é uma prova de disposição para o trabalho. No entanto, a face positiva do leitor seria ameaçada, pois causaria a impressão de que os leitores/potenciais consumidores são preguiçosos e levantam tarde.

Ao optar por não usar ‘maioria de vocês’ e escrever ‘a maioria de nós’, o autor escolhe um meio termo. A face positiva da empresa é valorizada por meio do seu operário modelo, ao passo que é desvalorizada pelo fato de o locutor da campanha publicitária (que representa a voz da empresa) colocar-se no grupo daqueles que não levantam cedo. Desse modo, a face positiva da empresa pode ser ameaçada, causando a impressão de que apenas funcionários não muito esforçados são contratados (com exceção de McGee). Esse conflito é resolvido no parágrafo seguinte:

Richard McGee levanta-se muito cedo antes do amanhecer. No frescor e no silêncio das manhãs do Tennessee, ele roda os pesados barris de Jack Daniel's através dos armazéns de envelhecimento. Lentamente; no seu ritmo; sempre o mesmo. Na destilaria Jack Daniel's, nunca fazemos nada com pressa (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).

---

<sup>19</sup> Acima do texto há uma foto onde se vê, sentado perto de um grande barril de álcool, em um ambiente semi-escuro, um operário tomando café.

Neste trecho, o locutor cria um outro *nós* que se refere somente aos funcionários da empresa 'Na destilaria Jack Daniel's nunca fazemos nada com pressa'. Assim, o autor consegue eliminar a ideia de que os empresários da empresa Jack Daniel's não gostam de trabalhar cedo. Dessa forma, as faces positivas da empresa e dos consumidores são preservadas.

Sintetizando o conteúdo abordado nesta seção, percebemos que o *ethos* discursivo e a teoria da preservação das faces podem contribuir para a movimentação argumentativa, pois criam diversas instâncias no relacionamento autor/leitor e podem estabelecer fatores que incitam a confiança do leitor no autor. Essa movimentação argumentativa pode ser visualizada nos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa. Antes de chegar à análise, explicitamos, na próxima seção, uma contextualização da pesquisa, pontuando, entre outras questões, a escolha do *corpus* e o procedimento de análise adotado.

## 4 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CORPUS E DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Nas seções anteriores, realizamos um percurso com relação às principais teorias que embasam esta dissertação. Neste capítulo, buscamos contextualizar a pesquisa. Inicialmente, explicamos como se deu a escolha do tema e a configuração do estado da arte. Depois, explicitamos questões referentes a escolha e o perfil dos textos que compõem o *corpus*. Além disso, tecemos considerações acerca dos recortes feitos. Por fim, especificamos quais foram os procedimentos de análise adotados.

### 4.1 ESCOLHENDO O TEMA DA PESQUISA: A CONFIGURAÇÃO DO ESTADO DA ARTE

A escolha do tema desta pesquisa ocorreu quando percebemos que, dentre os diversos aspectos linguísticos que podem ser estudados como estratégias de argumentação, as marcas de primeira pessoa como estratégia argumentativa ainda não haviam sido estudadas, de acordo com a configuração do estado da arte.

Para nos certificarmos de que esse tema não foi já suficientemente explorado no âmbito das pesquisas na área da Linguística, fizemos uma busca na *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações* e nos bancos de dados de universidades em janeiro de 2020. No quadro abaixo, apresentamos as pesquisas encontradas que mais apresentavam similaridades com o tema de nosso estudo:

Quadro 2 – Algumas pesquisas relacionadas à primeira pessoa

<b>Pesquisa/Título Instituição/Ano</b>	<b>Pesquisador(a) e orientador(a)</b>	<b>Objetivo da pesquisa</b>
Dissertação: A articulação entre ethos e efeitos de sentido: uma visão enunciativa sobre articuladores textuais, pronomes e verbos em textos de vestibular da UFSM – Universidade	Pesquisadora: Luciane Carlan da Silveira  Orientadora: Ivani Cristina Fernandes	Identificar as categorias de articuladores discursivo-argumentativos, pronomes e verbos em textos do gênero artigo de opinião e

Federal de Santa Maria (2017).		analisar os possíveis efeitos de sentido decorrentes do emprego dessas categorias.
Dissertação: Os pronomes pessoais de primeira pessoa: uma análise a partir das produções escritas dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental – Universidade Estadual de Londrina (2015).	Pesquisador: Marcos Antonio Travelló Rennó  Orientadora: Maria Isabel Borges	Identificar e sistematizar as ocorrências dos pronomes pessoais de 1ª pessoa nas produções escritas dos alunos de 9º ano, para verificar o modo como essas formas se apresentam e se organizam nessas produções.
Dissertação: Variação na expressão da 1ª pessoa do plural: indeterminação e polidez – Universidade Federal de Sergipe (2016).	Pesquisadora: Josilene de Jesus Mendonça  Orientadora: Raquel Meister Ko. Freitag	Correlacionar o uso da 1ª pessoa do plural como recurso de generalização da referência a variáveis pragmáticas atreladas à expressão da polidez linguística.
Dissertação: Eu, repórter: narradores em primeira pessoa nas reportagens de <i>Trip</i> , <i>Tpm</i> e <i>Rolling Stone</i> – Universidade Federal de Minas Gerais (2015).	Pesquisador: Igor Lage Araújo  Orientador: Bruno Souza Leal	Analisar os usos do narrador em primeira pessoa nas reportagens jornalísticas contemporâneas.
Tese: Duas trajetórias políticas, duas personas: o emprego de dêixis de primeira pessoa em discurso de palanque.	Pesquisadora: Sandra Batista da Costa  Orientadora: Anna Christina Bentes	Investigar o modo de fala de Luiz Inácio Lula da Silva e de Roberto Requião em discursos de palanque e examinar o emprego de pronomes pessoais de primeira pessoa presentes nesses discursos.
Dissertação: Primeira pessoa do plural em dossiê da Revista Cult: traços de modalização – Universidade Estadual do	Pesquisador: Renan Paulo Bini  Orientadora: Aparecida Feola	Verificar o funcionamento da primeira pessoa do plural, como elemento modalizador e como

Oeste do Paraná (2018).	Sella	marca retórica, no texto <i>Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil</i> , do dossiê Percepções do Feminino e Ações Feministas, da Revista Cult.
-------------------------	-------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observar o quadro, podemos notar que as sete pesquisas selecionadas tratam da primeira pessoa em algum sentido; no entanto, nenhuma delas busca descrever a função discursivo-pragmática que o uso da primeira pessoa assume no movimento de negociação em artigos de opinião. A pesquisa que mais aproxima-se da nossa proposta é a dissertação de Luciane Silveira, intitulada *A articulação entre ethos e efeitos de sentido: uma visão enunciativa sobre articuladores textuais, pronomes e verbos em textos de vestibular da UFSM*, pois estuda como pronomes e verbos podem colaborar para a criação do *ethos* do autor, que pode criar efeitos de sentido que fortalecem a argumentação no artigo de opinião. Entretanto, a pesquisadora foca nos pronomes em geral, e não nas marcas de primeira pessoa, como nos propomos a fazer. Além disso, a autora busca seu suporte teórico, exclusivamente, na Linguística da Enunciação.

A pesquisa de Bini (2018) também se aproxima da nossa por buscar relacionar o uso da primeira pessoa com a argumentação. Porém, o autor busca verificar o funcionamento da primeira pessoa do plural como elemento modalizador, e não como estratégia de negociação. Embora as duas noções possam estar imbricadas, a modalização linguística é já um recorte entre as possibilidades diversas de negociação em um texto opinativo.

As demais pesquisas também se preocupam com o uso da primeira pessoa, porém, nenhuma delas busca associar o uso da primeira pessoa e as estratégias de negociação no artigo de opinião. Desse modo, considerando que o terreno das marcas de primeira pessoa como elementos que contribuem para a argumentação é pouco explorado, optamos por estudá-las. Visto que o fenômeno linguístico em questão é tão recorrente nos artigos de opinião, acreditamos que esse aspecto pode ser relevante para a construção de efeitos

de sentido que colaboram com a argumentação. Além disso, estudar as escolhas linguístico-pragmáticas feitas por autores de artigo de opinião pode se constituir como uma proposta importante também para levantar padrões que poderão guiar a abordagem do texto opinativo na escola básica.

#### 4.2 DEFINIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

Considerando que os objetivos desta pesquisa pressupõem um olhar subjetivo do pesquisador na interpretação dos dados, entendemos que nosso suporte metodológico é de base qualitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. [...] Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Conforme Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa qualitativa foca na interpretação dos fenômenos sociais inseridos em um contexto. Nesse tipo de investigação, o pesquisador busca observar um processo que ocorre em determinada condição e procura, principalmente, interpretar tal processo, utilizando os métodos que forem necessários. Segundo Flick (2008),

[...] a adoção de métodos abertos à complexidade de um tema de pesquisa é também uma maneira de resolver temas incomuns com pesquisa qualitativa. Aqui, o objeto em estudo é fator determinante para a escolha de um método, e não o contrário. Os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos (FLICK, 2009, p. 24).

Dessa forma, ao considerar que a pesquisa qualitativa pressupõe a participação ativa do pesquisador na interpretação dos dados, Bortoni-Ricardo (2008) explica que essa abordagem está relacionada ao interpretativismo. Logo, esta pesquisa encaixa-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa interpretativista, pois consideramos relevante a constante relação entre leitura

e interpretação, além do envolvimento e impregnação aprofundados do pesquisador para com os materiais analisados, visto que “Todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 13).

Quanto à tipologia, esta pesquisa caracteriza-se como descritivo-interpretativa, uma vez que busca descrever um fenômeno a partir de um recorte teórico-metodológico específico. Considerando os termos de Moraes (2003), podemos dizer que a pesquisa é descritiva porque as categorias são primeiramente definidas e expressas descritivamente a partir dos elementos que as constituem. Porém, num segundo momento, inicia-se um processo interpretativo na busca de explicitação de relações entre elas, considerando as possibilidades pragmáticas do uso da primeira pessoa nos textos investigados, o que resultará na construção de um metatexto.

Essa perspectiva está amparada no procedimento metodológico adotado: a Análise Textual Qualitativa, que será abordada na próxima seção. Tal metodologia pressupõe uma relação vívida entre leitura e interpretação, pois um texto pode ser considerado objetivo em seus significantes, mas jamais será em seus significados. Desse modo, consideramos que há uma relação entre a pesquisa qualitativa-interpretativista e a Análise Textual Qualitativa, pois ambas consideram fundamental a relação entre o fenômeno analisado e a interpretação do pesquisador.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, adotamos como procedimento metodológico a Análise Textual Qualitativa (MORAES; GALIAZZI, 2011). A escolha em trabalhar com essa metodologia baseia-se no fato de que a Análise Textual Qualitativa estabelece um método de análise de dados de natureza qualitativa, com o intuito de gerar novas perspectivas sobre os fenômenos e discursos.

A Análise Textual Qualitativa é uma abordagem metodológica que se estabelece entre duas formas conceituadas de análise qualitativa de textos: a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso. Moraes e Galiazzi (2011) explicam que a Análise Textual Qualitativa é “uma nova opção de análise para pesquisas de natureza qualitativa e de caráter hermenêutico” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 140). Segundo os autores, a Análise Textual Qualitativa

“afasta-se dos extremos tanto da Análise de Conteúdo tradicional quanto de algumas modalidades da Análise de Discurso” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 140).

A Análise Textual Qualitativa é também referida por análise textual discursiva. No entanto, da mesma forma que Corbari (2013) optamos por nos referir a ela como Análise Textual Qualitativa, pelo fato de que os estudos que recorrem a essa metodologia “em geral, estão voltados para pesquisas que buscam depreender sentidos naquilo que é dito, no conteúdo semântico dos textos, nos discursos, conforme deixa explicitado o adjetivo ‘discursiva’” (CORBARI, 2013, p, 84). Corbari (2013) vale-se dessa metodologia para investigar elementos linguísticos específicos, pois entende que, embora os autores que a propuseram enfoquem os sentidos mais globais do texto, é possível empregá-la também quando se tem uma “atenção mais acurada para a interpretação do ‘como é dito’ do que do ‘o que é dito’” (CORBARI, 2013, p. 84).

Entendemos, dessa forma, que nossa pesquisa, assim como a de Corbari (2013), busca focar o olhar nas operações linguísticas, tendo em conta o cotexto e o contexto em que se realizam, e não exatamente o discurso dos textos analisados. Por isso, neste trabalho, acreditamos ser mais adequado que a metodologia em questão seja nominada Análise Textual Qualitativa, considerando que focamos em elementos linguísticos específicos que são relevantes na maneira como o produtor relaciona-se com o texto e com seu interlocutor.

Partindo mais especificamente para a descrição da metodologia, de acordo com Moraes e Galiuzzi (2011), a Análise Textual Qualitativa organiza-se, fundamentalmente, em torno de três primeiros focos que compõem um ciclo. O primeiro deles é denominado *desmontagem dos textos*. Nesse momento da pesquisa, o pesquisador ainda está examinando os textos que compõem o *corpus*, detalhadamente, e fragmentando-os, para que possa construir unidades constituintes, que se relacionem com os fenômenos estudados. Essa fase da pesquisa também é denominada *unitarização*.

O segundo foco, denominado *estabelecimento de relações* ou *categorização*, está relacionado à ideia de estabelecer relações entre as

unidades de base, combinando-as entre si e categorizando-as, com o intuito de formar conjuntos que apresentem elementos próximos, ou seja, categorias.

O terceiro passo, *captando o novo emergente*, também denominado *comunicação*, possibilita o surgimento de uma nova compreensão do todo. O trabalho dedicado nessa compreensão constitui um metatexto, cuja função é explicitar e comunicar a compreensão que se obteve na combinação dos elementos constituídos nos passos anteriores.

É interessante observar que os autores estabelecem uma metáfora entre as etapas da Análise Textual Qualitativa como uma tempestade de luz. A Análise Textual Qualitativa

Consiste em criar condições de formação dessa tempestade em que, emergindo do meio caótico e desordenado, formam-se 'flashes' fugazes de raios de luz sobre os fenômenos investigados, que, por meio de um esforço de comunicação intenso, possibilitam expressar novas compreensões alcançadas ao longo da análise (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 13).

Neste trabalho, no primeiro estágio de análise, focamos na desconstrução/desintegração dos textos do *corpus*, separando e destacando os parágrafos que carregavam os elementos que são caros para nossa análise. Logo em seguida, depois de termos passado pela fase da unitarização, passamos a mapear os diferentes tipos de *marcas de primeira pessoa* que apareciam ao longo dos parágrafos, baseando-nos na teoria explicitada no capítulo anterior.

Ao mapear os recursos de primeira pessoa presentes nos textos, levamos em consideração o cotexto imediato em que tais elementos estavam inseridos. Assim, optamos por adotar, como nosso *corpus* de análise, os parágrafos, para que a interpretação do fenômeno linguístico em foco não fosse prejudicada pela falta de contexto, embora a análise mais local considere o texto em seu aspecto pragmático, o que significa considerá-lo como um todo que está ligado a um entorno pragmático.

Após diversas tentativas de unitarização, as marcas de primeira pessoa (flexão verbal, pronome pessoal do caso reto, pronome oblíquo e pronome possessivo) foram analisadas e finalmente agrupadas, com base em diversos

autores e teorias, na medida em que um único autor não dava conta de explicar todas as ocorrências. De acordo com Moraes e Galiazzi (2011), a categorização reúne elementos semelhantes, nomeia e define categorias, que possibilitam a constituição do metatexto que se pretende escrever. “É a partir delas [categorias] que se produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 23).

Assim, definimos duas categorias: 1) *Negociação pelo movimento de engajamento* e 2) *Negociação pelo movimento de explicitação de autoridade*. A primeira categoria foi definida, principalmente, de acordo com as contribuições de Rodrigues (2001) acerca do movimento de engajamento. A segunda contou com as contribuições de Maingueneau (2005) e Amossy (2019) acerca do *ethos*.

É possível afirmar que esta pesquisa combina o método indutivo e dedutivo, posto que as categorias surgiram após o exame do *corpus* e não foram estabelecidas previamente. Entretanto, a categorização foi amplamente influenciada pelo referencial teórico adotado inicialmente. Logo, as teorias dadas *a priori* possibilitaram um olhar mais consciente para o *corpus* que foi pela primeira vez analisado. Conforme Moraes e Galiazzi (2011), os dois métodos podem ser combinados, permitindo que o pesquisador parta de categorias definidas *a priori* com base em teorias escolhidas previamente, e encaminhe transformações gradativas nas categorias que definiu por dedução durante o processo de investigação do *corpus*.

A elaboração do metatexto<sup>20</sup> ocorreu de acordo com o processo descrito acima. No entanto, salientamos que este não é um produto “quadrado” que segue passos restritos na sua produção, mas é resultado de um processo que pressupõe retomadas, reavaliações e reconsiderações.

Ademais, é válido observar que o texto apresentado na próxima seção compreendeu, em sua produção, a nossa interpretação na constituição de argumentos descritivo-interpretativos que visam a manifestar a sua

---

<sup>20</sup> Compreendemos o metatexto de acordo com Moraes (2003). O autor explica que o metatexto trata-se de um movimento no qual: “[...] o analista, a partir dos argumentos parciais de cada categoria, exercita a explicitação de um argumento aglutinador do todo. Esse é então utilizado para costurar as diferentes categorias entre si, na expressão da compreensão do todo (MORAES, 2003, p. 201).

compreensão em relação ao fenômeno investigado e buscam chegar a um nível mais aprofundado que pode levar a construção de novos sentidos.

Sobre a interpretação do pesquisador em relação aos fenômenos analisados, Moraes e Galiazzi (2013) afirmam que

[...] o pesquisador também deve desafiar-se na medida em que avança na explicitação de seu sistema de categorias, a expressar em forma de argumentos seus principais 'insights' em relação às categorias que vai construindo. No que respeita às grandes categorias, é importante que consiga expressar um argumento que aglutine e sintetize as subcategorias que as formam e, assim, as unidades de análise que as constituem (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 29).

Nesse processo, então, é necessário que o pesquisador se debruce sobre o *corpus*, faça leituras aprofundadas, crie uma relação íntima com os textos, para que, com a ajuda das teorias linguísticas, seja capaz de interpretar o fenômeno de maneira a expressar um novo sentido, relevante para a compreensão do todo.

#### 4.4 CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

Considerando que esta pesquisa busca suporte nos estudos da Pragmática, é importante destacar que compreendemos o significado expresso pelo autor de um texto conforme Yule (1996). Para o linguista, o significado daquilo que é dito pelo autor relaciona-se diretamente com a sua intencionalidade. Ou seja, a Pragmática estuda o significado do que é expresso pelo autor/falante. Embora não se possa recuperar de forma precisa as intenções do produtor do texto, o que nos é dado linguisticamente constitui pistas que podem nos levar ao levantamento de hipóteses.

Assim, o estudo aqui proposto envolve a interpretação do que o enunciador quer dizer em um contexto específico, ou seja, como o enunciador estrutura seu texto de acordo com o público destinatário, o local de onde está falando, o período etc.

Desse modo, selecionamos nosso *corpus* a partir da proposta de estudar as marcas (flexão verbal, pronome pessoal do caso reto, pronome oblíquo e pronome possessivo) de primeira pessoa, considerando o contexto de uso, e

suas implicações no movimento de negociação instaurado no texto. Sabendo que o gênero e suas especificidades podem direcionar as escolhas linguísticas, optamos por um único gênero. A intenção de relacionar o uso da primeira pessoa com argumentação nos levou a escolher o artigo de opinião, cujo valor argumentativo é explicitado e reconhecido pelos interactantes.

Entendendo que o conteúdo temático dos textos também pode influenciar na escolha linguística, e que certos debates podem abrir mais ou menos espaço para o uso da primeira pessoa e do tipo de primeira pessoa atualizada no texto (singular e plural), optamos por selecionar textos que tratassem da mesma temática. Nesse momento da pesquisa, percebemos que 2019 foi um ano em que ocorreram grandes tragédias ambientais, como as queimadas na Amazônia e na Austrália e o derramamento de petróleo no Nordeste brasileiro. Logo, decidimos selecionar textos que abordassem temas ambientais no geral: desmatamento, poluição do ambiente marinho, desenvolvimento sustentável do setor agrícola etc.

A seleção ocorreu a partir de uma pesquisa no *Google* pelos termos “queimadas” e “artigo de opinião”. Os primeiros *links* nos levaram a artigos recentes publicados sobre o tema. No entanto, o número de artigos que foram encontrados nessa primeira busca não foi suficiente para a constituição do *corpus*.

Passamos, então, a pesquisar em jornais de circulação nacional e que estão também na *internet*. Dessa forma, buscamos textos que estavam disponíveis nas páginas *Gazeta do Povo*, *Correio Braziliense*, *Folha de S.Paulo*, *Época Negócios*, *GaúchaZH*, *ND Mais*, *Brasil de Fato* e *DW Brasil*. A pesquisa ocorreu da seguinte forma: em cada *site*, selecionávamos a sessão “artigo de opinião” e procurávamos, manualmente, ou seja, sem o uso do recurso de pesquisa com palavra-chave, nas páginas disponíveis na sessão, por textos que apresentassem a temática ‘questões ambientais’, considerando sempre os textos publicados em 2019 e 2020 e que apresentassem pelo menos uma ocorrência de primeira pessoa.

Sendo assim, depois da primeira seleção, contávamos com 37 artigos de opinião. Após diversas leituras do *corpus*, o número de textos foi reduzido para 26, devido à decisão de descartamos todos os textos que apresentassem

apenas uma marca de primeira pessoa, por considerarmos que uma única ocorrência no texto todo nos daria pouco material para a análise.

Posteriormente, considerando que a pesquisa está centrada nos estudos pragmáticos, levando em conta o contexto de produção, decidimos traçar o perfil dos leitores e dos autores de cada um dos textos selecionados. Para tal, passamos a buscar em cada um dos jornais/revistas informações sobre o seu público leitor. Nessa busca, percebemos que, entre os jornais previamente considerados, o único que publica informações sobre o perfil médio do leitor (como escolaridade, faixa etária, gênero e classe social) é a *Gazeta do Povo*.

Além de apresentar informações sobre os leitores, a *Gazeta* publica informações sobre os articulistas ao final de cada texto, o que facilitou nosso trabalho quando decidimos traçar o perfil dos autores. Ao constatarmos que os textos selecionados, em sua maioria, eram da *Gazeta do povo*, e que essa era a única página de jornalismo *online* que oferecia o perfil completo dos leitores, decidimos eliminar os artigos de opinião dos demais jornais e revistas, visto que havia um desequilíbrio no que tange ao número de textos da *Gazeta* em relação aos outros jornais: dos 26 artigos selecionados, 11 eram da *Gazeta*, 4 do *Correio Braziliense*, 1 da *Folha de São Paulo*, 1 da *Superinteressante*, 1 da *Época Negócios*, 1 do *Brasil de Fato*, 5 da *ND Mais* e 2 da *GauchaZH*.

Assim, levando em consideração a disparidade entre o número de textos entre os jornais/revistas, o fato de a *Gazeta* apresentar o perfil dos leitores e o fato de todos os textos apresentarem autores diferentes cujos perfis estavam disponíveis na *internet*, acreditamos que a opção por eliminar os textos das demais jornais/revistas foi um recorte metodológico que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa, considerando os fatores pragmáticos envolvidos.

Porém, quando decidimos abandonar os demais artigos, deparamo-nos com apenas 11 textos. Por julgar esse número muito baixo para a análise, decidimos fazer uma nova busca. Essa busca ocorreu no site da *Gazeta*, na sessão “opinião”. Buscamos, página por página, mais 9 artigos de opinião, segundo os mesmos critérios anteriormente utilizados, a fim de chegar ao número de 20 textos, que consideramos representativo para a pesquisa proposta:

Quadro 3 – Os artigos de opinião que compõem o *corpus*

<b>Autor</b>	<b>Título do artigo</b>	<b>N. do artigo no corpus</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Número do anexo em que o texto está localizado</b>
Gustavo Loyola	Cuidar do ar importa	1	13/06/19	1
Riccardo Cascioli	Alarmismo climático: mais política do que ciência	2	08/08/19	1
Norman de Paula Arruda Filho	Meio ambiente: o assunto do momento. Ainda bem!	3	23/08/19	1
Alexander Turra	Conhecimento científico e a sustentabilidade dos oceanos.	4	24/08/19	1
Miguel Krigsner	Como transformar a nossa relação com a natureza?	5	28/08/19	1
Renato Atanazio	A água que você não vê	6	30/08/19	1
Roberto Mangabeira Unger	A Amazônia continua em chamas; saiba como salvá-la	7	28/08/19	1
Márcello Bezerra	A cegueira brasileira no meio ambiente	8	15/09/2019	1
Eduardo Leão de Sousa	Etanol: cinquenta tons de verde	9	24/09/19	1
Evandro Grill	Quem paga a conta do petróleo no litoral do Nordeste?	10	02/11/19	1
Daniel Nepstad	Demonizar o produtor brasileiro não salvará a Amazônia	11	14/12/19	1
Ricardo Salles	O Brasil na COP	12	08/12/19	1
Renato Paquet	O fim dos lixões ainda está longe de acontecer?	13	01/09/19	1
Rodrigo Oliveira	Desafio dos prefeitos: um sistema justo para resolver o problema do lixo	14	02/01/20	1
Márcia C. M. Marques	Que país queremos ver? Uma retrospectiva ambiental do Brasil de 2019	15	30/12/19	1
Gilson Santos	Estiagem severa e preservação dos mananciais	16	15/04/20	1
Glauco Requião	A sustentabilidade como caminho para a vida	17	23/04/20	1
João de Deus Medeiros	Por que seguimos acumulando dívidas históricas e impagáveis	18	27/05/20	1

	com a Mata Atlântica?			
Paulo Polzonoff Jr.	Chuvas em São Paulo: onde estão os “rios voadores” da Amazônia?	19	10/02/20	1
Clóvis Borges	O meio ambiente e a subserviência crônica dos governantes	20	06/06/19	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos textos que compõem o *corpus*

#### 4.4.1 O jornal *Gazeta do Povo*

*Gazeta do Povo* é o jornal mais antigo do estado do Paraná. Fundado em 3 de fevereiro de 1919 pelo advogado Benjamin Lins, o jornal surgiu do reconhecimento de que Curitiba precisava de um jornal independente, que não estivesse relacionado a políticos, como afirmava o editorial da primeira edição da *Gazeta do Povo*:

Não temos, pois, que attender a melindres pessoas; não temos que attender a interesses particulares; o facto, uma vez que interesse à collectividade, é um dado positivo de sua vida; deve ser conhecido, divulgado, analisado, commentado, para que delle se possa retirar as utilidades que for capaz de produzir (GAZETA DO POVO, 2009, n.p. apud TAVARES, 2020, p. 121-122).

Apesar do que dizia o editorial de lançamento, a primeira edição incluía um texto de primeira página que se posicionava a favor da candidatura de Ruy Barbosa à Presidência da República. Assim, tornou-se evidente que o paradoxo entre independência e imparcialidade foi bastante presente ao longo da história do jornal (TAVARES, 2020), visto que, durante a Ditadura Militar, por exemplo, o veículo continuava alegando ser independente, mas fazendo declarações como podemos observar abaixo:

“Nunca tivemos problemas com a Ditadura porque o jornal era imparcial”, diz Edmundo Lemanski. A linha editorial definida por Cunha Pereira Filho, baseada na legalidade, não confrontava o poder vigente. “Não tivemos censor, só tínhamos observação sobre o que podia ou não publicar”, lembra Dilmar Archegas (OLIVEIRA, 2009, s/p, apud TAVARES, 2020, p. 123).

Além do posicionamento em relação à Ditadura, temos que a *Gazeta* possui uma proximidade com a elite conservadora desde sua fundação,

inclusive se considerarmos que “O capital necessário para o lançamento da publicação veio de dezenas de famílias locais, ricas e importantes, que compraram cotas para montar a gráfica” (TAVARES, 2020, p. 123).

Considerando esse histórico, não foi surpresa quando, em 2017, o jornal passou por um processo de reconfiguração editorial, que levou o veículo a se tornar o porta-voz do conservadorismo brasileiro. Desde 2014, com o início das investigações da Operação Lava Jato que ocorreram em Curitiba (onde também está localizada a sede do jornal), a *Gazeta do Povo* passou a ser mais procurada por leitores de outros estados e por outros veículos jornalísticos que demonstravam interesse sobre as informações acerca da Operação. “Essa projeção nacional, aliada a fatores como o antipetismo e a supervalorização da Lava Jato, fomentou um novo projeto editorial, implementado em 2017. Prestes a completar 100 anos na época, a *Gazeta do Povo* teve sua identidade remodelada” (TAVARES, 2020, p. 119).

A remodelação se deu em termos de formato e conteúdo. A partir de julho de 2015, a *Gazeta* passou a implementar mudanças para se adaptar às novas exigências do público e buscar novas formas de chegar ao leitor, contando, para isso, com a contribuição da *internet*. De acordo com Tavares (2009), no dia 1º de dezembro de 2015, os leitores passaram a receber o jornal no novo formato: o *site*. Os assinantes ainda receberiam uma edição de fim de semana, cujo conteúdo seria muito mais analítico e opinativo, enquanto as notícias factuais seriam concentradas no *site*. Assim, a *Gazeta*, que já era pioneira na distribuição de conteúdo jornalístico na *internet*, consolidou, em 2017, sua circulação exclusivamente *online*.

De acordo com Tavares (2020), o ponto de virada no projeto editorial da *Gazeta do Povo* ocorreu quando a cidade de Curitiba passou a ter certa projeção nacional em decorrência dos acontecimentos políticos. Devido ao fato de a *Gazeta* ser filiada à Rede Globo e ter dedicado um repórter exclusivo para cobrir a Operação, sua audiência foi ampliada. Desse modo, as equipes foram se transformando para atender a demanda de um grande público de outros estados que tinha interesse no conteúdo exclusivo da *Gazeta*. Tal contexto contribuiu para a decisão de partir para a circulação exclusivamente virtual.

Em resumo, a cobertura da Operação Lava Jato e o discurso do combate à corrupção fomentaram a “guinada à direita” (TAVARES, 2020, p.

127), ou seja, a *Gazeta* passou a priorizar e fidelizar leitores que se identificam como conservadores. Matérias sobre economia e política e um conteúdo mais opinativo passaram a ocupar maior espaço entre as publicações:

Isso pode ser verificado não só a partir das notícias, mas também pelo perfil dos novos colunistas anunciados nesta nova fase da *Gazeta*: o economista Ricardo Amorim; Rodrigo Constantino, colunista político; Lúcio Vaz, correspondente em Brasília; Teco Medina, que falava sobre investimentos e Leandro Narloch, do Blog Politicamente Incorreto [...] Além desses, outros profissionais foram contratados, como Madeleine Lackso; Flávio Augusto da Silva, fundador da rede *Wise Up* e proprietário do time de futebol Orlando City; o economista Paulo Menezes; o consultor político Pedro Fernando Nery; o jornalista Guilherme Fiuza; e Alexandre Garcia, após deixar a Rede Globo. O perfil do público somado ao dos principais colunistas já fornece um indicativo da linha editorial que a *Gazeta* assumiu após a reestruturação (TAVARES, 2020, p. 129).

Além disso, a *Gazeta* cristalizou suas mudanças editoriais de 2017 ao publicar 28 textos que apresentam ao leitor as concepções e opinião acerca de determinados temas que, oficialmente, coloca o grupo alinhado a um posicionamento de centro-direita.

#### 4.4.2 O perfil do autor e do leitor da *Gazeta do Povo*

A seguir, apresentamos os quadros que foram desenvolvidos com o intuito de trazer ao leitor desta pesquisa o contexto de produção dos artigos que compõem o *corpus*. No quadro 3, podemos observar algumas informações a respeito do perfil do leitor. No quadro 4, explicitamos os dados que identificam o sujeito autor dos textos (nome e função que desempenha socialmente) e os dados referentes a sua publicação (título e data de publicação).

Quadro 4 – Perfil do leitor da *Gazeta do Povo*

<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Classe social</b>	<b>Faixa etária</b>	
Feminino: 42%	Graduado: 55%	Casado: 60%	Classe A/B: 83%	18 a 24 anos: 27%	25 a 34 anos: 26%
Masculino:	Não graduado:	Solteiro:	Classe	35 a 54 anos:	+ de 60

58%	45%	40%	C: 17%	46%	anos: 0,6%
-----	-----	-----	--------	-----	------------

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações disponíveis no site do jornal <https://www.gazetadopovojornais.com.br/>.

Ao analisarmos o quadro acima, percebemos que seus dados evidenciam que mais da metade (58%) dos leitores da *Gazeta* são homens, graduados (55%), casados (60%) e membros das classes sociais mais elevadas (83%). Quanto à faixa etária, quase metade dos leitores (46%) têm entre 35 e 54 anos.

Quadro 5 – Perfil dos autores dos artigos de opinião

Nome	Perfil profissional/social	Título do artigo	N. do artigo no corpus	Data de publicação
Gustavo Loyola	Mestre em Governança e Sustentabilidade e supervisor de Sustentabilidade e Relações Internacionais no Isae Escola de Negócios, responsável por ações alinhadas com a Organização das Nações Unidas (ONU)	Cuidar do ar importa	1	13/06/19
Riccardo Cascioli	Bacharel em Ciências Políticas, jornalista e diretor do periódico "Il Timone	Alarmismo climático: mais política do que ciência	2	08/08/19
Norman de Paula Arruda Filho	Presidente do Isae Escola de Negócios e Coordenador do Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Associação Comercial do Paraná (ACP)	Meio ambiente: o assunto do momento. Ainda bem!	3	23/08/19
Alexander Turra	Cátedra Unesco para Sustentabilidade dos Oceanos, professor do Instituto de Estudos Avançados e Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza	Conhecimento científico e a sustentabilidade dos oceanos.	4	24/08/19
Miguel Krigsner	Fundador e presidente do Conselho Curador da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	Como transformar a nossa relação com a natureza?	5	28/08/19
Renato Atanazio	Coordenador de Soluções baseadas na Natureza da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza	A água que você não vê	6	30/08/19
Roberto Mangabeira Unger	É professor em Harvard e foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos dos Governos Lula e Dilma	A Amazônia continua em chamas; saiba como salvá-la	7	28/08/19

Márcello Bezerra	Professor, economista e palestrante	A cegueira brasileira no meio ambiente	8	15/09/2019
Eduardo Leão de Sousa	Diretor executivo da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Única). Especialista em agronegócio e em energia renovável	Etanol: cinquenta tons de verde	9	24/09/19
Evandro Grill	Advogado com atuação na área de Direito Ambiental	Quem paga a conta do petróleo no litoral do Nordeste?	10	02/11/19
Daniel Nepstad	Ecólogo e trabalha na Amazônia brasileira há mais de 30 anos. Foi um dos autores do 5º relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) e lecionou na Universidade Yale. É fundador e diretor executivo do Earth Innovation Institute, com sede nos Estados Unidos	Demonizar o produtor brasileiro não salvará a Amazônia	11	14/12/19
Ricardo Salles	Ministro do Meio ambiente no governo Bolsonaro	O Brasil na COP	12	08/12/19
Renato Paquet	Formado em Ecologia Industrial e Gestão na UFRJ, diretor presidente da Associação Brasileira de Startups e fundador da Polen	O fim dos lixões ainda está longe de acontecer?	13	01/09/19
Rodrigo Oliveira	Presidente da Fral Consultoria, especializada em projetos de engenharia civil, meio ambiente e sustentabilidade	Desafio dos prefeitos: um sistema justo para resolver o problema do lixo	14	02/01/20
Márcia C. M. Marques	Professora titular de Ecologia e Conservação da Universidade Federal do Paraná e integra a Rede de Especialistas em Conservação da Natureza	Que país queremos ver? Uma retrospectiva ambiental do Brasil de 2019	15	30/12/19
Gilson Santos	Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec)	Estiagem severa e preservação dos mananciais	16	15/04/20
Glauco Requião	Advogado, consultor em sustentabilidade e criador do portal Postura Sustentável	A sustentabilidade como caminho para a vida	17	23/04/20
João de Deus Medeiros	Biólogo, doutor em Botânica, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenador-geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) e parceiro do Observatório de Justiça e Conservação (OJC)	Por que seguimos acumulando dívidas históricas e impagáveis com a Mata Atlântica?	18	27/05/20
Paulo Polzonoff Jr.	Tradutor e editor da Gazeta do Povo	Chuvas em São Paulo: onde estão os "rios voadores" da	19	10/02/20

		Amazônia?		
Clóvis Borges	Diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e conselheiro do Observatório de Justiça e Conservação	O meio ambiente e a subserviência crônica dos governantes	20	06/06/19

Fonte: Elaborado pela autora com base nos textos que compõem o *corpus*.

O quadro 5, por sua vez, evidencia que dentre os 20 artigos de opinião selecionados, 19 são de autoria masculina e 1 de autoria feminina. A idade mínima dos autores é aproximadamente 35 anos e todos ocupam cargos de relevância social, sendo engajados, principalmente, em questões ambientais.

O histórico de formação do jornal *Gazeta do Povo*, o perfil dos articulistas e do público leitor vão ao encontro com algumas ideologias que transparecem ao longo dos textos selecionados: em diversos trechos, podemos constatar que os autores parecem estar de acordo com o atual governo, o qual privilegia determinadas ações em detrimento de outras. Isso significa que o jornal seleciona seus articulistas para que eles possam transmitir ideias que estão de acordo com o perfil tradicionalista do público leitor.

Os quadros acima serão úteis na análise porque consideramos, a partir das contribuições de Yule (1996), que a interpretação do que é proferido deve ser sempre pensada dentro do contexto em que os interlocutores estão inseridos, ou seja, é preciso analisar como os falantes organizam suas falas de acordo com: quem é seu interlocutor, qual é o momento da fala e em quais circunstâncias a enunciação está sendo proferida.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS CATEGORIAS

Em nosso contato com as ocorrências de primeira pessoa, para estabelecimento das categorias, foi tomada como norteadora a primeira pessoa do singular e a noção dos aspectos inclusivo e exclusivo do *nós* (BENVENISTE, 1991), visto que essa noção pode marcar a quem o enunciador se refere e, desse modo, definir o relacionamento entre os interactantes.

A característica da primeira pessoa do plural, se inclusiva ou exclusiva, e da primeira pessoa do singular serviram para que definíssemos duas categorias: a primeira delas está relacionada ao recurso ao *nós inclusivo* e foi intitulada *Negociação pelo movimento de engajamento*; a segunda está

relacionada ao recurso à primeira pessoa do singular e ao *nós exclusivo* e foi intitulada *Negociação pela explicitação de autoridade*.

A presença da primeira pessoa na primeira categoria é uma estratégia adotada pelo enunciador para colocar o enunciatário como alguém que está envolvido nas questões mencionadas no texto. Portanto, essa categoria foca no enunciatário, buscando enredá-lo no ponto de vista apresentado. Na segunda categoria, observamos que os produtores dos textos recorreram à primeira pessoa para constituir sua imagem de autor especialista, buscando, com isso, angariar a confiança do leitor.

Para que tais efeitos pudessem ser construídos, alguns movimentos foram abordados pelos articulistas. Baseadas nesses movimentos, definimos, alguns microgrupos dentro de cada uma das categorias, considerando o conteúdo proposicional movimentado:

Dentro da primeira categoria, *Negociação pelo movimento de engajamento*, os microgrupos são:

- a) o enunciador busca engajar o enunciatário, acionando a noção de responsabilidade coletiva e colocando-se junto a ele como cidadão;
- b) o enunciador busca engajar os interactantes ao lançá-los à categoria de beneficiários.
- c) o enunciador busca engajar o enunciatário, recorrendo a noções de evidencialidade e a recursos da modalização epistêmica para se colocar, junto ao enunciatário, como um conhecedor de determinada realidade;
- d) o enunciador busca engajar o enunciatário, voltando-se para noções deonticas que mencionam atitudes de intervenção necessárias;

Dentro da segunda categoria, *Negociação pela explicitação de autoridade*, os microgrupos são:

- a) o enunciador procura evidenciar sua competência, acionando um posicionamento mais avaliativo;
- b) o enunciador procura evidenciar sua competência, acionando um posicionamento mais descritivo e relatando experiências;
- c) o enunciador coloca-se como parte de um grupo especialista, acionando uma espécie de garantia para o seu discurso.

Quanto à contagem das ocorrências, é importante destacar que, em alguns casos, consideramos mais de um termo no qual havia marca de

primeira pessoa como apenas uma ocorrência, por considerar que elas expressavam o valor de primeira pessoa como um conjunto e, portanto, não seria produtivo considerar cada termo individualmente, como nos exemplos

Passamos, então, a trazer alguns exemplos do modelo que seguimos na seção de análise observando os movimentos de negociação estabelecidos pelo recurso à primeira pessoa. Observamos que, em alguns casos, a primeira pessoa era responsável por incluir o leitor na tese desenvolvida no texto e, dessa forma, marcar a relação de pertencimento de enunciador/enunciatório em relação à questão abordada, como se observa neste exemplo:

[82]**Temos** vivenciado nos últimos dias aquele que deve ser o maior acidente ambiental já registrado em território brasileiro. Ainda não se sabe a dimensão dos prejuízos ambientais: à fauna marinha, à flora, às pessoas, aos pescadores, à economia da região Nordeste e do próprio país. De qualquer forma, não [83]**registramos**, pelo menos até então, algo de tamanha magnitude em [84]**nossa** história.

Nesse recorte, observamos que a primeira pessoa inclui o enunciatório. Esse tipo de movimentação envolve o leitor e busca fazê-lo adotar a tese mencionada no texto, visto que diz respeito a problemas também vivenciados por ele. Nesse tipo de ocorrência, o foco recai na relação entre enunciatório/enunciador/enunciado, pois o vínculo entre eles é estabelecido por fatos.

Em outros recortes, observamos que a primeira pessoa aparece em sua forma singular (quando refere-se somente ao enunciador) e em sua forma plural (*nós exclusivo*) quando refere-se ao enunciador e a algum grupo específico do qual faz parte, mas que exclui o leitor:

[157]**Explico**: ao [158]**defendermos** um conceito de sustentabilidade que remete a raízes antropológicas e até mesmo filosóficas, [159]**poderíamos** ter a impressão de que em nada [160]**estávamos** auxiliando o mundo moderno a encontrar um caminho para modificar seu comportamento lesivo ao ambiente e à coletividade em nome de um progresso tecnológico inexorável. Porém, valores são valores onde e quando quer que sejam praticados, assim como o ser humano é dono de suas ações e único responsável por seus atos.

Nesse recorte, podemos analisar ocorrências dos dois tipos. Em [157], observamos a primeira pessoa do singular e, em [158], [159] e [160], temos o *nós exclusivo*. Nessas ocorrências, o enunciador busca tratar de um conceito e explicá-lo aos enunciatários, mostrando que ele e seu grupo (o autor é advogado e consultor em sustentabilidade) entendem de tal conceito. Esse recorte registra que, em casos como esses, o foco recai no enunciador e em seu posicionamento como autor/especialista e por isso reforça a sua autoridade em relação ao tema abordado. Nesse sentido, o autor explora a flexão verbal em primeira pessoa para angariar a confiança do leitor.

Há que se observar que nem sempre essa caracterização é tranquilamente estabelecida. Em alguns casos, a primeira pessoa age de forma que torna difícil a interpretação sobre sua categorização exata, ou seja, se deve ser classificada como *nós inclusivo* ou *exclusivo*. Isso mostra que pode haver um “meio-termo” entre as duas categorias, como podemos verificar abaixo neste recorte retirado de um texto escrito por Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente no governo Bolsonaro (2018-2022):

[102]**Vimos** para a COP com o firme propósito de procurar viabilizar os instrumentos necessários ao recebimento, pelo Brasil e pelos brasileiros, de grande parcela de merecidos recursos financeiros que foram prometidos na assinatura do Acordo de Paris, em 2015, da ordem de US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, mas também desde o Protocolo de Kyoto, no qual o [103]nosso país certificou créditos de carbono que somariam cerca de US\$ 2,5 bilhões. Tais créditos não foram satisfeitos, mesmo passados 14 anos. Não [104]**temos** de vir envergonhados de nada. Ao contrário, [105]**temos** muito a mostrar.

No recorte acima, temos algumas ocorrências que podem receber dupla interpretação. A primeira delas é a de que o enunciador usa o *nós inclusivo* para referir-se, também, aos enunciadores. Assim, a expressão em [102] “vimos para a COP” estaria se remetendo a cidadãos brasileiros, sendo Salles um representante dessa unidade.

Ao mesmo tempo, podemos interpretar que Ricardo Salles se refere a ele e seus colegas de governo, sem incluir o leitor, pois está falando sobre ao

ato físico de ir à COP. Em [104] e [105] ocorre o mesmo. O enunciador menciona que “não temos de vir envergonhados de nada”. Podemos interpretar que a escolha de Ricardo Salles, nessas ocorrências, pode estar relacionada ao fato de que, durante o ano de 2019, diversas questões polêmicas surgiram quanto à postura negativa do ministro e do presidente em relação às questões ambientais. Tal postura fez com que o Brasil virasse manchete em jornais de vários países como “o país no qual o meio ambiente é tratado com descaso”.

Desse modo, é possível interpretar que [104] e [105] sejam *nós exclusivo* e refiram-se ao ministro e aos demais políticos que estavam com a imagem “manchada” e queriam mostrar que não há razão para envergonhar-se, ou que sejam *nós inclusivo* e estejam incluindo o país inteiro: o Brasil e os cidadãos brasileiros não têm de estar envergonhados.

O que observamos, em casos como este, é que, embora se faça um exercício metodológico de categorização, a língua nem sempre vai se conformar integralmente às classificações que propomos, pois diferentes movimentos textuais-discursivos podem estar embrenhados num mesmo movimento de negociação.

Além disso, também encontramos duas ocorrências ([205] e [114]) que diferem das demais por serem casos de referência pessoal genérica (NEVES, 2018), como podemos observar abaixo:

Alguns afirmam que a ética de conservação de um país pode ser medida pela lucidez e eficácia de sua legislação para proteger a diversidade biológica. E nisso também o Brasil é contraditório. [204]Temos um arcabouço legal razoável, com uma Política Nacional de Meio Ambiente, uma Lei de Crimes Ambientais, um Sistema Nacional de Unidades de Conservação e uma Lei da Mata Atlântica. Para alguns, esses instrumentos podem ser vistos como pactos de coerção bem razoáveis; contudo, para muitos cidadãos são ainda plenamente desconhecidos. Alguns setores os veem como ameaças e isso alimenta uma disputa que propicia apenas ligeiras e falsas percepções de vitória. Pouco importa se [205]**vivo** abraçando araucárias ou imerso nas flutuações da bolsa de valores. Não [206]devemos aguardar para saber o que fazer com o dinheiro quando não houver água disponível no mercado. Não há saída fora da política. [207]Vivemos numa sociedade global, mas a política não [208]nos tem dado muitas saídas. E, quando um ministro do Meio Ambiente declara querer se aproveitar do estado de excepcionalidade

criado por uma pandemia para subverter instrumentos legais de proteção – e ele se referia à Mata Atlântica –, [209]temos de entender por certa a necessidade de saída deste tipo de político de suas funções.

O formato atual de cobrança é injusto com o contribuinte, pois hoje ele paga pela coleta de um vizinho que gera mais lixo, ou mesmo do comércio ou restaurante atendido pela coleta domiciliar. Ou seja, além de não pagar por uma taxa de acordo com o que descarta, deixa de criar hábitos sustentáveis, como a separação de material reciclável, por falta de incentivos. O retrato mais nítido é quando [114]**temos** um imóvel vazio, que não consome nem paga conta de água e luz, mas paga uma taxa de resíduos mesmo sem gerar nada.

Em [205], temos uma ocorrência de primeira pessoa do singular. Porém, o que observamos é que essa ocorrência não poderia ser classificada (como as demais ocorrências de primeira pessoa do singular) na segunda categoria *Negociação pela explicitação de autoridade*, visto que, apesar de o verbo ‘viver’ estar conjugado na primeira pessoa do singular, ela representa “qualquer pessoa” (NEVES, 2018).

O que podemos observar é que o autor utilizou a primeira pessoa de forma generalizada, pois o verbo “vivo” pode ter o sentido de “se eu vivo”, “se você leitor vive”, “se seu vizinho vive”. Desse modo, ainda que essa ocorrência seja diferente das demais classificadas na primeira categoria, consideramos que o seu efeito é semelhante: embora [205] seja formalmente uma ocorrência de primeira pessoa do singular, ela aproxima-se mais do efeito de incluir o leitor do que de excluí-lo.

O mesmo ocorre em [114], que está conjugado na primeira pessoa do plural, mas também é um caso de referência pessoal genérica (NEVES, 2018). Pelos mesmos motivos explicitados acima, optamos por classificar a ocorrência [114] dentro da primeira categoria *Negociação pelo movimento de engajamento*.

Considerando que na elaboração do metatexto é necessário trabalhar em torno de um foco central, relembramos, aqui, que nossa pergunta de pesquisa que surgiu no contato inicial com o *corpus* foi: que função discursivo-pragmática o uso da primeira pessoa assume no movimento de negociação em artigos de opinião? A partir desse questionamento, voltamos nossa atenção, na

próxima seção, para a interpretação de como as marcas de primeira pessoa apresentam-se no *corpus*.

## 5 MOVIMENTOS DE NEGOCIAÇÃO RELACIONADO ÀS MARCAS DE PRIMEIRA PESSOA

Nesta seção, apresentamos o metatexto que busca explicitar as nossas compreensões em relação às marcas de primeira pessoa encontradas nos 20 artigos de opinião selecionados para o *corpus* desta pesquisa. A análise que foi aqui desenvolvida baseou-se nos pressupostos da Análise Textual Qualitativa (MORAES; GALIAZZI, 2011) e, principalmente, no campo teórico da Pragmática.

Em 5.1, iniciamos a análise dos parágrafos selecionados. Para que a análise fosse compreensível ao leitor, numeramos o artigo de opinião (para que fosse possível consultar o quadro 4 e consultar as informações necessárias à compreensão do contexto). Além disso, numeramos as ocorrências para que referir-se a elas fosse mais fácil.

### 5.1 ANÁLISE DOS MACROMOVIMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

Nesta seção, apresentamos as análises sobre os movimentos de negociação observados nos parágrafos que constituem o *corpus*, tendo em foco o recurso à primeira pessoa. Observamos que os enunciadores recorreram ao uso da primeira pessoa em dois distintos movimentos de negociação, embora todos eles participem do movimento maior de apresentar um ponto de vista que possa ser tomado como aceitável pelo interlocutor (GOLDER; COIRIER, 1996).

#### 5.1.1 Negociação pelo movimento de engajamento

Das 229 ocorrências mapeadas no *corpus*, estão inseridas, nesta primeira categoria, 181 delas. Essas ocorrências podem ser observadas integradas ao Anexo 1, a partir da observação da numeração abaixo: [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [11], [12], [13], [14], [17], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [28], [29], [30], [31], [33], [34], [35], [36], [38], [39], [40], [41], [42], [43], [44], [45], [46], [47], [48], [49], [50], [51], [52], [53], [54], [55], [56], [57], [58], [59], [60], [61],

[62], [63], [64], [65], [66], [67], [68], [69], [72], [73], [74], [79], [80], [82], [83], [84], [92], [94], [95], [96], [97], [98], [100], [101], [103], [106], [107], [108], [109], [110], [111], [112], [113], [114], [115], [118], [119], [121], [122], [123], [124], [125], [126], [127], [128], [129], [130], [131], [132], [133], [134], [135], [136], [137], [138], [140], [141], [142], [143], [144], [145], [146], [147], [148], [149], [150], [151], [152], [153], [154], [161], [163], [164], [165], [167], [168], [169], [170], [171], [174], [175], [179], [180], [181], [182], [183], [184], [185], [186], [187], [188], [189], [190], [191], [192], [193], [194], [195], [196], [197], [198], [199], [200], [201], [202], [203], [204], [205], [206], [207], [208], [209], [210], [211], [212], [213], [214], [215], [216], [219], [220], [221], [222], [223], [224], [225], [226], [227], [228], [229]. Observamos que a primeira pessoa aparece nesta categoria apenas em sua forma plural (*nós*), mais especificamente o *nós inclusivo* (*eu+tu*), como podemos verificar no recorte abaixo:

[Texto 20] Com a palavra, os [227]**nossos** governantes: que mensagem podem [228]**nos** dar nessa Semana do Meio Ambiente, cercada de ameaças que violentam o [229]**nosso** patrimônio natural? Vocês vão se posicionar de que forma?"

No recorte acima, o enunciador estabelece uma conversa com seu parceiro de enunciação. É possível notar que o leitor não é o único incluído, pois ao dizer “nossos governantes”, fala-se de algo que envolve a primeira (autor/articulista) e a segunda pessoa (leitor). Com essa estratégia, o enunciador aponta para uma discussão que é de interesse coletivo, e, portanto, deve estar em pauta. Assim como no exemplo acima, os demais recortes que compõem esta categoria são constituídos por ocorrências de primeira pessoa do plural (*nós inclusivo*).

Para melhor descrever as características do primeiro grupo de ocorrências, consideramos que há, no artigo de opinião, certos traços estilísticos que fazem sentir a presença ativa do leitor (RODRIGUES, 2001), sendo que seus possíveis enunciados também estão presentes no artigo. Rodrigues (2001) explica que um desses traços (o único que nos interessa no contexto desta pesquisa) é o uso de marcas de primeira pessoa.

Tendo em conta que a finalidade de interação do artigo de opinião é a persuasão do leitor, Rodrigues (2001) esclarece que, nesse gênero, o

enunciado é construído em função do leitor, ou seja, o articulista busca escrever de forma que possa antecipar e prever as possíveis reações do leitor, tentando persuadi-lo a alinhar-se ao posicionamento explicitado no texto.

Esse movimento de engajamento do leitor coloca-o no papel de um aliado na perspectiva do articulista, ou seja, de um coautor do artigo. Nesse sentido, o discurso é construído como se o articulista incorporasse o ponto de vista do leitor, e ambos compartilhassem uma mesma posição valorativa e estivessem em uma relação de concordância. Logo, o engajamento é estabelecido entre enunciador e enunciatário e entre esses dois parceiros da interação em relação ao conteúdo abordado.

Segundo Silveira (2017), quando o articulista se marca na primeira pessoa do plural, ele tende a fazer referência a si mesmo, mas colocando-se como pertencente ao grupo de leitores, cidadãos brasileiros, que estão conectados pelas questões que preocupam a nação.

Nesse movimento de negociação, considerando o conteúdo proposicional acionado, observamos que há micromovimentos de engajamento, considerando o aspecto semântico envolvido no conteúdo proposicional. Nesse primeiro grupo, além dos exemplos abaixo, podemos observar as ocorrências [2], [3], [4], [5], [6], [8], [14], [17], [22], [30], [33], [34], [39], [40], [43], [44], [45], [46], [47], [48], [49], [50], [51], [52], [53], [54], [55], [56], [57], [59], [61], [62], [66], [72], [73], [74], [79], [80], [84], [92], [100], [101], [103], [115], [122], [123], [124], [125], [126], [127], [128], [129], [130], [131], [132], [133], [134], [137], [138], [140], [141], [142], [145], [146], [147], [148], [150], [151], [156], [161], [163], [168], [169], [171], [173], [174], [175], [180], [181], [182], [183], [184], [185], [186], [187], [188], [189], [190], [191], [192], [193], [197], [200], [201], [202], [203], [207], [208], [213], [215], [216], [219], [220], [225], [226], [227], [228] que podem ser encontradas no Anexo 1.

Vejamos, então, os exemplos do primeiro grupo, que menciona a noção de responsabilidade coletiva e evidencia o enunciador colocando-se junto ao enunciatário como cidadão:

[Texto 1] Desde então, uma série de conferências, reuniões e pactos discutiram os impactos e criaram mecanismos para reduzir ou mitigar a [1]**nossas** ações negativas ao planeta natural. Recentemente, em 2015, com a maturidade e a

evolução do conceito de sustentabilidade a ONU lançou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com metas globais e bastante ambiciosas, para serem atingidas até 2030.

[Texto 2] Não é preciso muito para se dar conta, mas o clima de histeria coletiva que foi criado sobre este argumento, o alarmismo exasperado que [5]nos atinge quotidianamente através de jornais, rádio e tevê, o martelar da propaganda de forma constante, há anos, geraram agora na opinião pública uma distorção na percepção da realidade. [6]Estamos já convencidos de viver no pior dos mundos possíveis, na beira do precipício, aguardando o que o clima nos pode reservar num futuro próximo por causa das [7]**nossas** más ações.

Esqueça um pouco da torneira aberta e pense sobre todos os outros produtos que você possui dentro de casa. Todos necessitam de água, seja na matéria-prima, na fabricação ou no transporte até o ponto de venda. Essa é a “água virtual”: uma água que [64]**nós** não [65]**vemos**, mas que foi usada em tudo que faz parte do [66]**nosso** dia a dia.

[Texto 19] [210]**Destruímos** a Mata Atlântica e [211]**avançamos** agora sobre o Cerrado e a Amazônia. Somente no mês de abril deste ano, a Amazônia brasileira perdeu 529 km<sup>2</sup>, registrando a maior área desmatada nos últimos 12 anos. E o ministro do Meio Ambiente deliberadamente adota uma linha de atuação de confronto com a legislação ambiental. Desestruturação do Ibama e do ICMBio, conluio com grileiros para invasão de terras públicas, ameaças à integridade de terras indígenas, promoção de anistia aos infratores que degradaram ilegalmente áreas de preservação permanente na Mata Atlântica e a tentativa de reduzir o grau de proteção conferido pela Lei da Mata Atlântica são algumas das tantas iniciativas que hoje colocam a política de meio ambiente do atual governo federal em rota de colisão com a racionalidade, a sensatez e o decoro.

Em [1], [7], [210] e [211], o enunciador é direto ao se colocar, juntamente com o enunciatário, na posição de “destruidor” da Amazônia e dos bens naturais. Com esse movimento, enunciador e enunciatário são enredados no problema abordado, o que ajuda a sustentar o argumento que movimenta a construção do texto. Embora o compartilhamento da responsabilidade não garanta um alinhamento em relação à tese que é defendida no texto, essa revela-se como uma estratégia produtiva para que o debate seja tomado pelo interlocutor como uma interação necessária. Essa construção discursiva acaba, então, abrindo espaço para a interpelação (RODRIGUES, 2001) e para a

aceitação da valoração axiológica posta no texto. Além disso, em [64] e [65], podemos observar que o enunciador se coloca juntamente com o enunciatário, não apenas quando explicita as ações negativas, mas também quando menciona ações cotidianas das quais participa. Ou seja, este microgrupo explicita uma interação entre enunciador e enunciatário.

Nos trechos abaixo, podemos verificar as ocorrências relacionadas ao segundo microgrupo, que lança os interactantes à categoria de beneficiários:

[Texto 5] Falar em meio ambiente não é algo abstrato. Se traduz no ar puro que [23]**respiramos**, na água que [24]**bebemos** e na fauna e flora que [25]**nos** cercam. [26]**Somos** dependentes desses recursos para [27]**sobrevivermos** e [28]**desenvolvermos** [29]**nossas** atividades cotidianas e, mesmo assim, [30]temos dificuldade para reconhecer e valorizar [31]**nosso** patrimônio natural. Quando [32]começamos a falar sobre a temática, há quase 30 anos, parecia loucura. Porém, conservar a natureza é uma causa que vale a pena – e vai continuar valendo sempre. É uma mudança essencial no presente, que torna possível o [33]nosso futuro.

[Texto 15] Na economia, o jargão “ano perdido” ou “década perdida” refere-se a um período relativamente curto em que os indicadores de “crescimento” não avançam conforme o esperado, mas que, passada a tempestade, retomam a algum nível de normalidade. Quando o assunto é meio ambiente, a dinâmica não é bem assim: muito do que se perde em termos de recursos naturais não retoma nunca mais. Se o ano de 2019 foi um ano de perdas significativas no sistema que garante a proteção da biodiversidade e dos serviços que o ambiente [121]**nos** oferece, ainda [122]nos resta a oportunidade de aprender com ele.

[Texto 19] Ainda que reduzida e ameaçada, a Mata Atlântica [212]**nos** fornece valiosos serviços ambientais e abrigo para uma grande diversidade biológica. Espécies novas, mesmo de árvores de grande porte, continuam sendo descobertas e descritas. Ainda que pouco [213]tenhamos a comemorar no Dia da Mata Atlântica deste fatídico ano de 2020, [214]precisamos juntar os fragmentos, conectá-los para construir uma nova normalidade na qual, quem sabe, o normal será a civilidade de uma relação respeitosa com a natureza. Em que ainda [215]possamos reverenciar, todos os dias, o que restou da Mata Atlântica e [216]propiciarmos condição para sua recuperação.

Nesse microgrupo, representado pelos recortes acima e pelas demais ocorrências que podemos verificar no Anexo 1 ([35], [36], [94], [95], [96], [97], [98], [204], [229]), percebemos que a tese do enunciador gira em torno da estratégia de mencionar aspectos positivos presentes na natureza, os quais nos beneficiam. Ou seja, nessa perspectiva, enunciador e enunciatário são enredados em uma posição de “dependentes dos bens naturais”. Em vários trechos, o enunciador menciona que somos detentores desses bens e, portanto, temos razões para salvá-los. Essa é uma das estratégias produtivas na construção do texto argumentativo, pois cria um ambiente em que se torna difícil, para o enunciatário, criar objeções em relação à tese adotada no texto, visto que ele também é relacionado como um ser no mundo dependente da natureza, fato que não pode ser negado.

As ocorrências [119], [222] e [224], juntamente com as demais que podem ser encontradas no Anexo 1, ([68], [82], [83], [118], [149], [155], [170], [179], [199], [221]) congregam-se no terceiro micromovimento que considera o aspecto semântico. Nesse subgrupo estão relacionadas as estratégias de negociação em que o enunciador recorre às noções de evidencialidade e a elementos epistêmicos, relacionados ao eixo do saber (PARRET, 1988), para se colocar, junto ao enunciatário, como um conhecedor de determinada realidade, conforme exemplificam estes recortes:

[Texto 15] No agosto mais desafortunado dos últimos anos, [119]**vimos** a Amazônia arder em chamas, reflexo do aumento dos níveis de desmatamento que atingiu mais de 9 mil quilômetros quadrados, a maior área perdida em mais de uma década. São Paulo sentiu a névoa escura das cinzas das queimadas e a Amazônia ficou mais próxima do resto do Brasil do que já se imaginara. No Ministério da Agricultura, mais de 400 agrotóxicos foram liberados automaticamente, com critérios dúbios, colocando em risco a saúde humana e ambiental. Além disso, a produção de cana-de-açúcar, até então restrita aos espaços já desmatados do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, recebeu o aval para avançar sobre a Amazônia e o Pantanal.

[Texto 20] No caso da exploração dos recursos naturais, esse jogo de favores, tão comum e corriqueiro, tem quase sempre a exacerbação como fator preponderante. A fácil agregação de valor a partir do uso espoliativo e irresponsável da natureza representa uma das formas mais insidiosas de corrupção que [222]**podemos** constatar ao longo da história. Um prato cheio para o estabelecimento de uma relação incestuosa entre governantes e suas relações com os interesses setoriais, na agricultura, na mineração, em obras de infraestrutura, instalação de indústrias, e assim por diante. A corrupção nasce a partir de empreendimentos pretendidos à revelia do cumprimento das regras lícitas.

[Texto 20] O enorme desafio que envolve conciliar a proteção do meio ambiente com um verdadeiro turbilhão de interesses que usurpam o direito de terceiros, o que inclui as gerações futuras, demanda governantes com sapiência, responsabilidade e caráter. Aqueles que conseguirem superar o desafio de sair do mar de lama que envolve as muitas tomadas de decisão propositalmente equivocadas com as quais [224]**temos** convivido certamente serão reconhecidos como representantes que honraram suas funções, mostraram ter dignidade e mereceram o respeito da população.

Nessas ocorrências, o enunciador constrói sua tese em torno da ideia de que somos observadores de todas as tragédias que têm acontecido com o meio ambiente nos últimos anos. Essa estratégia ajuda a sustentar o argumento que movimenta a construção do texto, pois cria um engajamento na perspectiva de que enunciador e enunciatário fazem parte do grupo de pessoas que observaram as más ações realizadas ao meio ambiente. Esse micromovimento coloca o enunciatário como testemunha de tudo que é afirmado pelo enunciatário, num movimento em que este tenta tornar válido o argumento relacionado no parágrafo e, de forma mais ampla, sua tese.

Ao analisar estratégias envolvendo recursos semelhantes, Corbari (2013, p. 113) observa que, com esse movimento textual-discursivo, “o produtor se posiciona como alguém que tem conhecimento e autoridade sobre o conteúdo tratado no texto [...]. A opinião é posta de tal forma que negá-la seria admitir-se ignorante sobre os fatos do mundo”. Nos casos que analisamos aqui, que envolve o uso da primeira pessoa do plural, o movimento de contra-argumentação fica ainda mais limitado, na medida em que se explicita que não apenas o enunciador conhece os fatos do mundo, mas também o enunciatário.

Nesse sentido, vai se construindo um movimento de negociação que, de certa forma, diminui as possibilidades de refutação por parte do leitor. De um subgrupo mais ligado aos valores epistêmicos, passamos ao último subgrupo representativo das formas de engajamento do leitor que se volta mais para noções deônticas, que, no campo da modalização linguística, referem-se ao eixo da conduta (PARRET, 1988), relacionando atitudes necessárias:

[Texto 7] Já [68]passamos por isso antes; em 2004, os índices de desmatamento eram muito piores que os de hoje. Nos últimos anos daquela década, o Brasil conseguiu dar a volta por cima e impôs restrições em uma região em que não se respeitavam regras. Hoje, porém, [69]**precisamos** ser mais ambiciosos do que naquela época.

[Texto 13] Segundo dados do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o Brasil ainda possui 2.906 lixões, distribuídos em 2.810 municípios, e 1.310 unidades de aterros controlados, localizados em 1.254 municípios. Mas a falta de recursos financeiros tem impedido avanços mais acelerados nessa área. Pouco mais de 5% dos municípios brasileiros possui uma população acima de 100 mil habitantes. Estruturar um aterro sanitário para cada um destes municípios é muito custoso. Sendo assim, a melhor saída seria investir em soluções regionais, onde um conjunto de municípios formaria um consórcio intermunicipal para tratamento de seus resíduos, dividindo os custos da manutenção do aterro. Mas [111]**precisamos** ter a consciência de que é urgente a necessidade de [112]**começarmos** a planejar aterros sanitários que tenham dentro de suas plantas centrais de triagem de resíduo que sejam capazes de retirar do montante que será aterrado aquilo que é reciclável.

[Texto 15] Para [135]**construirmos** uma verdadeira nação brasileira, não [136]**podemos** nos furtar de compreender os efeitos de [137]nossas ações presentes para o país que [138]desejamos no futuro. [139]Parece -me que esta releitura completa do Brasil, considerando suas particularidades, com compromisso com as gerações atuais e futuras, não está na lista de promessas de ano novo de [140]nossos governantes. O ano de 2020 já está batendo à [141]nossa porta e o futuro mais uma vez se torna realidade. Depende de [142]nós, brasileiros, [143]**escolhermos** representantes comprometidos e [144]**cobrarmos** dos atuais governantes atitudes que [145]nos ofereçam um cenário futuro com o qual [146]nos identificamos.

[Texto 19] Ainda que reduzida e ameaçada, a Mata Atlântica [212]nos fornece valiosos serviços ambientais e abrigo para uma grande diversidade biológica. Espécies novas, mesmo de árvores de grande porte, continuam sendo descobertas e descritas. Ainda que pouco [213]tenhamos a comemorar no Dia da Mata Atlântica deste fatídico ano de 2020, [214]**precisamos** juntar os fragmentos, conectá-los para construir uma nova normalidade na qual, quem sabe, o normal será a civilidade de uma relação respeitosa com a natureza. Em que ainda [215]possamos reverenciar, todos os dias, o que restou da Mata Atlântica e [216]propiciarmos condição para sua recuperação.

Nos recortes acima e nos exemplos encontrados no *corpus* ([38], [41], [42], [58], [60], [63], [67], [113], [164], [165], [167], [194], [195], [196], [198], [206], [209], [223]) o enunciador aciona um movimento de negociação em que busca engajar o enunciatário, mencionando ações que devemos tomar para que não sejamos apenas observadores dos negativos. O tom deontico pode estar na própria semântica do verbo modalizador, como vemos em [111], ou na ambientação contextual, como vemos na ocorrência [112], em que o verbo carrega a marca da primeira pessoa, mas a deonticidade está marcada no sintagma nominal “a necessidade”, dada no conteúdo proposicional. Na dinâmica de engajamento do leitor em relação aos problemas a serem debatidos, o enunciador busca também enredar o enunciatário na tentativa de convencê-lo a partir da responsabilização coletiva por ações necessárias. Considerando que enunciador e enunciatário estão incluídos no mesmo problema, um efeito de proximidade entre eles é criado e, quanto mais próximo o leitor sentir-se do autor e do problema, mais ele estará propenso a concordar/agir.

Observamos, além disso, ao longo do *corpus*, que algumas estratégias, além da primeira pessoa, são utilizadas para reforçar a adesão do leitor à tese abordada no texto. Rodrigues (2001) menciona que o pronome *todos* é uma dessas estratégias. A autora explica que utilizar *todos nós* exalta a noção de plural e de coletividade, ou seja, busca fazer com que o leitor se sinta parte da questão mencionada. Além do uso de *todos*, encontramos, nos textos 15, 18 e 4 os seguintes trechos que podem agir nesse mesmo efeito: [123] “**nós, brasileiros**”; [127] “Somos 200 milhões de **seres humanos**”; [192] “o que nos impele, como **sociedade**”; “mas toda a **sociedade** possa se envolver e

contribuir para [22]elevarmos o oceano à prioridade que ele deve ter”. Nesses trechos, observamos que o enunciador recorre a “brasileiros”, “seres humanos” e “sociedade” para evidenciar a participação do leitor nas questões abordadas. Nesse sentido, destacamos que o cotexto atribui ênfase para o valor da primeira pessoa.

Vale observar, conforme pontua Corbari (2013), que, considerando a finalidade discursiva da interação social concretizada via artigo de opinião, embora possa se argumentar no texto sobre uma mudança de atitude necessária, tal mudança não é o objetivo imediato do texto. Assim, tal recurso modalizador é colocado em cena na tentativa de alinhamento argumentativo, em direção ao fazer crer, mais do que um alinhamento atitudinal, que visaria a um fazer agir. Dessa forma, o enunciador constrói formas de mostrar que os enunciatários estão implicados no debate (GOLDER, 1996), quer mostrando que são indivíduos atingidos, quer mostrando que são cidadãos conscientes em relação ao que se passa ou mostrando que as ações para salvar a natureza também são sua responsabilidade. Todos esses movimentos evidenciam negociação por meio do engajamento entre enunciador/enunciatário/conteúdo abordado.

### 5.1.2 Negociação pela explicitação de autoridade

Das 229 ocorrências mapeadas no *corpus*, estão inseridas, nesta categoria, 45 delas. Essas ocorrências podem ser encontradas no Anexo 1, a partir da observação da numeração abaixo: [9], [10], [15] [16], [18], [19], [20], [21], [32], [37], [70], [71], [75], [76], [77], [78], [81], [85], [86], [87], [88] [89], [90], [91], [93], [99], [116], [117], [120], [139], [152], [153], [154], [157], [158], [159], [160], [162], [166], [172], [176], [177], [178], [217], [218]. Observamos que a primeira pessoa aparece nesta categoria na forma singular (*eu*) e em sua forma plural (*nós*), mais especificamente o *nós exclusivo (eu+eles)*, como podemos verificar no recorte abaixo:

[Texto 4] Embora o Brasil seja entendido como país emergente nesse contexto, ainda há muito que ser feito para [20]**comprendermos** e [21]**gerenciarmos** os oceanos de forma sustentável. Além do avanço nas pesquisas, é

necessário ampliar o conhecimento da sociedade sobre os oceanos e, em especial, o uso do conhecimento científico na tomada de decisão

Neste recorte, podemos observar a presença do *nós exclusivo*. É possível compreender que se trata de uma ocorrência de *nós exclusivo* devido ao fato de que o articulista se refere a compreensão e ao gerenciamento dos oceanos. Inicialmente, já conseguimos inferir que o leitor não está incluído, pois o gerenciamento dos oceanos não é uma tarefa atrelada aos cidadãos comuns. Além disso, o contexto de produção do texto fortalece essa interpretação, pois o autor é Alexander Turra, professor do Instituto de Estudos Avançados e Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza, ou seja, o articulista é especializado no tema do artigo e, por isso, se refere a si mesmo e ao grupo do qual faz parte (especialistas no trabalho com oceanos).

Nessa segunda categoria, também observamos a posição de autoria do articulista como elemento relevante para que o leitor estabeleça confiança nos valores apresentados pelo enunciador. Percebemos, também, aqui, que o uso da primeira pessoa do singular/*nós exclusivo* pode colaborar para que o autor construa sua imagem com base no seu papel social (atuação profissional, cargo que ocupa, atuação em ONG, formação etc.) de destaque, ou seja, o articulista está na posição de utilizar a primeira pessoa do singular/*nós exclusivo*, uma vez que ocupa uma posição de inserção recorrente no que tange à discussão sobre o meio ambiente. Esse uso pode contribuir para a angariação da confiança do enunciatário diante dos argumentos estabelecidos pelo enunciador. A esta categoria está relacionada a noção de *ethos*. Maingueneau (2005) explica que o poder de persuasão de um discurso “consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados” (MAINGUENEAU, 2005, p. 99).

Maingueneau (2005) elucida que o *ethos* é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. O autor explica que no texto escrito está presente um tom que dá autoridade ao que é dito. “Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador [...] A leitura faz, então,

emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito” (MAINGUENEAU, 2005, p. 98, grifo do autor).

Levando em consideração o contexto de produção dos artigos de opinião constituintes do *corpus* desta pesquisa, compreendemos que o fiador que transparece nos textos é de um indivíduo cientista, professor, ambientalista, homem de negócios, advogado, político, em resumo, uma pessoa pública, que exerce uma função de decisão no seu espaço de atuação e mostra-se como uma pessoa engajada com questões de relevância social e preocupada com o bem-estar da natureza.

Essa construção da imagem de um articulista especialista engajado com o meio ambiente movimenta uma negociação em que o enunciador busca tornar o argumento confiável e quiçá convencível, visto que “the arguer must make the addressee aware of the reasons why his/her own understanding of the issue is credible (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 272)<sup>21</sup>. Logo, ao mostrar-se engajado com o meio ambiente, o autor dá razões para o leitor adotar seu argumento como crível.

Visto que os leitores da *Gazeta do povo* (em sua maioria homens entre 35 e 54 anos) buscam ler e entender as questões relevantes da sociedade para colocá-las em prática no seu dia a dia, pois “os interactantes exercem uns sobre os outros uma rede de influências mútuas” (AMOSSY, 2019, p. 12).

Nesse movimento de construção da imagem de um articulista engajado, considerando o conteúdo proposicional acionado, observamos que também existem micromovimentos em que o enunciador procura mostrar sua competência, considerando o aspecto semântico envolvido no contexto. Vejamos o primeiro grupo que aciona um posicionamento avaliativo em que se explicita a interpretação subjetiva a respeito do conteúdo proposicional:

[Texto 17] [172]**Tenho para mim** que a Covid-19 escancarou para toda a humanidade a mesquinhez e a soberba dos homens, que se julgavam donos do presente e do futuro, senhores do lucro e do progresso, dominadores da tecnologia. Porém espelham-se, repentinamente, em sua humanidade decaída, estampam sua deficiência moral e sua incapacidade ante o desconhecido, e ainda parecem tentar lutar contra a ideia de que

---

<sup>21</sup> “o argumentador deve fazer o interlocutor ciente das razões pelas quais seu entendimento da questão é crível” (GOLDER; COIRIER, 1996, p. 272, tradução nossa).

[173]fomos feitos para cooperar. [174]Somos seres da solidariedade e somente quando nos [175]assumirmos assim obteremos algum sucesso.

[Texto 15] O Brasil não saiu do Acordo de Paris, como panfletado no início do ano, mas tem sido representado internacionalmente por um ministro de Relações Exteriores negacionista. Como se os efeitos diretos da mudança de governo sobre o meio ambiente não fossem suficientes para desenhar um cenário desolador, em 2019 ainda houve Brumadinho e o vazamento de óleo nas praias, tragédias humanas, sociais e ambientais resultantes das históricas negligências no monitoramento das licenças ambientais e das atividades de alto risco. Com este panorama, se Loyola Brandão decidir escrever uma segunda parte para o livro, [120]**duvido** que haja inspiração maior que o retrospecto de tudo que ocorreu ambientalmente no Brasil em 2019.

[Texto 15] Para [135]construirmos uma verdadeira nação brasileira, não [136]podemos nos furtar de compreender os efeitos de [137]nossas ações presentes para o país que [138]desejamos no futuro. [139]**Parece-me** que esta reeleitura completa do Brasil, considerando suas particularidades, com compromisso com as gerações atuais e futuras, não está na lista de promessas de ano novo de [140]nossos governantes. O ano de 2020 já está batendo à [141]nossa porta e o futuro mais uma vez se torna realidade. Depende de [142]nós, brasileiros, [143]escolhermos representantes comprometidos e [144]cobrarmos dos atuais governantes atitudes que [145]nos ofereçam um cenário futuro com o qual [146]nos identificamos.

Com base nesses dados é que governantes irão se reunir com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em uma reunião convocada pelo próprio secretário para o dia 23 de setembro, em Nova York, denominada de Cúpula de Ação Climática. A nomenclatura não poderia ser mais acertada, pois traduz o recado que Guterres enviou direto aos governantes: ele pede que as iniciativas apresentadas sejam implementáveis, escaláveis e replicáveis. Atendendo ao chamado de Guterres, o Pacto Global desafiou CEOs de todo planeta a estabelecerem metas ainda mais ambiciosas para suas empresas: que estejam alinhadas ao relatório para que a temperatura da terra não ultrapasse 1,5°C até o ano 2100. Ao longo da [15]minha carreira, enquanto gestor público ou como presidente de uma escola de negócios, reconhecida internacionalmente por suas práticas sustentáveis, [16]**acredito** no poder das organizações em sensibilizar, influenciar e engajar para o desenvolvimento sustentável nos negócios. Assim como o governo, os

empresários também devem assumir a posição de líderes na adoção de iniciativas e práticas inovadoras de sustentabilidade.

Os recortes destacados acima e a ocorrência [18] disponível no Anexo 1 demonstram que, ao utilizar a primeira pessoa do singular, os articulistas optam por evidenciar sua opinião e seu posicionamento sobre algo. Esse movimento é fundamental para a construção da negociação, visto que, segundo Golder e Coirier (1996), “By presenting oneself as more or less sure of what one has to say, the speaker creates greater or lesser distance between him/herself and her/his utterances; this distance enables the hearer to negotiate the object of debate” (GOLDER; COIRIER, 1992, p. 52)<sup>22</sup>.

Assim, temos que, para que um discurso argumentativo seja aceitável, o enunciador deve construir seu objeto de discurso por meio do emprego de enunciados axiológicos em oposição ao emprego de enunciados factuais, já que o emprego de enunciados factuais reduz a possibilidade de uma real negociação entre os participantes (GOLDER, 1996).

Nessa perspectiva, nos movimentos de negociação apresentados acima, o enunciador explicita que esta distância em relação ao que enuncia é estreitada, apresentando de forma explícita seu juízo de valor sobre algo (‘eu acho’, ‘eu sinto’, ‘em minha opinião’ etc.). Ao apresentar seu juízo de valor, o enunciador recorre ao recurso da primeira pessoa. Sendo assim, percebemos que, nos recortes acima, os articulistas buscam evidenciar que apresentam sua opinião sobre algo, abrindo espaço para a negociação (GOLDER; COIRIER, 1994).

No segundo microgrupo, também observamos a presença da primeira pessoa do singular; porém, como é possível verificar nos recortes abaixo, temos ocorrências que estão relacionadas a um conteúdo proposicional mais descritivo, que relata experiências:

[Texto 19] Sempre que [217]**vejo** essas notícias de enchentes no Sudeste do Brasil [218]**me lembro** da crise hídrica que afetou São Paulo a partir de 2014 e até 2016. E quem não se lembra de acompanhar com alguma apreensão o nível do

---

<sup>22</sup> “Ao se apresentar como mais ou menos certo sobre o que tem a dizer, o falante cria uma distância maior ou menor entre ele e seus enunciados. Essa distância possibilita o ouvinte a negociar o objeto do debate” (GOLDER, COIRIER, 1992, p. 52, tradução nossa).

Sistema Cantareira caindo dia após dia - até chegar a zero e descortinar para a humanidade o famoso “volume morto”?

[Texto 11] Quando [87]**me mudei** para a cidade de Paragominas, em plena expansão da fronteira de ocupação da Amazônia, em 1984, [88]**eu** era um jovem cientista que desembarcava na região para estudar a recuperação de florestas em áreas de pastagens abandonadas. [89]**Eu me imaginava** chegando em uma versão brasileira do Velho Oeste. [90]**Esperava** uma cidade cheia de bandidos e grileiros. Mas, em vez disso, o que [91]**descobri** foram famílias corajosas e trabalhadoras que haviam chegado a esta cidade de serrarias, fazendas de gado e assentamentos de pequenos produtores para melhorar sua vida.

[Texto 8] Antes de o problema estourar,[76]**eu** já havia registrado que a solução do problema do desmatamento e das queimadas passa necessariamente pela presença ostensiva de forças militares, como prevenção e inibição dos criminosos, em uma área continental e de difícil movimentação, com o emprego de satélites que ajudam a identificar os focos. [77]Temos de estar na mata em tempo real para que, com a tecnologia, [78]sejamos preventivos e não corretivos."

[Texto 3] Com base nesses dados é que governantes irão se reunir com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em uma reunião convocada pelo próprio secretário para o dia 23 de setembro, em Nova York, denominada de Cúpula de Ação Climática. A nomenclatura não poderia ser mais acertada, pois traduz o recado que Guterres enviou direto aos governantes: ele pede que as iniciativas apresentadas sejam implementáveis, escaláveis e replicáveis. Atendendo ao chamado de Guterres, o Pacto Global desafiou CEOs de todo planeta a estabelecerem metas ainda mais ambiciosas para suas empresas: que estejam alinhadas ao relatório para que a temperatura da terra não ultrapasse 1,5°C até o ano 2100. Ao longo da [15]**minha** carreira, enquanto gestor público ou como presidente de uma escola de negócios, reconhecida internacionalmente por suas práticas sustentáveis, [16]acredito no poder das organizações em sensibilizar, influenciar e engajar para o desenvolvimento sustentável nos negócios. Assim como o governo, os empresários também devem assumir a posição de líderes na adoção de iniciativas e práticas inovadoras de sustentabilidade.

Em [87], [88], [89], [90] e [91] e nas demais ocorrências presentes no Anexo 1 ([157], e [93]), por exemplo, temos um autor que descreve suas experiências como “um jovem cientista”, sempre recorrendo ao uso da primeira pessoa do singular. De acordo com Rodrigues (2001), devido ao lugar social de onde fala o articulista, seu comentário e seu posicionamento sobre determinado acontecimento social tornam-se tema de interesse para os jornais e para o público leitor. Este, por sua vez, tende a ser mais facilmente persuadido quando a imagem do articulista está vinculada ao prestígio na esfera da qual faz parte.

Nos exemplos acima, a incorporação do relato de fatos passados traz ao texto o *ethos* da autoridade da experiência vivida do seu autor. Esse relato de experiências incorpora ao artigo dados com os quais o articulista constrói e sustenta seu ponto de vista (RODRIGUES, 2001).

Portanto, o uso da primeira pessoa do singular, nesses casos, contribui para a negociação do argumento do enunciador, visto que é uma estratégia linguística que tem como fim validar e fazer prevalecer o ponto de vista apresentado no texto (CORBARI, 2013).

Nesta categoria, ainda podemos observar a presença da primeira pessoa do plural, quando o autor recorre ao *nós exclusivo* (eu+eles) para referir-se a algum grupo do específico e especializado (‘nós economistas’, ‘nós ambientalistas’). Esse *nós exclusivo* é chamado de ‘plural de autor’, por Fiorin (1996). Segundo o autor, esse tipo de nós é tipicamente usado na escrita jornalística e científica, e serve não apenas para expressar, mas também para aumentar a autoridade do falante/autor. Fiorin (1996) menciona esse tipo de ‘nós’ também ocorre em obras científicas, conferências etc. Nesse caso, o enunciador usa o *nós* porque tem atrás de si a comunidade científica, que fala em nome da Ciência, do Saber. O autor estabelece-se como um delegado dessa coletividade cuja autoridade deriva da instituição científica. As ocorrências que apresentam o *nós exclusivo* também foram subdivididas em dois microgrupos. No primeiro deles, o enunciador se coloca no texto, juntamente com seu grupo, para mostrar que tem conhecimento de alguma questão/conceito.

[Texto 8] Quando [75]**falamos** de fiscalização inoperante, é porque existem vários processos judiciais que mostram de forma cabal as fraudes e as vistas grossas por uma parte substancial dos órgãos fiscalizadores (Ibama, Ipaam e vários outros) – inclusive com prisão por afastamento de um superintendente do Ibama do Amazonas, que havia tentado liberar, de forma irregular, 450 contêineres de madeira ilegal. Os governos estaduais e o governo federal já sabiam destes e de outros fatos horrendos. Poderiam ter se adiantado e encaminhado o assunto de forma cabal. Além, é obvio, de ter acirrado a fiscalização, o que não ocorreu.

[117] Se a sustentabilidade econômica pode ser entendida, como [166]**defendemos**, pelo respeito aos valores que a sustentam, [167]temos um caminho para resolver este aparente impasse. Os princípios econômicos, ao oposto do que muitos acreditam, não estão dissociados da moral, pois referem-se ao “como” e não ao “para que” último, orientando a economia para o seu verdadeiro fim. Afinal, das leis econômicas não pode surgir a miséria, por isso a necessidade de elas recorrerem também à caridade e à justiça, conseguindo assim promover o homem e a sociedade.

Nesses recortes, o enunciador menciona a “fiscalização inoperante” e a “sustentabilidade econômica”, conceitos que são colocados no texto juntamente com os verbos “falamos” e “defendemos”, respectivamente. O enunciador menciona os conceitos e os explica usando a primeira pessoa do plural. Dessa forma, o que se transmite é a ideia de que ele entende sobre os conceitos mencionados, pois fala em nome da Ciência (FIORIN, 1996). Podemos verificar outras ocorrências pertencentes a esse grupo no Anexo 1 ([9], [10], [19], [20], [21], [32], [37], [77], [78], [81], [85], [86], [107], [108], [109], [110], [116], [117], [152], [153], [154], [158], [159], [160], [162], [166], [176], [177], [178])

No segundo microgrupo, deparamo-nos com ocorrências que denotam ações do enunciador e de seu grupo em relação às causas ambientais, como podemos observar nos recortes que seguem:

[Texto 12] O Brasil está seguramente entre os países mais sustentáveis do planeta, não há dúvida. [94]Nossa agricultura é em grande medida moderna, produzindo alimentos, fibras e energia de qualidade e de forma competitiva, com grande respeito ao meio ambiente. [95]Temos o Código Florestal,

talvez a norma ambiental mais restritiva do planeta, com legislação sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outros mecanismos que os estrangeiros – em especial os europeus – nem de longe possuem. Cerca de 60% de [96]nossa vegetação nativa está preservada, sendo 80% no caso da Floresta Amazônica. [97]Temos o etanol, exemplo de biocombustível renovável, e o RenovaBio, mecanismo concreto de redução de emissões e sem gastos públicos. [98]Nossa matriz energética é das mais limpas do mundo, com cerca de três vezes mais fontes renováveis que a média mundial, chegando a 84% nas fontes limpas de energia elétrica, seja hidráulica, eólica, solar e biomassa. [99]**Implementamos** reflorestamentos importantes e diversas práticas ambientais que fazem do Brasil o grande player ambiental.

[Texto 7] A Amazônia brasileira é muito mais do que apenas uma floresta; são 30 milhões de pessoas que vivem e trabalham ali. [70]**Precisamos** garantir que as árvores valham mais em pé do que cortadas – mas, para isso, [71]**temos** de dar aos habitantes da região os meios de usar e preservar o meio ambiente.

No primeiro recorte, o autor menciona a implantação de “reflorestamentos e diversas práticas importantes”, ou seja, há, nesse caso, a construção de uma imagem de competência, visto que o autor e seu grupo realizaram uma ação de importância para o país. A noção de competência também perpassa o segundo recorte, uma vez que o articulista declara que é função dele e do seu grupo “dar aos habitantes da região os meios de usar e preservar o meio ambiente”, subentende-se que o grupo está engajado em questões ambientais e, por isso, é competente para tratar do assunto.

Os parágrafos acima registram ocorrências de *nós exclusivo*, nas quais o enunciador se refere a ele a outras pessoas do seu grupo social. Nesse tipo de ocorrência um *ethos* de competência social e profissional é manifestado, legitimando o ponto de vista do autor, e estabelecendo uma espécie de garantia para o seu discurso (RODRIGUES, 2001). Nessa categoria, observamos a apresentação de alguns micromovimentos que recorrem à primeira pessoa do singular e ao *nós exclusivo*. Sendo para demonstrar sua opinião sobre algo e tornar o argumento discutível, sendo para demonstrar suas experiências em relação a algo que contribui para o desenvolvimento do tema abordado ou para mencionar o grupo do qual faz parte como uma espécie

de garantia para o discurso, o enunciador trabalha com a primeira pessoa como uma estratégia linguística que contribui para a negociação.

## 5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise aqui proposta centrou-se na proposição de duas categorias: *Negociação pelo movimento de engajamento* e *Negociação pelo movimento de explicitação de autoridade*. Tais categorias foram consideradas a partir da observação de ocorrências de primeira pessoa e que tipos de efeitos elas movimentavam no enunciado.

Quatro 4 – Tipo de foco apresentados nas categorias

Tipo de movimento	Foco	Tipo de nós	Categoria
Tentativa de engajamento do enunciatário	Foco na relação enunciator-enunciatário	Inclusivo	<i>Negociação pelo movimento de engajamento</i>
Tentativa de mostrar ao enunciatário o porquê ele deve fazer parte do mesmo grupo do enunciator	Foco no enunciator	Exclusivo	<i>Negociação pelo movimento de explicitação de autoridade</i>

Fonte: Elaborado pela autora

A observação das ocorrências na movimentação do enunciado revela que o uso da primeira pessoa se deu em dois macromovimentos de negociação. O primeiro deles está relacionado à primeira categoria, envolve a maior parte das ocorrências e conta exclusivamente com o *nós inclusivo*. A partir desse movimento textual-discursivo, o enunciador busca engajar o enunciatário por meio do uso da primeira pessoa em alguns micromovimentos:

a) o enunciador busca engajar o enunciatário, acionando a noção de responsabilidade coletiva e colocando-se junto a ele como cidadão;

b) o enunciador busca engajar os interactantes ao lançá-los à categoria de beneficiários.

c) o enunciador busca engajar o enunciatário recorrendo a noções de evidencialidade e a recursos da modalização epistêmica para se colocar, junto ao enunciatário, como um conhecedor de determinada realidade;

d) o enunciador busca engajar o enunciatário, voltando-se para noções deônticas que mencionam atitudes de intervenção necessárias;

Todos esses usos demonstram que a presença da primeira pessoa nessa categoria é uma estratégia adotada pelo enunciador para colocar o enunciatário como alguém que está envolvido nas questões mencionadas no texto. Portanto, essa categoria foca no enunciatário, buscando enredá-lo no ponto de vista apresentado. Esse uso da primeira pessoa eleva o enunciatário à posição de aliado do enunciador.

De acordo com a definição de Benveniste (1991), a respeito dos tipos de *nós*, podemos observar que cada uma das categorias movimenta um uso diferente. O recurso ao *nós inclusivo*, de forma geral, busca criar no leitor sentimentos como: “Você, leitor, também é responsável”, “Você, leitor, também pode ajudar”, “Você, leitor, também tem consciência do problema”, “Você, leitor, também se beneficia da natureza”. Ao colocar o leitor como cidadão que está relacionado a todas essas ações, o enunciador procura ‘cobrar’ um posicionamento do enunciatário, intencionando causar nele a seguinte reflexão: “Se você é parte do problema, deve pelo menos se engajar na questão”. Utilizando esse tipo de estratégia, o argumento torna-se negociável, visto que uma primeira condição para a produção do discurso argumentativo é a discutibilidade do objeto do discurso (PETRONI, 2005).

Além disso, temos que um dos aspectos que permitem a maior discutibilidade do discurso é a forma como o enunciador se sente implicado no debate (GOLDER, 1996). Nesse sentido, essa categoria apresenta elementos que contribuem para a discutibilidade do objeto do discurso, visto que são apresentadas, por meio do recurso à primeira pessoa do plural, diversas maneiras de engajar o enunciatário. Dessa forma, a primeira pessoa do plural contribui para o envolvimento do enunciatário, pois implica-o no discurso.

Ademais, ao incluir o enunciatário no debate, o enunciador evita a referência direta (segunda pessoa *tu*). Ao substituir a referência direta pelo *nós inclusivo*, o enunciador faz com que o leitor se sinta pertencente ao mesmo grupo do qual o enunciador é parte; logo, se fazem parte do mesmo grupo, compartilham dos mesmos interesses. É apenas a partir do interesse pelo debate que o negociador vai poder agir sobre as crenças e quiçá as atitudes do outro.

A utilização do *nós inclusivo* é também uma estratégia do enunciador que evita a criação de uma fala ameaçadora para as faces negativa e positiva (MAINGUENEAU, 2005) do enunciatário, pois, ao invés de fazer uma crítica, “Você é causador da destruição da Amazônia”, ou dar uma ordem, numa orientação deôntica direta, “Você precisa replantar a floresta”, o enunciador ameniza sua fala, apresentando-se de forma polida: “**Destruímos** a Mata Atlântica e **avancamos** agora sobre o Cerrado e a Amazônia”, “**precisamos** juntar os fragmentos, conectá-los para construir uma nova normalidade na qual, quem sabe, o normal será a civilidade de uma relação respeitosa com a natureza”. Além da preservação de faces, ao usar a primeira pessoa do plural, o enunciador estabelece um efeito de unidade, em que suas ideias são expostas como partilhadas pelo grupo de leitores, o que evita um tom impositivo por parte do produtor e respeita o princípio da polidez (LEECH, 1983).

Nesse caso, podemos notar também que, em relação à Teoria dos Atos de Fala, o enunciador, quando recorre à primeira pessoa do plural, evita advertir enquanto exprime sua fala e busca conscientizar.

Além disso, temos que as três qualidades necessárias para a constituição do *ethos* são: ser razoável, ser honesto e dar uma imagem agradável de si, ser amável (AMOSSY, 2019). Dessa forma, podemos constatar que recorrer à primeira pessoa do singular (ao invés de fazer a referência direta ao enunciador recorrendo à segunda pessoa) é uma forma que o enunciador encontra para inspirar confiança.

Mencionamos acima que o foco, nessa categoria, recai na relação enunciador-enunciatário. Tal afirmação pode ser explicada quando analisamos o funcionamento da categoria: o engajamento entre os interactantes é o que movimenta os usos do *nós inclusivo*, isso é importante, visto que “é em função do leitor que se dá o acontecimento do enunciado e [...] o projeto discursivo do autor se orienta para a reação-ativa do leitor, buscando antecipar e prever as possíveis reações (verbais ou não) dele face a sua fala” (RODRIGUES, 2001, p. 210).

Assim, essa categoria implica a ideia de que ‘nós conhecemos x; portanto, podemos discutir a questão’. Ou seja, o articulista recorre à primeira pessoa para mostrar que ele e o leitor estão envolvidos e têm consciência dos

problemas ambientais e, por isso, podem discutir as questões para sua posterior solução.

O segundo movimento de negociação que envolve o uso da primeira pessoa constitui a segunda categoria. Observamos, nessa categoria, que os articulistas recorreram à primeira pessoa para constituir sua imagem de autor especialista, buscando, com isso, angariar a confiança do leitor por meio de alguns micromovimentos:

- a) o enunciador procura evidenciar sua competência acionando um posicionamento mais avaliativo;
- b) o enunciador procura evidenciar sua competência acionando um posicionamento mais descritivo e relatando experiências;
- c) o enunciador coloca-se como parte de um grupo especialista, acionando uma espécie de garantia para o seu discurso;
- d) o enunciador coloca-se como parte de um grupo competente.

Todas essas formas de movimentar a primeira pessoa do singular e o *nós exclusivo* buscam demonstrar que o enunciador está em uma posição de especialista e, por isso, pode colocar-se diretamente no texto.

Ao excluir o enunciatário, o enunciador fica livre para mostrar seu posicionamento e o posicionamento de seu grupo. Dessa forma, o enunciatário observa a posição de autoridade do autor. O *nós exclusivo* demonstra que o autor parte de um grupo social que toma decisões importantes para o meio ambiente e, por isso, o enunciatário pode confiar em suas palavras.

Considerando que a Pragmática estuda o sentido dentro de um contexto de uso, observamos que as escolhas relativas à marcação do enunciador no texto e sua relação com o parceiro da interação no texto opinativo, especificamente no que tange ao uso da primeira pessoa, giram em torno do contexto de produção/circulação, da temática abordada e das particularidades do gênero.

De acordo com Rodrigues (2001), o artigo envolve a manifestação de um ponto de vista a respeito dos acontecimentos sociais do universo temático do jornalismo por um agente social que, em geral, é especialista no assunto. Também Melo (2003) aponta a relevância da autoria, uma das características fixas do gênero. Assim, é relevante afirmar que a posição de autoria do artigo de opinião implica nas escolhas linguísticas representadas no texto.

Para exemplificar essa questão, podemos mencionar o texto 11, no qual encontramos 6 ocorrências de primeira pessoa do singular. Esse número de ocorrências (o maior entre os 20 textos) demonstra que o autor lida com a imagem que constrói de si (AMOSSY, 2019) como um argumento relevante para a construção do discurso. Uma análise de seu currículo mostra que Daniel Nepstad é ecólogo, trabalha na Amazônia brasileira há mais de 30 anos, foi um dos autores do 5º relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC) e lecionou na Universidade Yale. Ou seja, o recurso à primeira pessoa está ancorado na existência desse autor como um ser socialmente localizado em uma posição que lhe autoriza o uso de tal estratégia linguística, o que mostra que o texto é dado em função das condições pragmáticas envolvidas em sua construção.

Além da posição de autoria, a temática também influencia a recorrência do uso da primeira pessoa do plural nos textos. Se, de um lado, temos articulistas que tomam sua posição como um argumento de autoridade, por outro lado temos autores que calibram o texto em função do leitor, e a temática aí também é fator importante para a construção do argumento em torno da primeira pessoa. Para ilustrar essa análise, podemos dizer, por exemplo, que um articulista escrevendo sobre aborto, ainda que seja autoridade na área, recorreria à primeira pessoa de maneira bem diversa do que um articulista falando do meio ambiente, o que mostra que todo o contexto pragmático regula o uso dos elementos linguísticos empregados no texto.

As análises mostram que o uso do *nós inclusivo*, do *nós exclusivo* e do *eu* são influenciados pela temática. O *nós inclusivo* ocorre devido ao fato de os articulistas assumirem a posição de cidadãos brasileiros que precisam tomar atitudes em relação à má gestão do meio ambiente, juntamente com os leitores e o restante da população. Inferimos, considerando o contexto de produção e de circulação dos textos, que todos os leitores também sejam cidadãos brasileiros que devem fazer parte dessa missão. Caso a temática apresentada estivesse relacionada a outros temas polêmicos, como, por exemplo, a descriminalização do aborto, é possível que o recurso à primeira pessoa do plural ficasse mais atenuado, haja vista as posições divergentes sobre o assunto. Nesse sentido, a temática é um fator que guia as escolhas formais

que marcam a ‘pessoa’, o que explicita, novamente, que as escolhas linguísticas são pragmaticamente guiadas.

Assim, ao passo que a temática movimenta, majoritariamente, o uso do *nós inclusivo*, ela também influencia o uso do *nós exclusivo* e do *eu*, que também ocorrem no *corpus*, porém, de maneira menos recorrente. Esse fato pode ser relacionado à necessidade de engajamento do enunciatário em um debate tão amplo como o que tematiza o meio ambiente. Se a temática envolvesse questões mais específicas, que estivessem menos pautadas no consenso, é possível que fosse mais recorrente o recurso ao *nós exclusivo* e ao *eu*, haja vista a necessidade de pontuar uma posição a partir de noções que não são consensuais entre os interlocutores.

Na perspectiva de construir um panorama geral das ocorrências em todo o *corpus*, construímos o quadro abaixo, em que explicitamos as ocorrências considerando a questão formal da primeira pessoa em cada um dos 20 textos considerados:

Quadro 6 – Quadro geral do número de ocorrências considerando a questão formal

Número do texto	Nós inclusivo	Nós exclusivo	Primeira pessoa do singular
1	4	-	-
2	7	2	-
3	2	1	3
4	1	2	-
5	31	2	-
6	13	-	-
7	3	2	-
8	2	3	1
9	2	1	-
10	3	2	-
11	1	-	6
12	9	5	-
13	2	1	-
14	2	-	-
15	27	2	2
16	5	-	-
17	24	11	2
18	27	-	-
19	2	-	2
20	9	-	-

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro acima demonstra que o número de ocorrências do *nós inclusivo* é muito maior em alguns textos do que em outros. De forma geral, o que notamos é que todos os 20 textos movimentam estratégias de negociação que buscam convencer o leitor a adotar a tese apresentada no texto, como é esperado do artigo de opinião. No entanto, verificamos que, em alguns textos, em função do diferente foco adotado, o tipo de negociação varia. Em textos como o 11, no qual ocorrem 6 usos da primeira pessoa do singular e apenas 1 da primeira pessoa do plural (*nós inclusivo*), a negociação centra-se na imagem que o enunciador constrói de si. O autor apresenta-se no texto diversas vezes como indivíduo que teve experiências produtivas para seu conhecimento que devem ser mencionadas para construir uma relação de confiança com o leitor. Este, nesse caso, não é incitado a sentir-se parte do problema, nem a participar da sua solução, mas a considerar os argumentos postos em um texto mais expositivo, do qual pode absorver informações úteis provindas de um enunciador confiável, que expõe seu ponto de vista sobre o assunto tematizado.

Por sua vez, textos como o 15, no qual o autor utiliza 27 vezes o *nós inclusivo*, o foco recai na relação entre enunciador/enunciatário. Em textos como esse, ocorre um diferente tipo de negociação. O enunciador busca enredar o enunciatário no texto, recorrendo a estratégias distintas: menciona-o como observador do problema, menciona-o como beneficiário dos bens naturais e, ainda, cita ações que devem ser tomadas por todos. Assim, constitui-se uma negociação na qual o enunciador cria uma esfera de reciprocidade, “o nós inclui o enunciatário no enunciador e, portanto, aquele é obrigado por este a assumir o texto com ele” (FIORIN, 1996, p. 96).

Em resumo, observamos que o uso da primeira pessoa é pesado no texto considerando o contexto pragmático que o envolve. Conforme já explicitado na parte teórica deste trabalho, a Pragmática ocupa-se do estudo da linguagem através de um amplo conjunto de parâmetros discursivos (GOLDNADEL, 2019), os quais se referem às condições que governam a utilização da linguagem: quem são os autores, quem são os leitores, a temática abordada, o gênero selecionado para a discussão dessa temática, o objetivo sociodiscursivo implicado na gênese do texto, o veículo em que foram

publicados, entre outros aspectos contextuais movimentam a construção do texto.

Tal construção leva a usos linguísticos específicos, entre os quais destacamos o uso da primeira pessoa do singular e do plural, o que mostra que as formas linguísticas estão sujeitas aos contextos de uso. Essa análise é fortalecida quando observamos que os elementos linguísticos considerados neste trabalho são dêiticos, e que “um dêitico só pode ser entendido dentro da sua situação de comunicação e, quando aparece num texto escrito, a situação enunciativa deve ser explicitada” (FIORIN, 2007, p. 162).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta o resultado de análises feitas acerca de ocorrências de primeira pessoa em artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo*. Optamos, nesta pesquisa, por trabalhar com os aspectos relativos ao uso da primeira pessoa como estratégia de negociação.

O percurso de desenvolvimento da análise buscou demonstrar que o recurso à primeira pessoa, seja no pronome possessivo, seja na flexão verbal ou no uso do pronome reto, representa uma estratégia produtiva no sentido de promover o posicionamento do autor e de promover a interlocução com o leitor do texto.

Os levantamentos realizados, levando-se em consideração o gênero em que são veiculados os textos sob análise, possibilitaram a observação de que o teor de negociação estabelecido pelo recurso à primeira pessoa promove dois movimentos, constituintes de duas categorias, as quais serviram de base para as análises empreendidas: *Negociação pelo movimento de engajamento* e *Negociação pelo movimento de explicitação de autoridade*. A primeira categoria volta-se para a relação que o enunciador visa estabelecer com seu enunciatário acerca do tema abordado; a segunda gira em torno da imagem que o enunciador constrói de si.

É preciso explicitar, no entanto, que nossas investigações indicaram que há casos que geram dúvidas sobre a classificação, uma vez que estamos tratando de padrões que não são enrijecidos, como a própria língua não o é. Citam-se as ocorrências [102], [104] e [105] que geraram dúvidas quanto a sua classificação exata dentro de uma das categorias, considerando que o contexto permitiu dupla interpretação. Esses casos requerem uma investigação mais acurada, que não se considerou fundamental nesta pesquisa devido ao fato de ocorrências como essas não serem representativas.

Com relação à primeira categoria (*Negociação pelo movimento de engajamento*), observamos que a primeira pessoa operou como um instrumento de engajamento por meio de diferentes estratégias. Em alguns momentos, o enunciatário é posto como observador dos problemas, em outros, como beneficiário dos bens naturais, como indivíduo que também contribui para a destruição, ou ainda como responsável pela melhora dos problemas.

O maior número de ocorrências de *nós inclusivo*, ou seja, quando o foco da enunciação está no engajamento do leitor, revela que, no artigo de opinião, o enunciador procura manter uma interlocução mais ativa com seu enunciatário. Essa interpretação apoia-se em Rodrigues (2001), que afirma que esse gênero pode apresentar diferentes movimentos de orientação ativa para o leitor e seu discurso, os quais se apresentam no artigo por determinadas características estilístico-composicionais. De acordo com as análises empreendidas nesta pesquisa, a primeira pessoa representa um desses traços que podem fazer “sentir a presença ativa do leitor” (RODRIGUES, 2001, p. 215).

Além disso, constatamos que o uso do *nós inclusivo* permite que o enunciador se coloque como um ser confiável e polido. Ao incluir-se juntamente com o leitor em algumas situações, principalmente quando há a explicitação da necessidade de agir em relação a determinado problema, o articulista coloca-se como um cidadão consciente. Ele demonstra que também faz parte do problema e que tem a intenção de agir. Isso pode reforçar a imagem de confiança que o leitor estabelece em relação ao que ele diz, ao mesmo tempo em que age de maneira polida (LEECH, 1983).

Dentro da segunda categoria (*Negociação pelo movimento de explicitação da autoridade*) também identificamos tipos de ocorrências diversas. Em alguns momentos, o enunciador coloca-se no texto em primeira pessoa do singular, ora relatando suas experiências, ora acionando um posicionamento avaliativo em que se explicita a interpretação subjetiva a respeito do conteúdo proposicional. Em outros, ele recorre à primeira pessoa do plural para colocar-se no texto, juntamente com seu grupo, mostrando que tem conhecimento de alguma questão/conceito, ou mencionando as ações de seu grupo em relação às causas ambientais, demonstrando competência.

Todos esses movimentos relacionados à segunda categoria indicam que a forma como o enunciador coloca-se (ou não) no texto pode dizer muito sobre ele. Isso fica claro quando recorreremos aos estudos sobre a construção da imagem de si, que nos dizem que o *ethos* não é dito explicitamente, mas mostrado “as propriedades que os oradores se conferem implicitamente através de sua maneira de dizer: não o que dizem explicitamente sobre si próprios, mas a personalidade que mostram através de sua maneira de

expressar” (MAINGUENEAU, 2001, p. 137). Assim, o enunciador não diz que é competente em sua área e, por isso, é digno de confiança, mas menciona suas experiências, expressa sua opinião e coloca-se como porta-voz de um grupo, estrategicamente adotando a primeira pessoa nos momentos adequados.

Em ambos os casos, observamos que a primeira pessoa atua como elemento fundamental no artigo de opinião, uma vez que seu emprego contribui para a sustentação da tese defendida no texto, seja engajando o leitor nas situações relatadas, seja colocando o produtor do texto em uma posição de autoridade que inspira confiança.

É importante mencionar que o suporte onde foram publicados os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, o jornal *Gazeta do Povo*, permite que haja uma relação entre os interactantes da enunciação. O jornal traça, previamente, o perfil do seu leitor e, assim, possibilita ao articulista a visualização sobre o público a quem está se referindo, diminuindo a impressão de entidade abstrata. Além disso, o jornal abre um espaço para comentários e para a reação dos leitores ao final de cada publicação. Corbari (2008), menciona que “essas características parecem resultar em uma interação muito mais dinâmica e concreta do que aquela possibilitada em artigos de opinião publicados em jornais e revistas impressos” (CORBARI, 2008, p. 117).

Apesar de entendermos que um estudo pautado na análise de uma única estrutura linguística possa ser considerado insatisfatório se pensarmos em analisar os movimentos mais globais de argumentação e negociação no texto opinativo, compreendemos que as análises realizadas deram conta dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, pois pudemos trazer considerações acerca do recurso à primeira pessoa no artigo de opinião a partir de uma perspectiva pragmática, acenando para a importância das instâncias que vão além do que está visível na superfície textual, conforme se defende nas áreas da Linguística que consideram o texto real em movimento. Analisar os efeitos da primeira pessoa dentro de seu contexto pragmático possibilitou que enxergássemos seu potencial como estratégia de negociação no artigo de opinião.

Este estudo tem a pretensão de contribuir para a linha de pesquisa na qual se insere, visto que traz esclarecimentos acerca de um elemento comum ao artigo de opinião. Além disso, ainda que não seja o foco principal, esta

pesquisa visa a contribuir para o ensino de Língua Portuguesa, considerando que o trabalho do professor na sala de aula consiste em promover reflexões acerca do funcionamento das estruturas da língua em situações reais de uso. As reflexões apresentadas nesta dissertação podem auxiliar o professor na tarefa de construir o amadurecimento dos alunos com relação a sua habilidade como leitores e produtores de textos, que devem ser capazes de lidar proficientemente com os recursos disponíveis para cada situação comunicativa.

De acordo com Koch (2011), é responsabilidade do professor levar o aluno “não apenas ao conhecimento da gramática de sua língua, mas – sobretudo – ao desenvolvimento da capacidade de refletir, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social” (KOCH, 2011, p. 15). Assim, fornecer ao aluno instrumentos para o reconhecimento e análise de marcas linguísticas que podem colaborar na construção da argumentação no texto escrito é parte do processo para constituir sujeitos dominantes das partes mais aprofundadas do texto. Um dos caminhos que pode contribuir para o processo é a consideração do texto como um todo, ou seja, tomar o texto como sendo constituído por diferentes níveis que se interrelacionam: o formal, o semântico e o pragmático-discursivo.

A análise empreendida nesta pesquisa relacionou os três níveis da constituição textual. No nível formal, observamos o uso dos pronomes e das flexões verbais em primeira pessoa e identificamos seus referentes. Essa observação levou-nos a compreender que a presença do *nós* e do *eu* dividia-se de forma regular. Tal regularidade possibilitou a definição de nossas categorias.

Após analisarmos as divisões formais, observamos que as ocorrências poderiam ser ainda redivididas, por apresentarem semelhança de sentido. Logo, com base no nível semântico, pudemos estabelecer subgrupos de ocorrências. As semelhanças semânticas entre os usos da primeira pessoa fizeram-nos perceber que havia certo padrão: o uso do *eu*, do *nós inclusivo* e do *nós exclusivo* ocorriam em contextos semânticos específicos, ou seja, relacionados a determinados conteúdos proposicionais.

Por último, o nível pragmático-discursivo, caracterizado essencialmente pela concepção da dependência contextual (PARRET, 1988, p. 26), está

relacionado aos níveis anteriores, pois, analisar a constituição formal e semântica das ocorrências, levou-nos a inferências acerca das motivações que levaram o enunciador a construir a interação valendo-se de determinadas formas linguísticas dentro de determinado contexto enunciativo. Considerar essa abordagem no estudo da linguagem significa compreender que o uso dos recursos linguísticos se submete a fatores pragmáticos e sua interpretação depende do conhecimento do mundo social e dos fatores sociopsicológicos que influenciam a comunicação (CUTTING, 2002).

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Igor. Lage. **Eu, repórter: narradores em primeira pessoa nas reportagens de *Trip*, *Tpm* e *Rolling Stone***. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- BATISTA, Sandra. Costa. **Duas trajetórias políticas, duas personas: o emprego de dêixis de primeira pessoa em discurso de palanque**. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak. São Paulo: Companhia Editora Nacional – Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BINI, Renan. Paulo. **Primeira pessoa do plural em dossiê da revista *Cult*: traços de modalização**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BULL, Peter.; FETZER, Anita. Who are we and who are you? The strategic use of forms of address in political interviews. **Trends & Talk**, USA, v.26, n.1, p. 3-37, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORBARI, Alcione. Tereza. **Elementos modalizadores como estratégias de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de Ensino Médio**. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.
- CUTTING, Joan. **Pragmatics and Discourse: a resource book for students**. Florence, KY, USA: Routledge, 2002.
- GOLDER, Caroline. Production of Elaborated Argumentative Discourse: The Role of Cooperativeness. **European Journal of Psychology of Education**, France, v. 7, n. 1, p. 51-59, 1992.

GOLDER, Caroline.; COIRIER, Pierre. The production and recognition of typological argumentative text markers. **Argumentation**, Dordrecht-Boston, v. 10, p. 271-282, 1996.

GOLDNADEL, Marcos. Pragmática. In: ROMERO, Marcia; GOLDNADEL, Marcos; RIBEIRO, Pablo Nunes; FLORES, Valdir do Nascimento. **Manual de Linguística**: semântica, pragmática e enunciação. Petrópolis: Vozes, 2019. (Coleção de Linguística).

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística II**: princípios de análise. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KOCH, Ingedore. Vilaça. **Argumentação e Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEECH, Geoffrey. N. **Principles of Pragmatics**. New York: Longman, 1983.

LOPES, Celia. Regina. Santos. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. v. 1. p. 103-114.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos da comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Tradução de Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATTOS, Shirley Eliany Rocha. **Goiás na primeira pessoa do plural**. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, Brasília.

MEDINA, Jorge Lellis Bonfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, Pernambuco, n.1, p. 45-55, jan. 2001.

MENDONÇA, Josilene Jesus. **Variação na expressão da 1ª pessoa do plural**: indeterminação do sujeito e polidez. 2016. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, Roque.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

NEVES, Maria Helena Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: UNICAMP, 1988.

PERFIL DO LEITOR. *In*: GAZETA DO POVO JORNAIS. Disponível em: <https://www.gazetadopovojornais.com.br/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PETRONI, Maria Rosa. Construção do objeto discutível: argumentação e interação. **Polifonia**, Cuiabá, n. 10, p. 113-133, 2005.

PROCTOR, Katarzyna.; SU, I-Wen Lily. The 1st person plural in political discourse – American politicians in interviews and in a debate. **Journal of Pragmatics**, Taiwan, n. 43, p. 3261-3266, jun./jul. 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo – RS: Editora Feevale, 2013.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. 5. ed. São Paulo: Campos, 2005.

RENNÓ, Marcos Antonio Travello. **Os pronomes pessoais de 1ª pessoa: uma análise a partir das produções escritas dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Letras, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, Luciane Carlan. **A articulação entre *ethos* e efeitos de sentido: uma visão enunciativa sobre articuladores textuais, pronomes e verbos em textos do vestibular da UFSM**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Santa Maria, RS.

TAVARES, Camilla Quesada. Do jornalismo informativo ao de posição: a “guinada à direita” do jornal Gazeta do Povo. **Revista Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 118-136, set./dez., 2020.

YULE, George. **Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – TEXTOS SELECIONADOS PARA A COMPOSIÇÃO DO CORPUS

Legenda para a identificação das ocorrências	
Categoria 1 – <i>Negociação pelo movimento de engajamento (nós inclusivo)</i>	Negrito e sublinhado simples
Categoria 2 – <i>Negociação pela explicitação de autoridade (nós exclusivo)</i>	Negrito e sublinhado tracejado
Categoria 2 – <i>Negociação pela explicitação de autoridade (primeira pessoa do singular)</i>	Negrito, itálico e sublinhado duplo

#### TEXTO 1

##### Cuidar do ar importa

Por Gustavo Loyola em 13/06/2019

No ano de 1972 na Suécia, a sociedade dava um grande passo em relação às questões ambientais, através da Conferência de Estocolmo. Reunindo líderes de diversos países e nações, discutiu-se de maneira inédita a necessidade de conscientização sobre a relação humana com o planeta. Até então, todos os modelos de produção e consumo se baseavam na ideia de que o meio ambiente era uma fonte inesgotável de recursos, e que a ação humana não tinha um impacto direto na natureza.

Desde então, uma série de conferências, reuniões e pactos discutiram os impactos e criaram mecanismos para reduzir ou mitigar a [1]**nossas** ações negativas ao planeta natural. Recentemente, em 2015, com a maturidade e a evolução do conceito de sustentabilidade a ONU lançou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com metas globais e bastante ambiciosas, para serem atingidas até 2030."

No dia 5 de junho, [2]**celebramos** o Dia do Meio Ambiente, data pensada para estimular a discussão e o debate em torno de todas as questões que envolvem a temática. Em 2019, o grande tema abordado é #CombaterAPoluiçãoDoAr, principal fator de risco ambiental para a saúde de todo o planeta. Considerando esse fato, é imperativo discutir sobre esse tema, especialmente em um país onde 76% da população vive em regiões urbanas e consequente está exposta mais diretamente aos diversos tipos de poluentes.

O processo industrial em muitos países utiliza-se de muitas fontes de energia não renováveis, sendo uma das maiores responsáveis pela poluição do ar. A produção termoelétrica, por exemplo, movida a carvão é a principal fonte energética em muitas nações. Além disso a indústria química, de solventes e de extração de minérios contribui negativamente nesse panorama.

O Brasil tem um grande potencial energético, principalmente hidroelétrico, além de ser um dos dez maiores produtores de energia eólica do mundo. Dessa forma, um panorama de possibilidades se apresenta,

especialmente se [3]**pensamos** que hoje não [4]**temos** grandes investimentos em energia solar. Porém com o processo inovativo e a redução dos custos da tecnologia se torna uma oportunidade de desenvolvimento. Segundo dados da ONU, 82 de um total de 193 países têm incentivos para investimentos em energia renovável e processos de eficiência energética, o que estimula o desenvolvimento nessa área e conseqüentemente impacta diretamente na qualidade do ar dessas regiões.

## TEXTO 2

### Alarmismo climático: mais política do que ciência.

Por Ricardo Cascioli em 08/08/2019

O rosto sorridente de Greta Thunberg, a adolescente transformada em símbolo da luta contra as mudanças climáticas, celebrando, em sua página do Facebook, a Parada Gay de Estocolmo, pode ter surpreendido as pessoas mais ingênuas, e até colocado algum embaraço em algum jornalista e intelectual católico que subiu apressadamente no carro “modelo Greta”. Mas é perfeitamente coerente com o que a luta contra o aquecimento global ou as mudanças climáticas representa.

Não é preciso muito para se dar conta, mas o clima de histeria coletiva que foi criado sobre este argumento, o alarmismo exasperado que [5]**nos** atinge diariamente através de jornais, rádio e tevê, o martelar da propaganda de forma constante, há anos, geraram agora na opinião pública uma distorção na percepção da realidade. [6]**Estamos** já convencidos de viver no pior dos mundos possíveis, na beira do precipício, aguardando o que o clima nos pode reservar num futuro próximo por causa das [7]**nossas** más ações.

E nesta situação, com uma humanidade encurralada, sacrificam-se o exercício da razão, a capacidade de se interrogar sobre o que se é proposto ou imposto, e olhar a realidade pelo que ela é. É assim que diante de uma adolescente que sofre de síndrome de Asperger, e que só repete chavões, pois não tem nenhum conhecimento científico sério, em vez de buscar a intervenção dos assistentes sociais para livrá-la dos que a estão usando para fins ideológicos e comerciais, fazem-na se tornar uma espécie de sacerdotisa que oficia em todas as sedes internacionais, e diante as quais se ajoelham todos os grandes da Terra, para não dizer os intelectuais e eclesiásticos católicos. Uma situação ridícula, sem precedentes, da qual não nos [8]**damos** nem mesmo conta.

Mais precisamente, como se dizia, anos de propaganda a bater como martelo produziram um torpor, uma grave distorção na compreensão da realidade: dos mecanismos da natureza à relação entre desenvolvimento e ambiente, do conhecimento sobre o clima ao papel das atividades humanas. Por isso, [9]**pensamos** em dedicar alguns episódios destinados a abordar aspectos singulares falsificados por esta histeria coletiva.

O próprio caso de Greta com a bandeira arco-íris [10]**nos** dá ocasião para afrontar brevemente um primeiro aspecto da questão, ou melhor, o laço entre diversas ideologias hoje dominantes: o ecologismo e o homossexualismo, primeiramente. Estando em presença das notícias que [11]**nos** chegam a respeito das mudanças climáticas, [12]**somos** levados a pensar na existência

de uma verdade científica (o aquecimento global causado pelo homem, que [13]nos está levando à catástrofe) a qual os chefes de governo não dão crédito suficiente, visto que são necessários anos para chegar a acordos internacionais e que são, contudo, muito genéricos. No caso das mudanças climáticas, porém, os cientistas são só os coadjuvantes, fornecem o pretexto, dão um toque de verossimilhança ao caso; mas na realidade a matriz da campanha é ideológica e a direção é política.

O ambientalismo dominante hoje tem raízes distante no tempo, raízes que chegam até às sociedades eugênicas que floresceram sobretudo no mundo anglo-saxão entre o fim do século 19 e o início do 20, e derivam do darwinismo social. Das mesmas sociedades eugênicas nascem também o movimento pelo controle de nascimentos e o feminismo radical. Individualismo extremo e a visão de um mundo só para saudáveis e eficientes são duas características que unem todos esses movimentos.

Assim o ambientalismo é desde a origem conservação da natureza e tentativa de conter a presença humana. O mito da superpopulação precede no tempo o do aquecimento global, mas o *modus operandi* é o mesmo e também o objetivo. Tanto é verdade que nos anos 1970 a relação entre ambientalismo e movimento pelo controle de nascimentos se dá pelo grito de “a população polui”. Até a promoção da homossexualidade deve muito ao movimento pelo controle de nascimentos, e o motivo é evidente: os casais homossexuais são, por sua própria natureza, estéreis e, portanto, quanto mais homossexuais, mais fácil é obter a queda da fertilidade.”

A causa das mudanças climáticas, com todos os temores ligados a isso, vai na mesma direção, tanto é verdade que há um relevante movimento de opinião que se empenha a ter um número mínimo de filhos ou mesmo nenhum para salvar o planeta.

No relacionamento entre movimentos LGBT e grupos que lutam contra as mudanças climáticas entram em seguida fatores contingentes. Já há anos, nas marchas pelo clima, sobretudo nos Estados Unidos, participam grupos LGBT especiais, como os Queer pelo clima. O fio que os liga – basta ler seus artigos e ensaios a este respeito – é também a percepção de uma luta comum de libertação, luta pela justiça social, em que as estratégias vencedoras de uns (os LGBT) fazem escola aos outros. Nem se deve esquecer que todos estes movimentos ideológicos e culturais encontram a sua caixa de ressonância nas agências das Nações Unidas, das quais nascem e se difundem as palavras de ordem que se tornam rapidamente patrimônio comum.

De resto, estas correntes ideológicas conheceram o sucesso quando se encontraram com a política: é assim que, contrariamente ao que se pensa, até a ciência ficou a serviço da polícia. Independentemente do que se pensa, são os governos e as forças políticas que mantêm as fileiras do alarmismo climático. Basta um só exemplo: o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), o organismo da ONU que se ocupa das mudanças climáticas. É conhecido como o máximo órgão científico, autor dos famosos Relatórios que são a principal fonte para as políticas globais que dizem respeito às mudanças climáticas.

Na realidade, o IPCC não só não desenvolve atividade científica própria (os relatórios são somente uma compilação e uma síntese dos estudos disponíveis), mas é um organismo estritamente político, embora seja composto também por cientistas. Como seu próprio nome diz: se chama, de fato, “grupo

intergovernamental”, porque são os governos que decidem quem o dirige e são os governos a ter a última palavra sobre o relatório final. Não por acaso, nesses anos, houve muitos casos de cientistas notáveis que se demitiram justamente pela configuração ideológica e política que se quer dar à análise científica. E, de fato, do mesmo modo, os últimos presidentes do IPCC não são nem um pouco cientistas: o indiano Rajendra Pachauri, que esteve na posição de 2002 a 2005, é um engenheiro especialista em ferrovias, enquanto o atual, o coreano Hoesung Lee, é um economista.

### TEXTO 3

#### **Meio ambiente: o assunto do momento. Ainda bem!**

Por Norman de Paula Arruda Filho em 23/08/2019

Nos últimos meses, poucos assuntos foram tão discutidos no Brasil quanto as políticas nacionais referentes ao meio ambiente. Para deixar o tema ainda mais em evidência no país, a cidade de Salvador (BA) acaba de sediar a Semana Latino-Americana e Caribenha sobre Mudança do Clima, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em pauta, discussões sobre o aumento do desmatamento na floresta amazônica e, também, sobre a suspensão de doações para o Fundo Amazônia, anunciada recentemente por Alemanha e Noruega.

O encontro na capital baiana foi um dos eventos preparatórios da COP 25, que será realizada no próximo mês de dezembro, em Santiago, no Chile, após o Brasil anunciar, no final de 2018, sua desistência em sediar o evento. O objetivo do COP 25 é debater sobre a implementação do Acordo de Paris, que visa o combate às mudanças climáticas. Para enriquecer a discussão do momento, devemos ir um pouco além das políticas e analisar o cenário de urgência demonstrado pelo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado no dia 08 de agosto. Para o estudo, foram reunidos mais de 100 cientistas de 52 nações que, em uníssono, alertam para a questão da produção de alimentos que deverá saciar uma população projetada, para 2050, de 9,7 bilhões de pessoas, segundo a ONU.

O relatório analisa as relações das mudanças climáticas sob quatro pilares: redução do desmatamento florestal; produção sustentável de alimentos, com foco no cultivo das principais commodities agrícolas (soja, milho, trigo) e proteínas (carnes, leite e seus derivados); a necessidade de se investir em reflorestamento para sequestro de carbono; e adoção aos biocombustíveis. Quando o solo é degradado, por exemplo, ele se torna menos produtivo: a cada elevação de um grau na temperatura do planeta haverá a redução de 7,4% na produção do milho, 6% na de trigo, 3,2% na de arroz e 3,1% na de soja. As políticas e medidas de controle, além das escolhas que [14]fazemos no que diz respeito ao consumo e produção podem auxiliar na mitigação desses impactos.

Com base nesses dados é que governantes irão se reunir com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, em uma reunião convocada pelo próprio secretário para o dia 23 de setembro, em Nova York, denominada de Cúpula de Ação Climática. A nomenclatura não poderia ser mais acertada, pois traduz o recado que Guterres enviou direto aos governantes: ele pede que as iniciativas apresentadas sejam implementáveis,

escaláveis e replicáveis. Atendendo ao chamado de Guterres, o Pacto Global desafiou CEOs de todo planeta a estabelecerem metas ainda mais ambiciosas para suas empresas: que estejam alinhadas ao relatório para que a temperatura da terra não ultrapasse 1,5°C até o ano 2100. Ao longo da [15]minha carreira, enquanto gestor público ou como presidente de uma escola de negócios, reconhecida internacionalmente por suas práticas sustentáveis, [16]acredito no poder das organizações em sensibilizar, influenciar e engajar para o desenvolvimento sustentável nos negócios. Assim como o governo, os empresários também devem assumir a posição de líderes na adoção de iniciativas e práticas inovadoras de sustentabilidade.

A integração do público e do privado para uma gestão mais sustentável é possível. Em Vancouver, no Canadá, temos um bom exemplo: a cidade de 600 mil habitantes tem metas ambiciosas para se tornar mais verde até 2020. Na gestão de resíduos e recicláveis, segundo dados de 2018, a cidade possui a meta de resíduos zero até 2040. Projetando um futuro mais próximo, a comunidade se empenha para chegar a 2020 com redução de 50% dos resíduos produzidos em 2008, quando cerca de 500 mil toneladas acabavam nos lixões da cidade. Desde então, Vancouver já reduziu 27%. A cidade pode ser citada, também, como modelo no planejamento em mobilidade urbana, com a maior frota da América do Norte de carros de aluguel, na modalidade de carros compartilhados, que resulta em 25% dos usuários terem deixado de ter carro próprio, contribuindo para diminuir o trânsito e a poluição. Além disso, a comunidade é incentivada para utilizar modais de transporte alternativos como bicicletas, transporte público e, até mesmo, a tradicional caminhada.

Assim como Vancouver, se [17]olharmos com atenção, podemos notar vários exemplos de boas e inovadoras práticas em sustentabilidade ao redor do mundo: Zurique (Suíça), Singapura (República de Singapura), Estocolmo (Suécia) e Viena (Áustria). Dessa forma, o apelo do secretário-geral da ONU para que governantes apresentem soluções concretas nas próximas cúpulas, é algo que só será possível com uma comunhão de interesses entre o público e privado. Não há mais tempo; o momento clama por proposições de planos concretos e realistas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Uma educação voltada para que líderes sejam agentes de transformação é indispensável. [18]Reforço que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) terão resultados mais alcançáveis se fizerem parte de uma ação clara e objetiva nas escolas de negócios e das universidades de todo planeta. Dessa maneira [19]conseguiremos articular, engajar e formar líderes globalmente responsáveis, comprometidos com as ambiciosas metas para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Esses líderes possuem o conhecimento para enriquecer os debates e auxiliar governantes e comunidades a traçarem objetivos estratégicos pautados em soluções implementáveis.

## TEXTO 4

### Conhecimento científico e a sustentabilidade dos oceanos.

Por Alexander Turra em 24/08/2019

A busca da sustentabilidade dos oceanos depende fortemente de conhecimento científico sólido e abrangente. Entretanto, a capacidade de geração de informações e a produção científica para os oceanos é bastante variável entre os países.

O Relatório Mundial sobre a Ciência Oceânica publicado em 2017 revelou que o Brasil apresentou um importante crescimento recente na produção de conhecimento sobre ciências marinhas, consolidando um papel de destaque na América Latina e no Atlântico Sul. Na escala mundial, o Brasil figura como o 11.º país com maior número de artigos científicos publicados. A pesquisa oceânica é prioridade pública, mas ainda padece do baixo nível de internacionalização e da escassez e oscilações de fontes de financiamento."

Embora o Brasil seja entendido como país emergente nesse contexto, ainda há muito que ser feito para [20]compreendermos e [21]gerenciarmos os oceanos de forma sustentável. Além do avanço nas pesquisas, é necessário ampliar o conhecimento da sociedade sobre os oceanos e, em especial, o uso do conhecimento científico na tomada de decisão.

Surge nesse contexto a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. A Década foi proposta pela Organização das Nações Unidas entre os anos de 2021 e 2030 e visa produzir "a ciência que precisamos para o oceano que queremos". Esse objetivo está alinhado fortemente ao documento *O futuro que queremos*, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro.

Para superar esse desafio uma nova forma de pensar e fazer ciência deve ser estimulada no País. A Cátedra Unesco para Sustentabilidade Instituto Oceanográfico e ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo como uma ação catalizadora dessas frentes. A Cátedra Unesco pretende integrar esforços em rede, estimulando a pesquisa interdisciplinar e integrada, promovendo a cultura oceânica (do inglês Ocean Literacy) e ampliando o diálogo entre as ciências do mar, a sociedade e as políticas públicas. Em conjunto com diversas outras iniciativas dos Oceanos foi criada junto ao que têm emergido no país, a Cátedra pretende fortalecer a participação e o controle social com vistas à busca da sustentabilidade dos oceanos.

Como exemplo das sinergias que estão sendo promovidas para esse fim, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Cátedra e a Fundação Grupo Boticário produziram e estão disseminando a versão em português do material de divulgação da Década no Brasil. Com isso espera-se que não somente a comunidade científica, mas toda a sociedade possa se envolver e contribuir para [22]elevarmos o oceano à prioridade que ele deve ter, dada sua importância e as agressões que vem sofrendo. O lançamento dessa publicação, no dia 3 de setembro de 2019, no evento "Conexão Oceano. Comunicar. Engajar. Proteger", realizado pela Fundação Grupo Boticário, Unesco e Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, marca essa nova fase dos oceanos no Brasil.

## TEXTO 5

### Como transformar a nossa relação com a natureza?

Por Miguel Krigsner em 28/08/2019

Falar em meio ambiente não é algo abstrato. Se traduz no ar puro que [23]**respiramos**, na água que [24]**bebemos** e na fauna e flora que [25]**nos** cercam. [26]**Somos** dependentes desses recursos para [27]**sobrevivermos** e [28]**desenvolvermos** [29]**nossas** atividades cotidianas e, mesmo assim, [30]**temos** dificuldade para reconhecer e valorizar [31]**nosso** patrimônio natural. Quando [32]**começamos** a falar sobre a temática, há quase 30 anos, parecia loucura. Porém, conservar a natureza é uma causa que vale a pena – e vai continuar valendo sempre. É uma mudança essencial no presente, que torna possível o [33]**nosso** futuro.

O território brasileiro abriga a maior biodiversidade do planeta, distribuída em vários biomas que preenchem de beleza os [34]**nossos** 8,5 milhões de km<sup>2</sup> de extensão. É um país rico, com zonas climáticas que geram variações ecológicas adaptáveis às mais diversas espécies de seres vivos. [35]**Abrigamos** florestas, planícies inundáveis, savanas, regiões semi-áridas e tropicais, além de uma exuberante costa marinha.

[36]**Reunimos** 20% do total de espécies da Terra e garantir a sobrevivência desses seres não pode ser uma questão restrita à ciência. [37]**Acreditamos** que a união de pesquisadores, organizações, poder público, empresas e sociedade é a essência de um trabalho dedicado à proteção da vida. É assim que [38]**devemos** atuar nas áreas da saúde e da educação. Na questão ambiental não deve ser diferente.

Quando [39]**criamos** reservas naturais, [40]**contribuímos** com a qualidade do ar, com a diversidade de espécies e com o desenvolvimento das comunidades locais. É uma iniciativa que pode partir do setor público ou privado, desde que haja o compromisso com a conservação. Quando [41]**reavaliamos** o uso de recursos naturais ou a forma como os dejetos industriais são descartados, [42]**podemos** poupar matas, córregos, rios e bosques para um desenvolvimento mais sustentável.

Ao [43]**propormos** e [44]**executarmos** políticas públicas voltadas à proteção e à restauração ambiental, [45]**temos** ferramentas para exigir a preservação de áreas naturais e embasamento legal para punir quem não o fizer. Ao [46]**incentivarmos** e [47]**financiarmos** pesquisas científicas, ampliamos [48]**nosso** conhecimento sobre a biodiversidade, além de [49]**identificarmos** formas de reverter os impactos ambientais já gerados. Quando [50]**preservamos** uma área dentro de um terreno privado, [51]**damos** exemplo aos nossos familiares, vizinhos e à comunidade de que a preservação da natureza é uma questão que deve ser levada a sério.

Não [52]**devemos** esquecer que a proteção ambiental também é uma forma de gerar renda. Trabalhar com a natureza abre portas para o ecoturismo e para a produção de serviços ecossistêmicos. Se [53]**preservarmos** as áreas verdes próximas a um rio, [54]**podemos** assegurar uma melhor qualidade e segurança hídrica, além de [55]**obtermos** a retenção de água em períodos de estiagem.

## TEXTO 6

### A água que você não vê.

Por Renato Atanazio em 30/08/2019

"Feche a torneira ao escovar os dentes!", "Banho de cinco minutos!", "Lave o carro e o quintal com balde e não com mangueira!". [56]**Fomos acostumados** a pensar que essas são as únicas ações possíveis para [57]**pouparmos** água. Obviamente, ao [58]**adotarmos** esse tipo de prática em [59]**nosso** dia a dia, não só [60]**economizamos** este importante benefício natural, mas também [61]**comprovamos** que é totalmente possível (sobre)viver com menos. Segundo um levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), uma pessoa consegue atender suas necessidades básicas com 110 litros de água por dia. Porém, no Brasil, o consumo médio é de cerca de 200 litros. Entretanto, além de [62]**gastarmos** mais água do que realmente necessitamos, [63]**devemos** estar atentos ao consumo de "água virtual". Isso mesmo!

Esqueça um pouco da torneira aberta e pense sobre todos os outros produtos que você possui dentro de casa. Todos necessitam de água, seja na matéria-prima, na fabricação ou no transporte até o ponto de venda. Essa é a "água virtual": uma água que [64]**nós** não [65]**vemos**, mas que foi usada em tudo que faz parte do [66]**nosso** dia a dia.

Para cada litro de cerveja, consome-se 300 litros de água, que é usada não somente na matéria-prima, mas também na produção da cevada e do lúpulo, por exemplo. Os aparelhos eletrônicos, apesar de não levarem água na sua composição, chegam a gastar 15 mil litros para serem produzidos. Mas a campeã é a agropecuária: para produzir 1 quilo de carne, consome-se 15,5 mil litros de água, considerando toda a cadeia de produção e fabricação de ração para os animais, fora a grande quantidade que é usada para a irrigação das lavouras.

No Brasil, de toda a água utilizada, 70% são consumidos pela atividade agropecuária, 20% no setor industrial e 10% são voltados para o uso doméstico. [67]**Devemos** pensar também no consumo necessário para a exportação. Considerando que o país é uma das principais nações em termos de agronegócios, isso faz com que o Brasil seja visto como um dos maiores exportadores de água do mundo.

Os cálculos relativos à água virtual são importantes para a verificação do impacto ambiental em termos hídricos de empresas, setores da economia e até mesmo de países. Esse impacto é também chamado de "pegada hídrica", que leva em conta o volume de água usado nos processos econômicos, o total de habitantes, a água usada nos produtos importados e a que serviu para o exportados. Embora sejam importantes para a economia do país, essas atividades vêm gerando impactos significativos para o desenvolvimento regional. A quantidade cada vez maior de transposições de água de rios para cultivar grandes monoculturas causa, muitas vezes, déficit de água para comunidades que historicamente faziam uso daquela fonte.

## TEXTO 7

**A Amazônia continua em chamas; saiba como salvá-la.**

Por Roberto Mangabeira Unger em 28/08/2019

A Amazônia, maior reserva de água doce e biodiversidade do planeta, está em chamas. Sua destruição, que ameaça alcançar um nível catastrófico, implica menos oxigênio e chuva, além de temperaturas mais altas. E são ações humanas as principais causas: no Brasil, onde ficam 60% da floresta, grileiros e fazendeiros, que fazem queimadas para "limpar" o terreno, em parceria implícita com um governo leniente, são os principais responsáveis.

Já [68]**passamos** por isso antes; em 2004, os índices de desmatamento eram muito piores que os de hoje. Nos últimos anos daquela década, o Brasil conseguiu dar a volta por cima e impôs restrições em uma região em que não se respeitavam regras. Hoje, porém, [69]**precisamos** ser mais ambiciosos do que naquela época.

O principal problema é a posse da terra. Menos de 10% das propriedades privadas têm escritura regularizada. O caos impera: ninguém sabe quem é dono do quê, ou seja, compensa mais a pilhagem do que a preservação e/ou a produção. Para pôr ordem na casa, é preciso diferenciar aqueles que invadiram há muito tempo, mas que se comprometeram a se estabelecer e ganhar a vida, dos proprietários e madeireiros predatórios, e legalizar a situação dos primeiros.

Uma lei de 2009 estabeleceu a base legal para essa mudança tão necessária, organizando a distribuição de terras na Amazônia; as várias administrações federais que se sucederam nunca investiram no estabelecimento do processo, mas os governos estaduais estão mais do que prontos para assumir a tarefa.

A Amazônia brasileira é muito mais do que apenas uma floresta; são 30 milhões de pessoas que vivem e trabalham ali. [70]**Precisamos** garantir que as árvores valham mais em pé do que cortadas – mas, para isso, [71]**temos** de dar aos habitantes da região os meios de usar e preservar o meio ambiente.

Os vínculos entre a economia urbana e a Amazônia ainda não foram definidos. Se por um lado [72]**temos** a Zona Franca de Manaus, capital do maior estado da região, que poderia ser confundida com qualquer lugar na China, com fábricas e montadoras de produtos como celulares e motos, por outro há as técnicas de produtos ecologicamente corretas, mas primitivas, adotadas pelas populações nativas do interior, a que faltam a escala e a tecnologia exigidas para a criação de uma economia viável. Nas regiões de divisa, a principal atividade na savana é marcada pela ineficiência dos pastos.

O drama amazônico é intrínseco à falta de rumo de um país que pouco investe em seu povo, dependendo cada vez mais da produção e da exportação de commodities. Na Amazônia, essa opção simplista leva à destruição. O único sistema com chance de salvar as pessoas e as árvores é a economia do conhecimento.

As inovações tecnológicas, empreendedoras e legais que podem ser empregadas em uma propriedade com escritura legalizada e definitiva permitem a exploração sustentável das florestas tropicais heterogêneas e seu uso como fonte de novos medicamentos e formas de energia renovável. Para que isso seja possível, entretanto, é preciso fornecer serviços técnicos ambientais a uma área maior que a Europa Ocidental.

Só que as indústrias e serviços urbanos de alto grau de conhecimento devem se voltar para a floresta, e não se afastar dela; novas opções de

organização de posse e produção financeira podem ajudar as comunidades locais e startups a experimentar, competir e cooperar. E é essa abordagem que pode começar a injetar algum conteúdo prático no slogan vazio do desenvolvimento sustentável.

Não exijam que o Brasil transforme 61% de seu território nacional em um parque internacional; e não esperem que os brasileiros, que conseguiram preservar cerca de 80% das árvores de sua fatia da Amazônia, aceitem tomar bronca de países europeus praticamente sem árvores, resultado de séculos de desmatamento.

## TEXTO 8

### A cegueira brasileira no meio ambiente.

Por Màrcello Bezerra em 15/09/2019

[73]**Vamos** à questão central: o problema não está somente nas queimadas, mas principalmente no desmatamento desenfreado que ocorre de forma exacerbada, com vistas grossas de parte dos órgãos de fiscalização, sem apoio resolutivo dos governos (estaduais e federal) e, ainda, com uma legislação pífia no sentido de punição. [74]**Temos**, portanto, um contexto fértil para que os crimes ambientais cresçam de forma desenfreada.

A crise atual das queimadas na Amazônia, que de fato aumentaram muito neste ano, afirmação comprovada por dados, tem como principais responsáveis os governos dos estados da Amazônia Legal as firulas e omissão do governo federal, representado pelo Ministério do Meio Ambiente, órgão que não apenas relaxou, mas ainda propagou pela imprensa a redução da fiscalização, estimulando os criminosos. São declarações infelizes como a do início da gestão do ministro Ricardo Salles, que prometeu "fazer, isso é importante, a revisão de normas e regulamentos para simplificar aquilo que for questão de procedimento". Tais afirmações, combinadas com a efetiva redução da fiscalização, estão entre os grandes motivos para o aumento das queimadas e do desmatamento, pois a partir de então os bandidos aumentaram seu ímpeto.

Quando [75]**falamos** de fiscalização inoperante, é porque existem vários processos judiciais que mostram de forma cabal as fraudes e as vistas grossas por uma parte substancial dos órgãos fiscalizadores (Ibama, Ipaam e vários outros) – inclusive com prisão por afastamento de um superintendente do Ibama do Amazonas, que havia tentado liberar, de forma irregular, 450 contêineres de madeira ilegal. Os governos estaduais e o governo federal já sabiam destes e de outros fatos horrendos. Poderiam ter se adiantado e encaminhado o assunto de forma cabal. Além, é obvio, de ter acirrado a fiscalização, o que não ocorreu.

No Brasil, sempre se empurra com a barriga até o problema estourar. Quando acontece, alegam que a responsabilidade era dos governos anteriores ou que a questão está sendo avaliada, como ocorreu agora com declarações de vários membros dos governos, em falácias que enterram a economia. Tudo isso ocorre para favorecer economicamente alguns criminosos, prejudicando um crescimento sustentável que colocaria o Brasil como uma potência mundial.

Antes de o problema estourar,[76]eu já havia registrado que a solução do problema do desmatamento e das queimadas passa necessariamente pela presença ostensiva de forças militares, como prevenção e inibição dos criminosos, em uma área continental e de difícil movimentação, com o emprego de satélites que ajudam a identificar os focos. [77]Temos de estar na mata em tempo real para que, com a tecnologia, [78]sejamos preventivos e não corretivos.

## TEXTO 9

### **Etanol: cinquenta tons de verde.**

Por Eduardo Leão de Sousa em 24/09/2019

São muitas as alternativas para [79]resolvermos o grande desafio deste século, que é o de construir uma economia de baixo carbono e uma sociedade mais verde e sustentável. A solução é plural e vai depender das vantagens comparativas e competitivas de cada região, da velocidade das inovações tecnológicas, bem como da disposição das sociedades em adotar políticas públicas que efetivamente reconheçam esse benefício.

O transporte é uma das áreas cruciais para este esforço, visto que este setor responde por cerca de um quarto das emissões globais de gás carbônico, principal responsável pela mudança climática em curso. A combinação de países altamente populosos com sociedades afluentes, a exemplo da China e Índia, que juntas detêm mais de um terço da população do mundo, deve resultar em um significativo crescimento da demanda por automóveis nos próximos anos e, conseqüentemente, por combustíveis. Segundo o Banco Mundial, a expectativa é de que o número de automóveis deverá dobrar até 2050.

A grande questão é como garantir um aumento desse consumo e, simultaneamente, reduzir as emissões de carbono e do nível de poluição das grandes metrópoles, que tiram a vida de mais de 200 mil pessoas todos os anos devido a doenças respiratórias e cardiovasculares.

Uma solução, bastante exaltada pelos meios de comunicação, tem sido a eletrificação dos motores dos automóveis. Trata-se de uma alternativa concreta, mas que traz consigo importantes desafios que precisam ser devidamente equacionados: de onde virá a energia para alimentar as milhões de baterias? Qual o custo ambiental da produção e descarte delas? Como países em desenvolvimento vão conseguir subsidiar os carros elétricos, que atualmente chegam a US\$ 10 mil dólares por veículo (mais que o valor de um carro popular no Brasil)? E, não menos importante, qual o custo de infraestrutura de distribuição dessa energia?

Em um país com dimensões continentais como o [80]nosso, segundo a Empresa de Política Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia, a implantação de redes de recarga custaria mais de US\$ 250 bilhões, o equivalente a toda a economia que [81]esperamos ter com a reforma da Previdência, prevista em R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos. Essa mesma infraestrutura para a Índia, China e Europa custaria o equivalente a um PIB anual brasileiro, ou US\$ 1,7 trilhão.

Outra opção, esta já testada e aprovada, são os biocombustíveis. Segundo a Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), a combinação de eletrificação com renováveis, biocombustíveis e eficiência energética tem potencial de reduzir em 70% as emissões globais de CO2 até 2050.

O uso do etanol traz três benefícios claros e diretos: o ambiental, a melhoria da saúde pública e o desenvolvimento econômico. Ambiental, pois reduz em mais de 90% as emissões em comparação com a gasolina; de saúde pública, pela redução de emissões de vários poluentes deletérios à saúde nas grandes cidades, como SOx, material particulado e hidrocarbonetos; econômica, pela possibilidade de aumentar e diversificar a renda de produtores rurais em diversos países, utilizando as mais diversas matérias primas.

## TEXTO 10

### Quem paga a conta do petróleo no litoral do Nordeste?

Por Evandro Grill em 02/11/2019

[82]**Temos** vivenciado nos últimos dias aquele que deve ser o maior acidente ambiental já registrado em território brasileiro. Ainda não se sabe a dimensão dos prejuízos ambientais: à fauna marinha, à flora, às pessoas, aos pescadores, à economia da região Nordeste e do próprio país. De qualquer forma, não [83]**registramos**, pelo menos até então, algo de tamanha magnitude em [84]**nossa** história.

Não [85]**vamos** discutir aqui o que se tem debatido muito na mídia e nas redes sociais, sobre se o governo federal e os governos estaduais demoraram a agir, se a política ambiental do Ministério do Meio Ambiente é adequada ou não. Isso pode ser tema para um outro momento. O que [86]**queremos** tentar ajudar a responder é: quem, de fato, vai pagar essa conta?"

A Constituição Federal brasileira e a legislação vigente, notadamente a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, são bem claras no sentido de estabelecer que o poluidor é quem deve pagar pelos danos ambientais causados, com punições na esfera cível, administrativa e penal. Na esfera administrativa e penal essa responsabilidade é subjetiva, ou seja, depende de demonstração da vontade do agente, de sua culpa, dolo ou de algum tipo de negligência. Multas e restrições de liberdade, nesse passo, dependem dessa comprovação. Já na esfera cível, relativa à reparação dos danos ambientais, essa responsabilidade é objetiva, baseada na teoria do risco integral. O mero exercício de determinada atividade, mesmo autorizada e licenciada, obriga o empreendedor a reparar e indenizar pelos danos ambientais causados. Em todos os casos, contudo, é necessário comprovar o que se chama, em Direito, de "nexo de causalidade". Ou seja, localizar quem foi o autor do dano.

E é nesse ponto que esse desastre ambiental pode ter contornos diferentes de outras tragédias recentes envolvendo rompimento de barragens ou queimadas na Amazônia, pois até agora não foi possível identificar de onde está vindo o óleo que polui quase toda a costa litorânea do Nordeste brasileiro. E muito menos quem é o responsável pelo óleo. Chegou-se a dizer que o produto não é brasileiro e que poderia ter origem na Venezuela. Mas é difícil acreditar que o país vizinho tenha mandado despejar o óleo aqui.

## TEXTO 11

### Demonizar o produtor brasileiro não salvará a Amazônia

Por Daniel Nepstad em 14/12/2019

Quando [87]me mudei para a cidade de Paragominas, em plena expansão da fronteira de ocupação da Amazônia, em 1984, [88]eu era um jovem cientista que desembarcava na região para estudar a recuperação de florestas em áreas de pastagens abandonadas. [89]Eu me imaginava chegando em uma versão brasileira do Velho Oeste. [90]Esperava uma cidade cheia de bandidos e grileiros. Mas, em vez disso, o que [91]descobri foram famílias corajosas e trabalhadoras que haviam chegado a esta cidade de serrarias, fazendas de gado e assentamentos de pequenos produtores para melhorar sua vida.

Depois de tanto tempo, os protestos globais sobre os recentes incêndios na Amazônia e o aumento do desmatamento, demonstram que ainda permanece o estigma em torno dos produtores amazônicos.

De fato, a indignação com os incêndios obscurece uma questão mais central. [92]Podemos culpar os proprietários e empresários responsáveis e cumpridores da lei na Amazônia — como os que [93]conheci em Paragominas — colocando-os no mesmo patamar daqueles que infringem a lei, grilam terras e se apropriam dos recursos florestais conduzindo grande parte da destruição?

A resposta é simples: não. E até que isso mude, será difícil interromper o corte e a queima dessas florestas, que, em todo o mundo, representam cerca de um décimo das emissões de dióxido de carbono que estão aquecendo o planeta.

Dois acontecimentos recentes sugerem que as coisas podem estar mudando para melhor, ambos são relevantes para as negociações climáticas em curso em Madrid esta semana.

Um deles foi a decisão do Conselho de Qualidade do Ar da Califórnia de aprovar, em setembro, — depois de 10 anos de projeto e debate — um “Padrão de Floresta Tropical” que sirva de parâmetro para que prefeituras, governos estaduais e nacionais localizados em regiões de florestas tropicais possam limitar o desmatamento qualificando-se para vender créditos de carbono a empresas que buscam compensar parte de suas emissões de gases de efeito estufa.

Esse padrão foi desenvolvido para garantir que as compensações de carbono que as empresas estão comprando estão associados a esforços verificáveis e reais de desmatamento evitado. O que é significativo sobre o padrão é o seu tamanho — ele se concentra em reconhecer e recompensar a conservação bem-sucedida de florestas em estados inteiros ou até nações.

O endosso da Califórnia por este padrão, também envia um sinal importante aos governos tropicais de que os esforços para proteger florestas são reconhecidos e logo poderão ser recompensados.

Nessa mesma onda, se deu um segundo acontecimento relevante. Recentemente Jeff Bezos, dono do varejista on-line *Amazon*, anunciou que a sua empresa alcançaria a “neutralidade climática” até 2040. Pelo seu gigantismo, a Amazon provocará um efeito inspirador e a tendência é que

muitas outras companhias americanas façam anúncios semelhantes. Em breve, elas terão que procurar onde adquirir créditos de carbono para compensar suas emissões.

O padrão da Califórnia poderia ajudar a traduzir esses compromissos corporativos voluntários em centenas de milhões de dólares ou ainda mais, nos próximos anos financiar esforços de conservação na Amazônia, Bornéu e outras regiões de florestas tropicais ao redor do mundo. Se as florestas tropicais devem ser protegidas, esses tipos de incentivos financeiros são imperativos.

#### Incentivos financeiros

Para ilustrar a importância desses incentivos financeiros, considere uma realidade simples do mercado de terras da Amazônia: um hectare de terra limpa vale muito mais que um hectare de floresta. Isso significa que as fazendas que possuem mais floresta, conforme exigido pela lei, valem muito menos do que as fazendas que são mais limpas. Os produtores que conservam a floresta e estão ajudando a desacelerar a mudança climática, por causa da grande quantidade de carbono contida nas árvores, não recebem nada em troca. Na verdade, eles são punidos economicamente.

Essa realidade do mercado de terras deu uma vantagem injusta aos produtores ilegais e grileiros que conseguem evitar os esforços para a aplicação da lei. Eles simplesmente cortam e queimam grandes áreas da floresta ilegalmente para cultivar, criar gado ou reivindicar a propriedade.

Incentivos financeiros podem estimular os produtores a conservar mais florestas em suas fazendas e a iniciar o reflorestamento, que são obrigados a fazer, ao longo dos rios e córregos antes do prazo de 2040.

Agora, esse novo padrão florestal tem potencial para alterar os incentivos. A varejista Amazon, as companhias aéreas comerciais e dezenas de outras empresas que estão fazendo compromissos semelhantes à neutralidade climática poderiam, através da compra de compensações de carbono, injetar dinheiro nos Estados e países tropicais que estão construindo suas economias enquanto protegem as florestas e reconhecem os direitos dos povos indígenas.

E se a varejista on-line é apenas o começo de uma onda corporativa muito maior, a demanda por essas compensações, atendidas de acordo com as regras estabelecidas pelo padrão da Califórnia, pode crescer rapidamente. E quando este dinheiro for direcionado, o Brasil necessita estar pronto para poder se apresentar como destino desses recursos.

#### Regras claras

Estabelecer regras claras para reger essas transações financeiras é uma das principais tarefas da cúpula climática da ONU deste ano, em Madri. Por exemplo, se uma empresa norte-americana obtém neutralidade climática voluntária, em parte investindo em um programa brasileiro que reduz as emissões do desmatamento na Amazônia, o Brasil ainda pode reivindicar essas reduções de emissões como progresso em direção ao seu compromisso sob o acordo de Paris?

E mesmo antes de o padrão ser ativado, os governos estaduais e prefeituras no Brasil e em outros países precisam urgentemente de investidores e apoio técnico para diminuir o desmatamento. Grupos de defesa ambiental como o Greenpeace e a Mighty Earth poderiam ajudar nisso, reconhecendo os estados que estão trabalhando para impedir o desmatamento

como “refúgios seguros”, onde empresas e investidores não sejam acusados ou ofendidos simplesmente por estarem ou fazerem negócios na Amazônia.

O Brasil teve sucesso antes. Em 2004, o país iniciou um esforço para diminuir o desmatamento. Expandiu o alcance das florestas protegidas; suspendeu o crédito agrícola em municípios com altas taxas de desmatamento; e aumentou a aplicação da lei. Entre 2004 e 2012, o desmatamento caiu 77%, mas a eficácia desses esforços começou a diminuir porque não eram acompanhados de incentivos positivos suficientes para encorajar governos, produtores e empresários locais a proteger suas florestas. Como resultado, o desmatamento vem crescendo desde 2012, com um aumento de 29% no período que termina em julho passado.

O Estado da Califórnia é líder em mudanças climáticas e sozinho é uma das maiores economias do mundo. Agora que seu Conselho de Qualidade do Ar endossou esse padrão, governos de outros lugares e a comunidade empresarial devem deixar claro que usarão o padrão para recompensar aqueles que levam a sério a proteção das florestas tropicais da região. Na Amazônia brasileira há muitos deles.

## TEXTO 12

### O Brasil na COP

Por Ricardo Salles em 08/12/2019

O Brasil está seguramente entre os países mais sustentáveis do planeta, não há dúvida. [94]**Nossa** agricultura é em grande medida moderna, produzindo alimentos, fibras e energia de qualidade e de forma competitiva, com grande respeito ao meio ambiente. [95]**Temos** o Código Florestal, talvez a norma ambiental mais restritiva do planeta, com legislação sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e outros mecanismos que os estrangeiros – em especial os europeus – nem de longe possuem. Cerca de 60% de [96]**nossa** vegetação nativa está preservada, sendo 80% no caso da Floresta Amazônica. [97]**Temos** o etanol, exemplo de biocombustível renovável, e o RenovaBio, mecanismo concreto de redução de emissões e sem gastos públicos. [98]**Nossa** matriz energética é das mais limpas do mundo, com cerca de três vezes mais fontes renováveis que a média mundial, chegando a 84% nas fontes limpas de energia elétrica, seja hidráulica, eólica, solar e biomassa. [99]**Implementamos** reflorestamentos importantes e diversas práticas ambientais que fazem do Brasil o grande player ambiental.

Não obstante, parte de uma oposição ferrenha ao governo Bolsonaro não tem o menor pudor em juntar-se a interesses de grupos e entidades que por anos viveram pendurados em verbas e cargos no governo, para falarem mal de [100]**nossa** realidade, dentro e fora do país. Que brasileiros são esses que se juntam a grupos de interesse econômico e comercial contrário ao dos brasileiros? Comprometem [101]**nossos** mercados externos, baseando-se em mentiras e deturpações, apenas pelo prazer de fazer oposição a um governo legitimamente eleito justamente para mudar o estado das coisas que até então reinava no Brasil, por meio de uma agenda liberal, de modernização da economia, de combate aos privilégios. Os brasileiros optaram por acabar com a

visão preconceituosa em relação aos setores produtivos e privados, visão essa que prevalecia quase que hegemonicamente até então.

[102]**Vemos** para a COP com o firme propósito de procurar viabilizar os instrumentos necessários ao recebimento, pelo Brasil e pelos brasileiros, de grande parcela de merecidos recursos financeiros que foram prometidos na assinatura do Acordo de Paris, em 2015, da ordem de US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, mas também desde o Protocolo de Kyoto, no qual o [103]**nosso** país certificou créditos de carbono que somariam cerca de US\$ 2,5 bilhões. Tais créditos não foram satisfeitos, mesmo passados 14 anos. Não [104]**temos** de vir envergonhados de nada. Ao contrário, [105]**temos** muito a mostrar.

Os problemas ambientais do Brasil estão sobretudo nas cidades, onde temas como falta de saneamento, má gestão do lixo e má qualidade do ar foram deixados de lado por anos e anos de administrações passadas. A preservação de [106]**nossas** florestas e do meio ambiente é fundamental e deve ser buscada incansavelmente. Mas isso custa dinheiro, e muito, e é mais do que justo que os ricos arquem com boa parte desse custo, uma vez que foram eles que suprimiram suas florestas, queimaram por mais de 100 anos um grande volume de combustíveis fósseis e hoje respondem por cerca de metade das emissões mundiais, num cenário em que o Brasil não representa nem sequer 3% do total. Definitivamente não [107]**somos** os vilões, e certamente [108]**podemos** ajudar a resolver os danos causados por eles, desde que [109]**remunerados** pelos esforços e serviços que [110]**prestamos**. Para isso é necessário uma postura firme e pragmática na defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros.

A condução de uma política ambiental séria, equilibrada, baseada no bom senso e na racionalidade certamente contribui para acabar com os radicalismos e as manipulações que muito atrapalharam não apenas o desenvolvimento do país, como também a preservação ambiental.

## TEXTO 13

### O fim dos lixões ainda está longe de acontecer?

Por Renato Paquet em 01/09/2019

Os brasileiros estão gerando mais resíduos, mais municípios enviam lixo para lixões, e a coleta seletiva não avança. É o que apontam os dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, um estudo realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Os dados também mostram que a geração de resíduos sólidos urbanos foi de 78,4 milhões de toneladas em 2017, aumento de cerca de 1% em relação a 2016. A coleta regular atingiu 91,2% do que foi gerado: 71,6 milhões de toneladas. Isso significa que 6,9 milhões de toneladas não foram coletadas pelos serviços municipais e tiveram destino desconhecido.

Mas o problema não acaba nessas 6,9 milhões de toneladas, pois também 40,9% do que é capturado pelo sistema de coleta regular é descartado de forma inadequada, num total de 29 milhões de toneladas. Ou seja, essa enorme quantidade é enviada a lixões ou a aterros controlados, nome dado a

lixões adaptados, que não têm os sistemas necessários para proteção do solo, das águas e do entorno.

A melhor saída seria investir em soluções regionais, onde um conjunto de municípios formaria um consórcio intermunicipal para tratamento de seus resíduos

Ao contrário do que se imagina, os lixões ainda não estão com os dias contados no Brasil. Longe disso, o fim das unidades de destinação inadequadas, que estava programado para 2014, foi prorrogado para 2023, segundo relatório aprovado pela Comissão Mista que analisa a medida provisória do novo Marco Legal do Saneamento Básico. Esta, por sua vez, determina as ações e o tempo que as cidades brasileiras terão para erradicar os lixões, dando destino ambientalmente correto aos resíduos sólidos e investindo na construção de aterros sanitários.

A proposta nasceu com o objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) de eliminar essas unidades e destinar o resíduo que não pudesse ser encaminhado para a reciclagem, para aterros sanitários, mas até hoje essa atitude não foi tomada. O que se vê, infelizmente, é a falta de planejamento das cidades em implantarem aterros sanitários e centrais de tratamento de resíduos que pudessem aumentar o percentual de material reciclado e diminuir o volume de resíduo aterrado.

Segundo dados do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o Brasil ainda possui 2.906 lixões, distribuídos em 2.810 municípios, e 1.310 unidades de aterros controlados, localizados em 1.254 municípios. Mas a falta de recursos financeiros tem impedido avanços mais acelerados nessa área. Pouco mais de 5% dos municípios brasileiros possui uma população acima de 100 mil habitantes. Estruturar um aterro sanitário para cada um destes municípios é muito custoso. Sendo assim, a melhor saída seria investir em soluções regionais, onde um conjunto de municípios formaria um consórcio intermunicipal para tratamento de seus resíduos, dividindo os custos da manutenção do aterro. Mas [111]**precisamos** ter a consciência de que é urgente a necessidade de [112]**começarmos** a planejar aterros sanitários que tenham dentro de suas plantas centrais de triagem de resíduo que sejam capazes de retirar do montante que será aterrado aquilo que é reciclável.

O que muitos não se atentam é que o descarte inadequado de resíduos acarreta na contaminação do solo e nos corpos aquáticos. Sendo assim, o resíduo, em muitos casos, acaba se transformando em alimentos para vetores que transmitem doenças como leptospirose e hepatite. O resultado disso tudo afeta diretamente a saúde dos próprios moradores do município onde não dá tratamento adequado para seus resíduos.

Por todas essas situações negativas provenientes da existência dos lixões, é necessário que exista um trabalho árduo para a eliminação total desses destinos inadequados para os resíduos. Se atitudes drásticas e definitivas não forem tomadas, essa situação nunca será solucionada. É importante que toda a população seja comprometida com o destino que tomam os seus resíduos, pois esta é a melhor forma de cobrar para que exista um critério, medida ou proteção que busque proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas.

Por fim, fica a lição de [113]**contribuirmos** com esse cenário e procurar implementar para cobrar soluções ou projetos que facilitem a

reciclagem e promovam a diminuição dos lixões e, conseqüentemente, o impacto da destinação inadequada de resíduos ao meio ambiente.

## TEXTO 14

### **Desafio dos prefeitos: um sistema justo para resolver o problema do lixo.**

Por Rodrigo Oliveira em 02/01/2020

A popularização de assuntos como a coleta seletiva e a reciclagem está aumentando, cada vez mais, na internet e na casa dos brasileiros, principalmente entre os mais jovens, que, com acesso à informação, têm se conscientizado sobre a importância dos temas. Apesar do crescente interesse, no Brasil 41,6% das 78,3 milhões de toneladas de resíduos gerados anualmente ainda têm destinação inadequada, segundo levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). De acordo com uma outra pesquisa, do Banco Mundial, caso não ocorra uma mudança nos atuais padrões, a quantidade de lixo despejada no mundo crescerá 70% até 2050.

Para que a mudança ocorra, a conscientização da população para o tema é essencial – um estudo feito pelo Ibope por encomenda da cervejaria Ambev releva que 75% das pessoas dizem não separar os materiais recicláveis em casa –, mas não há qualquer incentivo econômico para que ocorra esta mudança. Redigido desde 2012, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos apresenta incentivos econômicos como uma ferramenta fundamental para financiar os serviços de limpeza pública, orientar o comportamento da população e, assim, responsabilizar os impactos gerados pela quantidade de resíduos produzidos trazendo, na prática, o conceito do “poluidor pagador”. Neste sentido, o plano tem exemplos de incentivos econômicos adotados em outros países e que podem servir como guia para a realidade brasileira. Dentre eles, um dos principais sistemas de cobrança amplamente usado na União Europeia e que é conhecido como “Pay-As-You-Throw” (PAYT), traduzido para “Responsabilidade Proporcional ao Descarte” (RPD).

Quando existe, o sistema municipal de cobranças pela coleta de lixo, com taxas fixas ou valores embutidos no IPTU, é deficitário financeiramente e não conta com os incentivos necessários para que a população se engaje em reduzir a geração e realizar o descarte adequado – o que só contribui para o aumento da produção de lixo e para a baixa taxa de reciclagem. Como solução, as prefeituras precisariam tomar a decisão de criar decretos municipais, com o apoio do Poder Legislativo, para instituir a precificação unitária, conforme previsto na Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007).

Assim como funciona com a energia ou o abastecimento de água, um sistema com um valor unitário para resíduos sólidos faz com que se pague de acordo com a quantidade de lixo gerada por cada imóvel. Isso estimularia a redução do total de resíduos e faria com que as pessoas separassem os materiais recicláveis para economizar. É um sistema mais igualitário, no qual aqueles que mais demandam do sistema de limpeza pública passem a pagar mais. Conhecido mundialmente, o sistema PAYT já é uma realidade há quase três décadas em mais de dez países das Américas, Ásia e Europa, e começa a ser discutido no Brasil.

A precificação unitária proporciona uma arrecadação específica capaz de cobrir a totalidade dos custos municipais de coleta, destinação e tratamento dos resíduos. Por um lado, faz com que a gestão de resíduos não dependa do Tesouro municipal, que poderá dedicar sua arrecadação com IPTU, ISS e repasses para segurança, educação e saúde; por outro, acaba a inadimplência com as empresas de coleta e destinação de resíduos, estimada em mais de R\$ 10 bilhões segundo a Associação Brasileira de Limpeza Pública (ABLP)."

"Um formato adequado para a implantação do sistema RPD no Brasil é o de sacos oficiais de lixo, com logotipo da prefeitura, que seriam vendidos nas lojas do varejo. O valor dos serviços de coleta, tratamento e destinação dos resíduos estaria embutido no preço de venda desses sacos de lixo. E apenas eles seriam recolhidos pelas empresas responsáveis pela coleta, num sistema simples e eficaz. Falta apenas que um prefeito o implante e sirva de exemplo para os outros.

O formato atual de cobrança é injusto com o contribuinte, pois hoje ele paga pela coleta de um vizinho que gera mais lixo, ou mesmo do comércio ou restaurante atendido pela coleta domiciliar. Ou seja, além de não pagar por uma taxa de acordo com o que descarta, deixa de criar hábitos sustentáveis, como a separação de material reciclável, por falta de incentivos. O retrato mais nítido é quando [114]**temos** um imóvel vazio, que não consome nem paga conta de água e luz, mas paga uma taxa de resíduos mesmo sem gerar nada.

O RPD reduz a geração de rejeitos – reduzindo o gasto público com coleta de destinação, aumentaria a separação de materiais recicláveis –, beneficiando diretamente as cooperativas de reciclagem; reduziria o impacto ambiental, tanto por reduzir a extração de matéria prima como por dispor menos resíduos no meio ambiente e evitar emissões de CO2. Infelizmente, ainda [115]**precisamos** de coragem por parte do poder público para a implementação de uma tarifação mais justa.

## TEXTO 15

### **Que país queremos ver? Uma retrospectiva ambiental do Brasil em 2019.**

Por Márcia C. M. Marques em 30/12/2019

Há os que dizem que a arte imita a vida, mas o contrário também é verdadeiro. O livro Não verás país nenhum, de 1981, do escritor paulista Ignácio de Loyola Brandão, é uma distopia brasileira ambientada em uma São Paulo futurista, onde a falta de água, o calor insuportável, a poluição e o desmatamento são o pano de fundo de uma sociedade governada por políticos medíocres, autoritários e corruptos. Junto com a descrição dramática e envolvente do autor, surge um sentimento de terror e medo em [116]**nós, leitores**, e uma reflexão sobre os caminhos que [117]**podemos** escolher para o nosso país. Como pensar em uma verdadeira nação com tamanho caos ambiental e social?

Da ficção de Loyola Brandão para o mundo real de 2019, é inevitável a analogia. As notícias do Brasil e do mundo mostram que o ano que está se encerrando foi qualquer coisa, menos irrelevante para a história ambiental recente. [118]**Acompanhamos**, no cenário brasileiro, ascender um governo inexperiente e avesso ao diálogo, que se alinhou automaticamente aos maiores

poluidores do mundo, desprezou os alertas da ciência sobre as queimadas e desmatamentos, acusou e criminalizou ambientalistas e indígenas, apoiou grileiros e desmatadores.

O que dizer quando um ministro condenado por fraude ambiental assume o Ministério do Meio Ambiente? Entre suas ações no ano, um repertório de maldades que incluíram o desmantelamento financeiro e a descaracterização dos órgãos ambientais federais, acompanhados da imposição de uma lei da mordaza e demissões aos seus gestores, a impunidade sobre os que transgrediram as leis ambientais (incluindo o próprio presidente), as reiteradas tentativas de reduzir a área das unidades de conservação e a polêmica suspensão do Fundo Amazônia, apoio financeiro de países europeus que vinha amparando importantes programas para a sustentabilidade da região.

No agosto mais desafortunado dos últimos anos, [119]**vimos** a Amazônia arder em chamas, reflexo do aumento dos níveis de desmatamento que atingiu mais de 9 mil quilômetros quadrados, a maior área perdida em mais de uma década. São Paulo sentiu a névoa escura das cinzas das queimadas e a Amazônia ficou mais próxima do resto do Brasil do que já se imaginara. No Ministério da Agricultura, mais de 400 agrotóxicos foram liberados automaticamente, com critérios dúbios, colocando em risco a saúde humana e ambiental. Além disso, a produção de cana-de-açúcar, até então restrita aos espaços já desmatados do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, recebeu o aval para avançar sobre a Amazônia e o Pantanal.

O Brasil não saiu do Acordo de Paris, como panfletado no início do ano, mas tem sido representado internacionalmente por um ministro de Relações Exteriores negacionista. Como se os efeitos diretos da mudança de governo sobre o meio ambiente não fossem suficientes para desenhar um cenário desolador, em 2019 ainda houve Brumadinho e o vazamento de óleo nas praias, tragédias humanas, sociais e ambientais resultantes das históricas negligências no monitoramento das licenças ambientais e das atividades de alto risco. Com este panorama, se Loyola Brandão decidir escrever uma segunda parte para o livro, [120]**duvido** que haja inspiração maior que o retrospecto de tudo que ocorreu ambientalmente no Brasil em 2019.

Na economia, o jargão “ano perdido” ou “década perdida” refere-se a um período relativamente curto em que os indicadores de “crescimento” não avançam conforme o esperado, mas que, passada a tempestade, retomam a algum nível de normalidade. Quando o assunto é meio ambiente, a dinâmica não é bem assim: muito do que se perde em termos de recursos naturais não retoma nunca mais. Se o ano de 2019 foi um ano de perdas significativas no sistema que garante a proteção da biodiversidade e dos serviços que o ambiente [121]**nos oferece**, ainda [122]**nos** resta a oportunidade de aprender com ele.

As questões ambientais tomaram conta dos noticiários nacionais e internacionais no ano que passou. Nesse ponto, líderes que se colocaram incrédulos em relação à crise climática, não reconheceram a importância da Amazônia para a estabilidade global, não assumiram responsabilidade ambiental, ou mesmo aqueles que pretenderam obter lucros políticos sobre o tema funcionaram como holofote para a situação ambiental brasileira. Isso acontece porque boa parte do mundo civilizado não quer mais deixar sua pegada indelével sobre o planeta – pelo menos não o quer conscientemente.

A atenção mundial para a Amazônia e o Brasil também funcionou como um espelho para que [123]**nós, brasileiros,** [124]**comecemos** a [125]**nos** enxergar como um país diferenciado, que de fato [126]**somos**. O recentemente publicado Diagnóstico Brasileiro da Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos, documento resultante do trabalho intenso de quase uma centena de cientistas, reuniu, pela primeira vez, importantes números deste Brasil muito particular. [127]**Somos** 200 milhões de seres humanos, de mais de 300 etnias, convivendo com 40 mil espécies de plantas e milhares de animais nativos. É a partir destas diversidades, cultural e biológica, que [128]**alcançamos** alguns recordes mundiais, especialmente em termos de biodiversidade e produção agrícola, sendo que esta última depende, parcial ou totalmente, de serviços ambientais, como a polinização e o regime de chuvas. Porém, a pobreza e a desigualdade econômica, intensificadas no último ano, [129]**nos** colocam ainda em péssimas posições nos rankings de desenvolvimento humano.

Esta singularidade brasileira é o que [130]**nos** permitirá olhar para o futuro de uma forma diferenciada do resto do mundo. [131]**Temos** a oportunidade de criar sistemas econômicos resilientes, inclusivos, justos e ambientalmente sustentáveis, como muita pesquisa científica já tem [132]**nos** mostrado. Uma economia verde, associada a um sistema social justo e natureza preservada, poderia [133]**nos** destacar comercialmente no mundo e [134]**nos** levar a alçar um novo recorde: o país de economia mais sustentável do mundo. Seria esta uma utopia?

Para [135]**construirmos** uma verdadeira nação brasileira, não [136]**podemos** nos furtar de compreender os efeitos de [137]**nossas** ações presentes para o país que [138]**desejamos** no futuro. [139]**Parece-me** que esta releitura completa do Brasil, considerando suas particularidades, com compromisso com as gerações atuais e futuras, não está na lista de promessas de ano novo de [140]**nossos** governantes. O ano de 2020 já está batendo à [141]**nossa** porta e o futuro mais uma vez se torna realidade. Depende de [142]**nós,** brasileiros, [143]**escolhermos** representantes comprometidos e [144]**cobrarmos** dos atuais governantes atitudes que [145]**nos** ofereçam um cenário futuro com o qual [146]**nos identificamos**.

## TEXTO 16

### Estiagem severa e preservação dos mananciais.

Por Gilson Santos em 15/04/2002

Todos estão acompanhando o problema da estiagem que afeta o estado do Paraná. As imagens atuais das [147]**nossas** Cataratas do Iguaçu, praticamente sem água, são impressionantes e retratam o momento preocupante para [148]**nossa** população em geral. Nas grandes cidades, a exemplo do que vem acontecendo em Curitiba e região metropolitana, já há dificuldade e até mesmo falta de abastecimento por alguns períodos. O sistema de rodízio, aplicado somente em casos de emergência, já está funcionando para milhares de residências. A Sanepar, órgão responsável pelo setor, informa que o Paraná está passando por uma das estiagens mais severas dos últimos 50 anos.

Toda essa questão de falta de água e, por consequência, de abastecimento tem relação direta com a preservação dos mananciais, que sempre foram assunto de interesse público de grande relevância, uma vez que se trata de fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. Sendo assim, esse período de estiagem que [149]**estamos** enfrentando torna a preocupação pela sua preservação e cuidado ainda maior. A falta de chuvas e diminuição da vazão dos rios compromete a qualidade da água dos mananciais; com isso, a disponibilidade da água diminui drasticamente.

A partir da necessidade de conciliar as diversas questões que permeiam este espaço, entre elas a necessidade de áreas para crescimento urbano e as de proteção aos mananciais, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), enquanto instituição responsável pelo planejamento das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba, coordenou a elaboração, em conjunto com a Sanepar, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Suderhsa), de um arcabouço legal/técnico/institucional específico para as áreas de mananciais da RMC. Essa iniciativa resultou na aprovação da Lei de Proteção aos Mananciais da RMC (Lei Estadual 12.248), que criou o Sistema Integrado de Gestão e Proteção aos Mananciais da RMC (Sigprom).

Foram adotados novos conceitos de gestão do uso e ocupação do solo dos mananciais da RMC, a partir de necessidades identificadas como tratamento diferenciado de áreas de manancial sob pressão por ocupação, compartilhamento do processo de decisão entre estado e municípios, e a necessidade de um efetivo monitoramento e fiscalização do uso e ocupação do solo.

A Comec tem reforçado sua relação com os municípios no sentido de organizar, planejar e controlar o uso e ocupação do solo, especialmente no lançamento dos inúmeros projetos habitacionais, como condomínios e loteamentos, além das subdivisões de áreas. Quanto maior for o controle a preservação dos mananciais, melhor será a capacidade de suporte em relação ao abastecimento de água.

A metrópole Curitiba recebeu, nas últimas décadas, adensamentos populacionais de grandes proporções, especialmente na região sul, podendo servir de exemplo os bairros do Tatuquara, Rio Bonito, Bairro Novo e Ganchinho, o mesmo acontecendo com cidades da região metropolitana como Fazenda Rio Grande, Colombo e Almirante Tamandaré. Consequência desse crescimento é o maior consumo de água, energia e produção de resíduos. Neste sentido, cada vez mais serão indispensáveis o planejamento contínuo e a prática da responsabilidade social. Se não existir essa consciência e compromisso por parte do poder público e da sociedade, [150]**corremos** o risco de viver com torneiras secas e um rodízio de água definitivo nas [151]**nossas** vidas, como está sendo nessas semanas.

## TEXTO 17

### A sustentabilidade como caminho para a vida

Por Glauco Requião em 23/04/2020

Ao [152]levantarmos a bandeira da sustentabilidade, [153]somos obrigados a contrapor uma série de críticas e opiniões equivocadas sobre o tema. Uns [154]nos consideram “sonhadores verdes”; outros, inimigos do progresso ou militantes a serviço de uma esquerda (sabe-se lá o que significa essa “esquerda”). Porém, neste momento de incertezas, [155]deparamo-nos com falsos dilemas que somente a sustentabilidade pode [156]nos ajudar a responder.

[157]Explico: ao [158]defendermos um conceito de sustentabilidade que remete a raízes antropológicas e até mesmo filosóficas, [159]poderíamos ter a impressão de que em nada [160]estávamos auxiliando o mundo moderno a encontrar um caminho para modificar seu comportamento lesivo ao ambiente e à coletividade em nome de um progresso tecnológico inexorável. Porém, valores são valores onde e quando quer que sejam praticados, assim como o ser humano é dono de suas ações e único responsável por seus atos.

O respeito aos valores e sua prática positiva e o amor a [161]nossa casa comum – que sustentam as ações e práticas humanas – acabam por definir o que vem a ser a sustentabilidade. Se [162]estamos certos, a resposta para um dos maiores dilemas que [163]estamos enfrentando em tempos de Covid-19 é: o isolamento social apresentado como solução mais lógica e racional para deter o avanço desta pandemia arruinará a economia e destruirá vidas tanto quanto o novo vírus.

Então, governantes e empresários preocupam-se legitimamente com a economia e suas desastrosas consequências pós-pandemia e pregam o abandono de medidas de isolamento, mesmo que isso possa significar um descontrole da doença e muito mais mortes do que o previsto. O que fazer? Basta [164]refletirmos um pouco e [165]pensarmos que uma solução sustentável seria o ideal para este e qualquer outro dilema que envolva o relacionamento humano com o seu ambiente, neste caso o ambiente econômico. Mas o que isto significa?

Se a sustentabilidade econômica pode ser entendida, como [166]defendemos, pelo respeito aos valores que a sustentam, [167]temos um caminho para resolver este aparente impasse. Os princípios econômicos, ao oposto do que muitos acreditam, não estão dissociados da moral, pois referem-se ao “como” e não ao “para que” último, orientando a economia para o seu verdadeiro fim. Afinal, das leis econômicas não pode surgir a miséria, por isso a necessidade de elas recorrerem também à caridade e à justiça, conseguindo assim promover o homem e a sociedade.

Sendo assim, quando confrontados os valores “vida” e “economia” não [168]teremos muitas dúvidas em optar pela vida. O que não significa que as consequências desta escolha sejam todas boas; afinal, [169]teremos o desemprego, a fome, o desespero como elementos insurgentes e que não podem ser desprezados. Porém a capacidade de superação da humanidade sempre mostrou que crises econômicas são possíveis de superação. Basta [170]nos lembrarmos dos péssimos prognósticos advindos à época da crise econômica de 2008 (causada pela bolha imobiliária norte-americana, refletida

drasticamente na economia mundial). E aqui [171]**estávamos nós**, prosperando novamente, empresários em busca de mais lucro e governantes em busca de mais força nas economias de seus países.

[172]**Tenho para mim** que a Covid-19 escancarou para toda a humanidade a mesquinhez e a soberba dos homens, que se julgavam donos do presente e do futuro, senhores do lucro e do progresso, dominadores da tecnologia. Porém espelham-se, repentinamente, em sua humanidade decaída, estampam sua deficiência moral e sua incapacidade ante o desconhecido, e ainda parecem tentar lutar contra a ideia de que [173]**fomos** feitos para cooperar. [174]**Somos** seres da solidariedade e somente quando nos [175]**assumirmos** assim obteremos algum sucesso.

Também Ricardo Voltolini, em recente texto publicado, aponta para um caminho de reflexão sobre a responsabilidade dos líderes empresariais neste momento ímpar, afirmando que líderes com valores são os que carregam a lanterna em tempos escuros. Para Voltolini, “especialmente em horas difíceis, [176]**somos** em grande medida o que [177]**acreditamos**, agimos em relação aos outros e às circunstâncias segundo a orientação de valores humanos, fruto de [178]**nosso**s princípios morais e éticos”.

A cada dia que passa [179]**vemos** o mundo percebendo – ainda que algumas pessoas reneguem esta verdade – que o dever preferencial do Estado deve ser a promoção econômico-social dos mais desprotegidos, e isto inclui os combalidos e infectados pelo coronavírus. E, ainda, que a vida humana é o princípio e a razão de tudo o que [180]**somos** e [181]**vivemos**; portanto, nada pode querer antagonizar a vida e a economia.

[182]**Podemos**, sim, optar sempre pela vida e apelar definitivamente para que seja construído um sistema econômico ao mesmo tempo justo e eficaz. É criação humana, portanto algo possível de se perseguir e conquistar. [183]**Temos** como certo que a economia deveria se subordinar aos fins superiores queridos por todos [184]**nós**, e nunca o contrário!

Principalmente por considerar a complexidade da economia, da tecnologia e da burocracia, atualmente, é que [185]**devemos** nos lembrar que o desenvolvimento não significa unicamente um abandono ao “curso natural” e mecânico da atividade econômica, mas sim um olhar sereno e profundo para [186]**nós** e [187]**nosso**s semelhantes. Por isso não [188]**cansamos** de lutar por um mundo sustentável!

## TEXTO 18

### Por que seguimos acumulando dívidas históricas e impagáveis com a Mata Atlântica?

Por João de Deus Medeiros em 27/05/2020

A Constituição Federal de 1988 elevou a Mata Atlântica à condição de patrimônio nacional. Cobrindo originalmente uma área de 1.306.421 km<sup>2</sup>, séculos de exploração reduziram esta área a cerca de 102.000 km<sup>2</sup>. Em outros termos, mais de 90% de sua área foi convertida para dar lugar a outros usos da terra. A Carta Magna de 1988 determina que, a partir de então, a utilização da Mata Atlântica deveria ser feita, na forma da lei, dentro de condições que

asseguem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O regramento para atender ao disposto na Constituição se deu inicialmente por intermédio do Decreto 99.547/90, que vedava o corte e a exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica. Posteriormente este decreto foi substituído pelo Decreto 750/93, que dispunha especificamente sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração e, mais tarde, pelo regime trazido pela Lei 11.428/2006, dispondo sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, regulamentada pelo Decreto 6.660/2008. Em 1999, por meio de um decreto presidencial, ficou estabelecido 27 de maio como o Dia Nacional da Mata Atlântica. A data foi estabelecida em alusão à Carta de São Vicente, com a qual, em 1560, o padre José de Anchieta descreve e ressalta a grandiosidade das florestas tropicais do Brasil.

Desde que começou o monitoramento de sua cobertura vegetal, dados dos últimos 32 anos mostram que persistiu o avanço sobre a Mata Atlântica, com uma taxa anual média de desmatamento da ordem de 60 mil hectares. Mantida essa taxa, [189]**teríamos** Mata Atlântica por mais um século e meio. A partir de 2008, quando já [190]**dispúnhamos**, então, de uma lei de proteção e do decreto que a regulamentava, essa média foi reduzida; contudo, ainda [191]**continuamos** perdendo 21 mil hectares de Mata Atlântica a cada ano.

Para um bioma tão ameaçado, e que teve conversão de praticamente 90% da sua área original, os números do desmatamento são inquietantes. O que [192]**nos** impele, *como sociedade*, a seguir avançando sobre os parques remanescentes da Mata Atlântica pode ser traduzido por um misto de indiferença, imediatismo e uma enorme capacidade de transferência de responsabilidades.

Segundo o entomologista norte-americano Edward Wilson, a indiferença para com o ambiente é consequência de uma característica básica da natureza humana: [193]**nossa** tendência de se envolver emocionalmente apenas com uma pequena região geográfica, um número limitado de pessoas e duas ou três gerações futuras. Se assim for, parece que [194]**estamos** chegando ao tempo de [195]**nos preocuparmos** com a Mata Atlântica, já que ela está significativamente reduzida e, no ritmo atual de desmatamento, nada restará para a terceira geração futura. Mas [196]**precisamos** lembrar que a população e o consumo continuam crescendo, com ricos ficando mais ricos e a pobreza se avolumando. A perspectiva não é animadora. A política do atual governo federal está explicitamente voltada à eliminação dos obstáculos ao livre avanço da sanha predatória e devastadora sobre o patrimônio natural do país, incluindo a Mata Atlântica.

O foco sobre a Mata Atlântica não é mero acaso. Por incrível que possa parecer, até o momento a Mata Atlântica é, dentre os patrimônios nacionais elencados na Constituição de 88, o único que recebeu um regramento legal para regular seu uso. [197]**Nosso** parlamento, além de conservador, é muito lento até mesmo na observância dos mandos constitucionais. [198]**Precisamos** rever estratégias, principalmente, quando [199]**percebemos** que a ação de um vírus, em menos de seis meses, se mostra bem mais eficiente que três décadas de reuniões diplomáticas para reduzir emissões de gases de efeito estufa, por exemplo.

[200]**Nosso** sistema moral vigente mostra que todos [201]**nós temos** alguma percepção do valor ambiental, quer seja para defender a manutenção de uma árvore ou nela vislumbrar uma forma de obtenção de lucro rápido. Para muitos, esta última é vista como uma virtude. Com muita frequência [202]**ouvimos** o argumento de que as pessoas precisam estar em primeiro lugar. Tudo se justifica em nome do “progresso” e do “bem-estar”. E sob esta lógica perversa habilmente [203]**socializamos** os prejuízos decorrentes da degradação ambiental.

Alguns afirmam que a ética de conservação de um país pode ser medida pela lucidez e eficácia de sua legislação para proteger a diversidade biológica. E nisso também o Brasil é contraditório. [204]**Temos** um arcabouço legal razoável, com uma Política Nacional de Meio Ambiente, uma Lei de Crimes Ambientais, um Sistema Nacional de Unidades de Conservação e uma Lei da Mata Atlântica. Para alguns, esses instrumentos podem ser vistos como pactos de coerção bem razoáveis; contudo, para muitos cidadãos são ainda plenamente desconhecidos. Alguns setores os veem como ameaças e isso alimenta uma disputa que propicia apenas ligeiras e falsas percepções de vitória. Pouco importa se [205]**vivo** abraçando araucárias ou imerso nas flutuações da bolsa de valores. Não [206]**devemos** aguardar para saber o que fazer com o dinheiro quando não houver água disponível no mercado. Não há saída fora da política. [207]**Vivemos** numa sociedade global, mas a política não [208]**nos** tem dado muitas saídas. E, quando um ministro do Meio Ambiente declara querer se aproveitar do estado de excepcionalidade criado por uma pandemia para subverter instrumentos legais de proteção – e ele se referia à Mata Atlântica –, [209]**temos** de entender por certa a necessidade de saída deste tipo de político de suas funções.

[210]**Destruímos** a Mata Atlântica e [211]**avancamos** agora sobre o Cerrado e a Amazônia. Somente no mês de abril deste ano, a Amazônia brasileira perdeu 529 km<sup>2</sup>, registrando a maior área desmatada nos últimos 12 anos. E o ministro do Meio Ambiente deliberadamente adota uma linha de atuação de confronto com a legislação ambiental. Desestruturação do Ibama e do ICMBio, conluio com grileiros para invasão de terras públicas, ameaças à integridade de terras indígenas, promoção de anistia aos infratores que degradaram ilegalmente áreas de preservação permanente na Mata Atlântica e a tentativa de reduzir o grau de proteção conferido pela Lei da Mata Atlântica são algumas das tantas iniciativas que hoje colocam a política de meio ambiente do atual governo federal em rota de colisão com a racionalidade, a sensatez e o decoro.

Ainda que reduzida e ameaçada, a Mata Atlântica [212]**nos** fornece valiosos serviços ambientais e abrigo para uma grande diversidade biológica. Espécies novas, mesmo de árvores de grande porte, continuam sendo descobertas e descritas. Ainda que pouco [213]**tenhamos** a comemorar no Dia da Mata Atlântica deste fatídico ano de 2020, [214]**precisamos** juntar os fragmentos, conectá-los para construir uma nova normalidade na qual, quem sabe, o normal será a civilidade de uma relação respeitosa com a natureza. Em que ainda [215]**possamos** reverenciar, todos os dias, o que restou da Mata Atlântica e [216]**propiciarmos** condição para sua recuperação.

## TEXTO 19

### Chuvas em São Paulo: onde estão os “rios voadores” da Amazônia?

Por Paulo Polozonoff Jr. em 10/02/2020

Mais uma vez, as chuvas de 2020 estão castigando o Sudeste do Brasil. Em janeiro, Minas Gerais registrou quase 60 mortos por causa de enchentes e deslizamentos de terra. Por sorte, nenhuma barragem se rompeu – ainda. No Espírito Santo, as chuvas mataram e praticamente destruíram a cidade de Iconha, no sul do estado. E agora é a vez de São Paulo sentir o efeito das chuvas.

Sempre que [217]vejo essas notícias de enchentes no Sudeste do Brasil [218]me lembro da crise hídrica que afetou São Paulo a partir de 2014 e até 2016. E quem não se lembra de acompanhar com alguma apreensão o nível do Sistema Cantareira caindo dia após dia - até chegar a zero e descortinar para a humanidade o famoso “volume morto”?

Nessa época, como sempre acontece em eventos climáticos extremos, surgiram várias teorias para explicar a seca que prometia não só deixar a maior cidade do Brasil, da América Latina, do Hemisfério Sul (!) sem uma gota d’água como também desertificaria o interior do Estado, transformando toda a região numa savana improdutiva, pobre e inabitável.

Por algum motivo, os climatologistas, ambientalistas e hidrólogos (não confundir com hidrófobos) de plantão abdicaram das teorias tradicionais, geralmente envolvendo os fenômenos de aquecimento ou resfriamento do Oceano Pacífico, os chamados El Niño e La Niña, para lançar, com algum estardalhaço, uma teoria revolucionária (com um quê de poesia) que associava a seca em São Paulo à destruição da Amazônia de uma forma inequívoca.

Trata-se dos “rios voadores”. A teoria se baseava em modelos matemáticos (essas runas abstratas que servem como verniz de hermetismo sábio por parte dos cientistas-oráculos) que provavam, para além de qualquer dúvida, de forma taxativa e irrevogável, e você é um obscurantista-terraplanista-negaciosta se duvidar!, que a evaporação da água na região Amazônica criava rios voadores que corriam em direção ao Sudeste, abastecendo os reservatórios da região.

Animações explicavam ao público como era essa ação milagrosa e perfeita da Mãe Natureza, Gaia ou sei lá como a estão chamando hoje em dia. Primeiro a aguinha subia por entre a copa das árvores e virava nuvem. Daí vinha um vento e empurrava essas nuvens contra a Cordilheira dos Andes. Pressionadas contra as montanhas, as nuvens então corriam para o sul, davam uma guinada à esquerda e, obedientes que são, desabavam sobre o Sudeste, saciando a sede de milhões.

A teoria dos rios voadores, além de ostentar esse nome poético, com um quê de hippie, parecia óbvia naquele momento de caos provocado pela seca extrema. E, a partir de então, passou a ser usada por todo mundo que queria explicar a falta d’água na torneira. A solução proposta pelos cientistas era de uma simplicidade pungente: impeçam o desmatamento da Amazônia que a água voltará a fluir e o tal do volume, antes morto, ressuscitará."

O jornalista Leandro Narloch foi o único a questionar a teoria dos rios voadores. Ele ouviu três especialistas em dinâmica climática e todos foram categóricos em dizer que, apesar da poesia, da suposta “autoevidência” e das

animações didáticas, a informação não tinha base científica alguma. Ninguém lhe deu ouvidos.

Mas, como previsto, a partir de 2016 as chuvas voltaram ao normal. E, por normal, entenda-se: muita chuva, sobretudo no verão, causando alagamentos, deslizamentos e mortes nos quatro estados. À medida que a preocupação das pessoas deixou de ser “morrer de sede” para “não morrer levado pela enxurrada”, a teoria dos rios voadores, como que por encanto, perdeu espaço na imprensa e no imaginário popular.

Até porque a consequência direta da teoria, se ela fosse evocada hoje em dia, seria a de que já está mais do que na hora de [219]**darmos** uma “desbastadinha” maior na Amazônia a fim de regular os tais rios voadores e, assim, diminuir a ocorrência de chuvas no Sudeste, não é mesmo?

Mais do que um caso curioso e sintomático de uma ciência corrompida pela ideologia, a falsa teoria dos rios voadores mostra a validade de uma sabedoria que escapa aos modelos matemáticos gerados em supercomputadores e interpretados por homens de semblantes sombrios em imponentes jalecos brancos: não existem respostas simples para problemas complexos.

Em tempo: ninguém está propondo, aqui, que se transforme a Amazônia num grande estacionamento. Mas o caso da relação entre os rios voadores e o ciclo de secas e chuvas no Sudeste ilustra bem como a ciência, com seus estudos que “podem indicar” e seus dados que “sugerem”, deve ser vista com prudência e uma boa dose de ceticismo. É tentador acreditar que [220]**chegamos** a um ponto tal que somos capazes de explicar absolutamente todos os fenômenos da natureza. Mas a verdade é que ainda há muita coisa a ser descoberta e entendida”.

## TEXTO 20

### O meio ambiente e a subserviência crônica dos governantes.

Por Clóvis Borges em 06/06/2019

Ao longo dos anos [221]**observamos** uma sistemática atitude dos governantes brasileiros voltada de forma determinante ao atendimento aos favores aos setores “mais estruturados” da sociedade. Não se trata de comportamento ilícito a busca pelo atendimento de demandas da sociedade organizada. Bem como não representa um crime haver capacidade de organização capaz de influenciar governos ao atendimento de causas específicas. Mas muitas vezes os interesses avançam de tal maneira em busca de vantagens, que passam a agir de maneira propositalmente agressiva, atropelando interesses justos do restante da sociedade.

No caso da exploração dos recursos naturais, esse jogo de favores, tão comum e corriqueiro, tem quase sempre a exacerbação como fator preponderante. A fácil agregação de valor a partir do uso espoliativo e irresponsável da natureza representa uma das formas mais insidiosas de corrupção que [222]**podemos** constatar ao longo da história. Um prato cheio para o estabelecimento de uma relação incestuosa entre governantes e suas relações com os interesses setoriais, na agricultura, na mineração, em obras de infraestrutura, instalação de indústrias, e assim por diante. A corrupção

nasce a partir de empreendimentos pretendidos à revelia do cumprimento das regras lícitas.

Distante de uma ingênua negação da importância das mais diversas atividades econômicas vigentes, essas práticas precisam ser obrigatoriamente delimitadas, sendo que o respeito à lei deveria ser um quesito atendido por todos, sem exceção.

Mais do que isso: o papel do governante tem um pressuposto de alto valor ao lhe ser demandado discernimento e isenção para posicionar-se perante a sociedade sobre escolhas que envolvem interesses distintos. [223]**Carecemos** de mandatários com essa capacidade. Que consigam defender iniciativas que representem o verdadeiro interesse público, sem que as pressões de atores diretamente beneficiados em postulações distintas imponham suas vontades reiteradamente.

O enorme desafio que envolve conciliar a proteção do meio ambiente com um verdadeiro turbilhão de interesses que usurpam o direito de terceiros, o que inclui as gerações futuras, demanda governantes com sapiência, responsabilidade e caráter. Aqueles que conseguirem superar o desafio de sair do mar de lama que envolve as muitas tomadas de decisão propositalmente equivocadas com as quais [224]**temos** convivido certamente serão reconhecidos como representantes que honraram suas funções, mostraram ter dignidade e mereceram o respeito da população.

Aqui no Paraná não faltam exemplos que oportunizam o exercício de uma gestão responsável no caso de temas que envolvem ameaças contra o meio ambiente: das discussões sobre o futuro de Pontal do Paraná, o avanço na tentativa de desmonte do Código Florestal, a discussão da lei da caça de animais, a tentativa de extinção do Parque Nacional dos Campos Gerais, o uso indiscriminado de agrotóxicos, o velho caso da Estrada do Colono, os licenciamentos para desmates em floresta com araucária, e tantas outras ameaças.

Não por acaso, [225]**estamos** em situação tão delicada nos dias atuais. A cooperação dos governantes presentes aponta para o incremento de posturas de entrega sem resistência num caminho de atendimento a favores escusos que vêm sendo traçado ao longo de [226]**nossa** história.

Com a palavra, os [227]**nossos** governantes: que mensagem podem [228]**nos** dar nessa Semana do Meio Ambiente, cercada de ameaças que violentam o [229]**nosso** patrimônio natural? Vocês vão se posicionar de que forma?